

Rosa Lúcia Prêdes Trindade

**PROCESSO ORGANIZATIVO DE
CAMPONESES E AÇÃO DE AGENTES
EXTERNOS : O CASO DAS ASSOCIAÇÕES
COMUNITÁRIAS RURAIS DE PALMEIRA DOS
ÍNDIOS - AL**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

RECIFE

1993



Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Ciências Sociais
Biblioteca de
Pós-Graduação

13/08/04
Registro: 74/04

ROSA LÚCIA PRÉDES TRINDADE

**PROCESSO ORGANIZATIVO DE CAMPONESES E AÇÃO DE
AGENTES EXTERNOS : O CASO DAS ASSOCIAÇÕES
COMUNITÁRIAS RURAIS DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS - AL**

Dissertação apresentada como exigên-
cia parcial para obtenção do título de
Mestre em Serviço Social junto a
Universidade Federal de Pernambuco,
sob a orientação do Prof. João Bosco
Guedes Pinto (PhD).

1993

**PROCESSO ORGANIZATIVO DE CAMPONESES E AÇÃO DE AGENTES
EXTERNOS : O CASO DAS ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS RURAIS DE
PALMEIRA DOS ÍNDIOS - AL**

BANCA EXAMINADORA

Prof. João Bosco Guedes Pinto (PhD)
(orientador)

RESUMO

O estudo visa identificar e analisar os fatores que podem estar atuando sobre o processo de organização das Associações Comunitárias Rurais de Palmeira dos Índios - AL, e que permitem explicar sua atual situação de paralisação e desarticulação. A pesquisa foi realizada nos povoados rurais deste município, utilizando-se o Estudo de Caso como método investigativo. Dois aspectos do real foram destacados para estudo e possibilitaram a construção de respostas ao problema de pesquisa: a condição camponesa da base social das Associações e a forma de ação dos agentes externos, em seu processo organizativo. Os resultados da pesquisa indicam que, no caso das Associações de Palmeira dos Índios, as dificuldades de organização autônoma dos camponeses, combinadas com o não incentivo à sua organicidade, por parte dos agentes externos, influíram decisivamente na paralisia e desarticulação verificada nas Associações.

ABSTRACT

The study aims to identify and analyse the factors that can be actuating about the organization process of the rural associations of Palmeira dos Índios - AL, and allow to explain its actual situation of paralysation and disjointing. Field work was carried out at rural villages of this county, having the case study as research method.. Two aspects of the real was detached to studying and allowed the construction of the answering to the field work : The peasant condition of the social basis of the associations and the external agents practice in the organization process. The results show , in case of the Palmeira dos Indios associations, that difficulties faced by peasants to develop autonomous organizations combined with he lack of stimulus for organic associations on the part of external agents, contributed heavily to paralizing and dismantling of these associations.

**Aos meus pais Walmeran e Rosinete
A Gustavo.**

DEDICO

AGRADECIMENTOS

Ao Professor João Bosco Pinto pelas orientações na elaboração desta Dissertação.

Aos dirigentes e camponeses das Associações comunitárias Rurais de Palmeira dos Índios, sem os quais não seria possível a realização deste trabalho.

Aos Técnicos e profissionais dos órgãos governamentais e não-governamentais que contribuíram, com seus depoimentos e experiências, para este trabalho.

A Maria Virgínia Borges Amaral e Mariluce de Macedo Veras, pelas sugestões e pelo incentivo.

A Jussara Almeida Amaral e Célio de Almeida Amaral pelo trabalho de digitação.

A Teresinha Sarmiento (Teca), pelo apoio, incentivo e amizade.

Aos colegas do curso de Mestrado em Serviço Social.

LISTA DE QUADROS

Página

I	-	Número de estabelecimentos por grupos de área total	61
II	-	Estabelecimentos e área segundo a condição legal das terras	63
III	-	Número de estabelecimentos por classe de atividade econômica	63

SUMARIO

	Página
INTRODUÇÃO	09
A CATEGORIA ORGANICIDADE	15
METODOLOGIA	24
Universo da pesquisa	24
Sequência metodológica	26
HISTORICO DAS ASSOCIAÇÕES COMUNITARIAS RURAIS DE PALMEIRA DOS INDIOS: ELEMENTOS PARA ANALISE	35
Principais indicadores utilizados para analisar o desen- volvimento da organicidade nas Associações.....	48
Situação atual das Associações: Novos elementos para redefinição do problema de pesquisa	53
A CONDIÇÃO CAMPONESA E O PROCESSO ORGANIZATIVO DAS ASSOCIA- ÇÕES COMUNITARIAS RURAIS DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS	61
Sobre a inserção do camponês no sistema capitalista	65
Sobre o processo organizativo dos camponeses	73
CONTEXTUALIZANDO A AÇÃO DA IGREJA CATOLICA E DO GOVERNO NA ZONA RURAL DE PALMEIRA DOS INDIOS - AL	83
Programas de Educação Rural (décadas de 50 e 60)	85
Atuação da Igreja Católica na zona rural de Palmeira dos Índios	93
Programas governamentais que atuaram na zona rural de Palmeira dos Índios, nas décadas de 70 e 80	101
SOBRE A ATUAÇÃO DOS AGENTES EXTERNOS	136
CONSIDERAÇÕES FINAIS	151
BIBLIOGRAFIA	157

INTRODUÇÃO

Na década de 80 o Estado brasileiro intensificou uma prática, que já vinha sendo gestada na segunda metade da década de 70, na qual diversos programas governamentais tinham como estratégia básica a participação dos beneficiários em todas as suas fases. No Nordeste esta prática se efetivou, principalmente, através de programas voltados para a zona rural, que visavam ao desenvolvimento da região.

No Governo Sarney, cujo lema era "Tudo pelo Social", intensificou-se essa prática do Estado, pautada no discurso da participação. Uma das formas que mais se destacou foi a criação de programas que repassavam a maior parte de seus recursos para organizações de "pequenos produtores". Havia uma exigência explícita de que os beneficiários dos programas estivessem organizados em Associações. A possibilidade de conseguir financiamento para projetos acarretou um intenso movimento de criação de Associações, com o fim de captar recursos.

"O número de Associações cresceu vertiginosamente, sem que isso correspondesse a uma intensificação das discussões de suas funções mais propriamente políticas, ou mesmo as possibilidades de desempenho com relação ao processo produtivo" (FRANCO, 1991:72).

Em Alagoas pode-se constatar que este processo se deu de forma mais intensa a partir de 1987. Tanto aumentou o número de associações na zona rural do estado, quanto tornou-se frequente, nos documentos de programas do governo (federal e estadual), e na prática dos técnicos dos órgãos governamentais, o discurso da participação do público-meta. Nas experiências que tivemos no Departamento de Educação Sindical da FETAB (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Alagoas) de 1987 a 1988 e na Secretaria de Saúde do Estado, em Palmeira dos Índios, de 1988 a 1989, pudemos constatar que neste município o fenômeno se deu de forma intensa.

A relação entre a atuação dos programas que incorporaram o discurso da participação e o aumento no número de Associações Comunitárias Rurais, gerou e ainda gera muitas discussões e controvérsias. Tivemos oportunidade de vivenciar várias discussões de que tomavam parte técnicos de órgãos do governo, dirigentes sindicais e lideranças das Associações, acerca das vantagens e desvantagens do fenômeno. Em estudos encontrados na literatura sobre Educação Popular, Assessoria Sindical, Formação Política, Sociologia Rural, entre outros, verificamos estar viva a polêmica sobre essa questão(1).

(1) Ver a respeito: FARIAS (1989), PINTO (1984), OLIVEIRA (1988), LANDO e MARTINS (1989), MACHADO et alii (1987), NOVAES (1989), KRAYCHETE e COMERFORD (1991), PACHECO e LEROY (1991), FRANCO (1991), SILIPRANDI (1991), entre outros.

O Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais, em alguns de seus documentos e relatórios(2), chamou atenção para o crescimento do número de associações de "pequenos produtores" no Nordeste.

"Tem crescido assustadoramente o número de Associações de pequenos produtores em todos os estados da região (Nordeste). Estas Associações são fundadas e criadas através do estímulo e apoio do governo aos Programas Especiais que repassam recursos para "comunidades" organizadas, como por exemplo o PAPP e o Projeto São Vicente. Estas Associações têm contribuído não para melhoria real dos trabalhadores rurais, mas para divisão dos trabalhadores rurais" (CONTAG, FETAGs, STRs, 1988:12).

No trabalho "Sindicalismo no Campo-Entrevistas", publicado pelo CEDI, verifica-se entre os sindicalistas entrevistados, que

"...há uma preocupação muito grande das lideranças em definir uma política em relação às associações, que emergem quer como mecanismos de defesa econômica dos pequenos produtores, quer como instâncias de organização estimuladas pelo Estado para receberem recursos de projetos especiais" (p.65).

Assumindo ser importante o estudo da relação entre a estratégia participativa do Estado e o aumento no número de Associações Comunitárias Rurais, elaboramos o Projeto de Dissertação para o Mestrado em Serviço Social UFPE, formulando o seguinte problema de pesquisa:

Que efeitos a estratégia participativa do Estado produziu nas Associações Comunitárias Rurais de Palmeira dos Índios - AL?

(2) CONTAG (1988), CONTAG e FETAGs (1987), CONTAG, FETAGs, STRs (1988)

A partir da formulação do problema, buscamos uma resposta teórica antecipada ao mesmo, o que permitiu a posterior elaboração de indicadores para a coleta de dados empíricos.

A construção do objeto de pesquisa constituiu um processo que considerou os efeitos, causados pela estratégia participativa do Estado nas Associações Comunitárias rurais de Palmeira dos Índios, como diferenciais. As ações do Estado, tendo em vista a manutenção dos interesses dominantes na sociedade, ocorrem numa dinâmica de contradições presentes nas relações de classe. A classe, que é alvo do controle, gesta em seu seio possibilidades e tentativas de reagir ao controle pretendido. Além disso, os efeitos não seriam uniformes, também, porque as Associações não possuem histórias rigorosamente idênticas. Apesar de estarem todas as Associações vinculadas, direta ou indiretamente, às ações do Estado, sua história incorpora características que as diferenciam entre si. A ação do Estado também não é uniforme, pois vários fatores interferem; entre eles, a conjuntura (nacional, estadual e municipal).

A princípio, a relação verificada entre o crescimento da intervenção do Estado na zona rural e o aumento do número de Associações levam a pensar que aumentam as possibilidades de cooptação, especialmente das lideranças. Principalmente porque o repasse de verbas é feito diretamente para a diretoria das Associações, sendo a interferência dos políticos locais muito frequente. Este princípio não foi tomado como universalmente válido, pois formulou-se a hipótese de que quanto mais desenvolvido

o sentido de organicidade nas Associações, mais elas teriam condições de reagir à tentativa de controle do Estado; e, contrariamente, quanto menos desenvolvida a organicidade, maior a possibilidade de cooptação.

Para compreender os diferentes possíveis efeitos da estratégia participativa do Estado nas Associações, foi necessária a reconstrução da categoria organicidade, o que permitiu analisar os primeiros dados coletados na pesquisa. A situação atual das Associações revelou que os efeitos não tinham sido diferenciados, pois todas as Associações se encontram paralisadas, devido à ausência dos programas que viabilizavam financeiramente suas atividades. Esta realidade indicou a necessidade de rever o foco do problema de pesquisa inicialmente formulado. Fez-se necessário entender os fatores que estariam atuando na apatia e desarticulação das Associações.

No desenvolvimento da pesquisa identificamos dois fatores que, tomados de forma relacional, ofereceram elementos explicativos para a situação atual das Associações: a) a condição camponesa de sua base social, e, b) a forma de atuação dos agentes externos, que concretizaram a ação da Igreja Católica e do Governo na criação e desenvolvimento das Associações. Se a ação do Estado teve papel de destaque nas Associações, não poderíamos entendê-la sem levar em conta os agentes que a viabilizaram. Tal ação repercutiu diretamente no processo organizativo de uma categoria social (os camponeses), que tem uma particular inserção no sistema capitalista, vivenciando algumas dificuldades de organização.

Acreditamos ter sido possível a formulação de uma explicação para a atual situação de apatia e desarticulação verificada nas Associações. Não é demais ressaltar que o recorte dado ao estudo não poderia dar conta de todos os aspectos possíveis de serem abordados no fenômeno. Esperamos que os resultados apresentados possam oferecer subsídios para estudos mais aprofundados do fenômeno, ressaltando-se as particularidades do caso estudado.

A CATEGORIA ORGANICIDADE

A categoria Organicidade não é estática e nem se revela na imediata aparência e superficialidade do processo organizativo que ocorre na zona rural de Palmeira dos Índios. O termo acima mencionado indica um processo em construção, não acabado, mas que pode ser apreendido com maior precisão, desde que sejam delineados alguns aspectos que o compõe.

A organicidade tem a ver com o desenvolvimento da noção de "pertença a uma classe". Essa pertença implica na consciência da existência de mais de uma classe social, com interesses opostos e antagônicos e de ideologias de classe. A consciência de pertencer a uma classe e de organizar-se enquanto tal não se dá só no plano individual. Ela tem que estar impregnada no corpo da organização (sindicato, associação etc), nos membros, por ser uma consciência coletiva. Os interesses individuais existem e não devem ser ignorados, mas a organicidade começa a se desenvolver quando começam a ser identificados e construídos interesses coletivos. Por isso a organização não pode ser uma mera formalidade, não sendo suficiente, para alcançá-la, constituir-se em pessoa jurídica. Organizações não-orgânicas supõem bases apáticas, representadas e dirigidas por um grupo que se apodera da direção e nele se reproduz.

Para os membros da organização coloca-se a necessidade de adquirir consciência de sua situação, de lutar de forma organizada, de buscar autonomia. Neste sentido, o processo de tomada de consciência implicaria a elaboração de uma nova visão de mundo, própria das classes subalternas; um saber que desvendaria as relações sociais nas quais as classes sociais se inserem. Na esfera da sociedade civil, através das organizações, as classes subalternas precisam superar a visão imediata e superficial da realidade, que se encontra cativa da ideologia dominante. Torna-se necessário transcender ao máximo de consciência possível, para que se perceba a realidade numa perspectiva de totalidade. Necessidade de "romper com a unidade baseada na ideologia tradicional, ruptura sem a qual a força nova não poderia adquirir consciência da própria personalidade independente" (GRAMSCI. Maquiavel, A Política e o Estado Moderno, p.11, apud CARDOSO, 1978:75).

O desenvolvimento da organicidade, e, junto com ele, o processo de conscientização, trazem consigo a necessidade de gestar e fazer crescer o poder de decisão das classes subalternas. O poder de decidir, de participar, implica a busca e a conquista do que é "meu", não no sentido possessivo e pessoal, mas no sentido coletivo. Essa não deixa de ser uma visão revolucionária de PARTICIPAÇÃO, pois as pessoas organizadas tomam parte naquilo que lhes cabe na sociedade, independentemente isto da boa vontade de "alguém" que lhe conceda esta parte. Consiste ela, em verdade, na apropriação de um direito negado, que se dá em plenitude quando as classes subalternas conquistam o poder de decidir sobre o seu

próprio destino, adquirindo a capacidade de resolver seus próprios problemas.

Participação é um termo que suscita interpretações díspares e ambíguas, por ser utilizada tanto na linguagem da organização popular quanto pelo poder dominante, que a utiliza até como slogan de governo. E por isso que Carlos Rodrigues BRANDÃO (1990:104 e 117) afirma que a participação em si não significa nada, pois é preciso saber a que tipo de poder ela serve e qual o projeto de desenvolvimento e transformação que ela aponta. Ele lembra que não é raro o chamamento feito por programas de desenvolvimento integrado para que comunidades camponesas participem de práticas associativas. A participação popular torna-se a aparência sutil que oculta tanto fatores que determinam o não-desenvolvimento (por exemplo: a desapropriação de terras produtivas), quanto o interesse do programa em "organizar" a vida comunitária, de forma que ela perca o poder de produzir sua própria organização de classe.

Os grupos sociais dominantes se apropriam do termo participação, fazendo com que o mesmo perca seu sentido original, ou seja, o significado de mobilização de luta, de organização para a conquista. Normalmente reduz-se a participação a uma técnica, a um método de trabalho, instrumentalizada e não vivenciada (SILVEIRA, In: BELATO, 1987:89). Nos estudos de Aldair LANDO e Vera MARTINS (1989:19-21), dois conceitos de participação são analisados como presentes em programas do governo nas décadas de 70 e 80: Participação como adesão e conceito ortodoxo de participação.

Baseada na teoria funcionalista, a participação como

adesão toma por base a difusão de idéias de modernização aos setores tradicionais, na perspectiva de integrar os setores mais atrasados aos mais modernos, garantindo o equilíbrio do desenvolvimento do país. A finalidade básica da participação é buscar o consentimento espontâneo da classe subalterna às decisões do governo, apoiado no papel do técnico como transmissor de tecnologias modernas e avançadas. Nesta visão não é considerada a existência de conflitos relevantes ou permanentes.

O conceito ortodoxo de participação admite a existência de conflitos sociais, que são, porém, tratados como fenômenos tangenciais e transitórios. A sociedade é considerada um todo harmônico e unitário, cujas disfunções seriam corrigidas a partir de reformas de base. A participação é vista como adesão aos planos do governo, com vistas ao desenvolvimento nacional; ela torna-se parte de uma estratégia para a obtenção de apoio para consecução de objetivos e metas. Quando muito, visa uma mudança social consentida, induzida controlada e direcionada.

Como se vê não é simples definir participação, embora ela esteja sendo tomada aqui como um elemento fundamental no desenvolvimento da organicidade. Para opôr-se às concepções acima colocadas, é preciso que a compreensão de participação se insira em outro referencial teórico: a sociedade vista a partir de uma perspectiva dialética, constituída por forças em desequilíbrio, relações de dominação/subordinação, determinadas pelas formas de produção, num determinado momento histórico. Nessa visão a participação pode tornar-se via de acesso das classes populares aos processos que modificam a sociedade (LANDO e MARTINS, 1989:21).

Participação é um processo de desenvolvimento da consciência crítica e de aquisição de poder, sendo uma capacidade apreendida e aperfeiçoada (BORDENAVE,1981:07,In:BRANDÃO,1990:103). Participar não é "formar parte de", mas "tomar parte em". As pessoas participam quando se incorporam ao grupo com alguma margem para decidir o que será feito (ARGUMENTO,1981,p.02,In:BRANDÃO,1990:102-3). E mais: "Participação é luta por direitos, é luta por aquilo que é seu, que lhe está sendo negado" (PINTO,1986:31).

O processo de desenvolvimento da organicidade parece estar relacionado com o fortalecimento da autonomia da organização, que está ligada às questões colocadas anteriormente (consciência de classe e participação). Ser autônomo não significa isolar-se de instituições e outras organizações, e/ou marginalizar-se perante elas. Autonomia não é sinônimo de isolamento, pois significa relação com o mundo externo. A organização autônoma é capaz de ditar suas próprias normas e leis e criar mecanismos para cumpri-las. Isso não significa que se deva romper laços com o mundo externo. Ao contrário, uma organização autônoma incentiva ainda mais o coletivo, o comum (PINTO,1988:55-6).

A conquista e manutenção da autonomia tem a ver com o desenvolvimento da capacidade de tomar suas próprias decisões, em função de objetivos e políticas, discutidos democraticamente. A promoção da autonomia está diretamente ligada ao esforço de impedir a manipulação e a dependência face ao Estado, às instituições privadas, a Igreja, aos partidos políticos, entre outros. Isto pode levar a constituição de sujeitos ativos, conscientes do processo de transformação social (BELATO,1987:36).

Ao discutir o conceito de autonomia, João Bosco PINTO (1988:56) reflete sobre a organização e o que deve existir, no seu interior, para que ela se desenvolva. O autor identifica a tendência de tratar a organização apenas pelo seu lado formal, supondo-se que a criação de uma pessoa jurídica, e a constituição de uma cúpula dirigente (presidente, secretário, tesoureiro), formam a organização. Esta concepção de organização leva à formação de organizações cuja representatividade e ação são realizadas pela cúpula dirigente, tornando-se não orgânicas.

Esta visão de organização aponta a ausência de um componente que João Bosco PINTO considera como característica que deve estar em toda organização: a organicidade. Para o autor ela

"está precisamente no enraizamento na população, nos grupos, nas pessoas, das identidades dos interesses, da identidade das lutas, da identidade do processo em que eles estão envolvidos. Esse enraizamento, essa consciência da identidade de interesses, de lutas e de processos, é que vai constituir a organicidade do movimento" (1988:56).

Em resumo, não há organicidade sem autonomia real, sem democracia participativa, sem enraizamento da consciência.

Para Maria Emília PACHECO (1991:41) a organização pode ser vista como lugar de construção do ser humano como sujeito coletivo. Como tal, não pode ter um caráter internista, voltada para si mesma. A inter-relação orgânica entre seres humanos leva-os a direcionarem suas forças para lutas e conquistas, o que faz com que as organizações, das quais participam, relacionem-se com outros movimentos da sociedade.

Gramsci analisa a inter-relação orgânica dos seres huma-

nos partindo do princípio de que "o indivíduo não entra em relação com outros homens por justaposição, mas organicamente, isto é, na medida em que passa a fazer parte de organismos dos mais simples aos mais complexos" (1978:39). O ser humano, portanto, não é visto limitado a sua individualidade. Ele é concebido por Gramsci "como uma série de relações ativas (um processo) em que, se a individualidade tem a sua máxima importância, não é porém o único elemento a considerar" (Obras escolhidas, 1978:48, apud SCANDIN, 1982:11). Como se viu anteriormente, essas relações ativas vão se complexificando, ao longo da existência dos seres humanos, de forma orgânica. Os seres humanos se relacionam com a natureza ativamente, por meio do trabalho, ao passo que a relação com os outros dá-se sempre através de organizações mais simples às mais complexas.

As relações dos seres humanos com a natureza e com os outros fazem parte de seu processo de socialização. O desenvolvimento da organicidade nas organizações da classe subalterna se dá exatamente porque elas são espaço de socialização política, nas quais os seres humanos se identificam enquanto sujeito coletivo. Para Ilse SCHERER-WARREN (1989:44) um dos pré-requisitos para a formação de um movimento social é o reconhecimento coletivo de direitos, que permite a formação de uma identidade social e política. Tal reconhecimento não depende apenas de vivenciar situações de miséria, discriminação e exploração, pois este fator objetivo não produz, por si só, o reconhecimento de direitos. É preciso reconhecer a necessidade de preservar a dignidade humana, cultivando e solidificando a consciência do direito de ter direito e do direito e dever de lutar por ele. Passa-se a reconhecer mutuamente, de forma coletiva, "o pertencer a

uma mesma situação de carência"; portanto, "ser portador de um mesmo direito".

A idéia até aqui desenvolvida acerca do processo de desenvolvimento da organicidade e de sua relação com a capacidade de resistência à cooptação e controle pretendido pelo Estado, aproxima-se da idéia, desenvolvida por Cândido GRZYBOWSKI(1987) e comentada por Ilse SCHERER-WARREN(1989), acerca da possibilidade de desenvolvimento de uma nova sociabilidade política. Analisando os movimentos sociais camponeses (principalmente os mais recentes), Cândido GRZYBOWSKI (p.59) considera que os mesmos são espaços de socialização política que é vista como o processo de emergência dos trabalhadores como classe e como cidadãos. Para Ilse SCHERER-WARREN (p.45), sem sociabilidade política não há movimento social, não há projeto político em torno do qual lutar.

Considerando os aspectos político-educativos dos movimentos camponeses, Cândido GRZYBOWSKI (p.59) destaca que estes permitem aos trabalhadores: aprender de forma prática as ações de unir, organizar, participar, negociar e lutar; elaborar uma identidade social e a consciência de seus direitos e reivindicações; apreender criticamente o mundo, as práticas e representações sociais e culturais que são próprias dos camponeses. As práticas dos movimentos educam para a participação social, na medida em que vivencia-se a organização e o exercício democrático. Exercitam-se práticas coletivas que constituem o grupo em luta, sob inúmeras formas cotidianas (reuniões, assembléias, encontros, eleições etc.). Isso permite romper com o isolamento geográfico, social e cultural, inserindo as classes subalternas no mundo mais amplo de diversidades nas formas de vida e na possibilidade de

buscar alianças, conhecer os adversários, suas táticas e estratégias. Não se pode negar os saltos na consciência e na sociabilização política que este processo favorece.

buscar alianças, conhecer os adversários, suas táticas e estratégias. Não se pode negar os saltos na consciência e na sociabilização política que este processo favorece.

aos chamados "pequenos produtores rurais". Estes programas tinham um discurso participativo e exigiam que os beneficiários estivessem organizados em Associações, para receberem recursos, serviços e equipamentos.

No município de Palmeira dos Índios, situado no Agreste e distante 135 km de Maceió, este fenômeno se deu de forma intensa. A zona rural do município foi alvo de ações de vários programas do governo na década de 80, e também da Igreja Católica nas décadas de 60 e 70, que levaram recursos, serviços e equipamentos aos povoados, através das Associações. Nos arquivos da Federação das Associações Comunitárias de Palmeira dos Índios, consultados em Fevereiro de 1992, consta a existência de 80 (oitenta) Associações Comunitárias rurais, devidamente legalizadas.

Na delimitação do universo da pesquisa não foi possível considerar todas as 80 (oitenta) Associações porque nem todas se mantêm em atividade. No levantamento feito com informações obtidas de diretores de Associações, técnicos da EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) e CEPA (Fundação Estadual de Planejamento Agrícola), diretoria da Cooperativa de Pequenos Produtores, apenas 41 (quarenta e uma) Associações estão funcionando (contando com no mínimo uma diretoria eleita e reunindo os sócios mensalmente).

Amostra

Para reconstruir a história das Associações, desde o começo até os dias de hoje, classificou-se o universo de 41 (quarenta e uma) Associações em 4 (quatro) grupos. Estes foram aglutinados

por ano de fundação e por estarem ligados em sua origem com a atuação da Igreja e do Governo. Os quatro grupos são os seguintes:

Grupo I - Associações cuja origem ou fundação teve relação com o trabalho dos Centros de Comunidade da Missão Rural e do Centro Social Diocesano da Igreja Católica.

Total = 3 Associações Amostra = 1

Grupo II - Associações cuja origem ou fundação teve o incentivo do trabalho desenvolvido pelo PRONASEC (Programa Nacional de Ações Sócio-educativas e Culturais para o Meio Rural).

Total = 5 Associações Amostra = 2

Grupo III - Associações cuja origem ou fundação teve o incentivo da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER).

Total = 7 Associações Amostra = 2

Grupo IV - Associações cuja origem ou fundação relaciona-se com ações desenvolvidas por programas e órgãos do governo tais como: PAPP, FUNDEC (B.do Brasil), FUNABEM, Projeto São Vicente, e outros.

Total = 26 Associações Amostra = 4

A amostra foi selecionada com base nos seguintes critérios: a) maior tempo de fundação, b) maior número de sócios, c) diretoria eleita nos últimos dois anos e em atividade.

Sequência Metodológica

1a. Fase - Mapeamento e agrupamento das Associações Comunitárias Rurais de Palmeira dos Índios

Inicialmente foi necessário levantar os nomes das Associações existentes no município, data de fundação, dados sobre sua origem, nome dos membros da diretoria. Recorreu-se aos arquivos de dois órgãos do governo que realizaram diagnósticos dos povoados

para elaboração dos projetos a serem implantados através das Associações: Escritório Regional da CEPA e Setor responsável pela execução do FUNDEC (Fundo de Desenvolvimento Comunitário) no Banco do Brasil. Neste levantamento foi necessário identificar quais Associações estavam funcionando, contando no mínimo com uma diretoria eleita e reunindo os sócios mensalmente. Para complementar as informações, foram realizadas 9 (nove) entrevistas informais com pessoas que não eram da diretoria das Associações, mas dispunham de informações sobre as mesmas(3).

Após o levantamento das informações chegou-se a uma lista de 41 (quarenta e uma) Associações, que compuseram o universo da pesquisa. As Associações foram agrupadas por ano de fundação e por estarem ligadas em sua origem com a atuação da Igreja e do governo (ver sub-item "amostra").

2a. Fase - Pesquisa Documental

No Projeto de Dissertação (Trindade,1992:7-16) iniciamos uma pesquisa documental dos programas e projetos do governo que atuaram na zona rural do Nordeste brasileiro na década de 80. Nesse

(3) Foram entrevistados: o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o presidente da Cooperativa dos Pequenos Produtores, um técnico da EMATER que estava à disposição da Cooperativa, um técnico do Banco do Brasil, o gerente regional da CEPA de Palmeira dos Índios, dois extensionistas sociais da EMATER, um técnico da antiga FEBEM, um técnico da Secretaria de Educação que atuou no PRONASEC.

segundo momento foi feita uma revisão do material da primeira pesquisa e acrescidos alguns documentos ainda não analisados. Consultamos Relatórios de Atividades do Centro Social Diocesano (período 1969-1992), documentos de planejamento e relatórios de execução e avaliação de programas e projetos governamentais. Os documentos foram encontrados nos arquivos da Diocese de Palmeira dos Índios, Biblioteca da SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) em Recife - PE, Sedes estaduais (Maceió) e Escritórios regionais e locais dos órgãos do governo. Esta pesquisa teve o objetivo de identificar e analisar o discurso participativo dos programas, e o tipo de relação deles com as Associações.

3a. Fase - Coleta de Dados

A coleta de dados nos povoados e Associações ocorreu nos meses de maio, junho e julho de 1992. Utilizou-se a observação e entrevistas individuais como instrumentos de pesquisa. Esses instrumentos possibilitaram resgatar a história das Associações desde sua origem até os dias de hoje, o que permitiu identificar e analisar os efeitos da estratégia participativa do Estado nas Associações. A observação e entrevistas realizadas ofereceram indicações fundamentais para a caracterização da situação atual das Associações, no tocante ao seu processo organizativo.

A - Observação

A observação foi utilizada com o objetivo de conhecer os povoados e Associações, orientada pelos seguintes indicadores: serviços executados pela Igreja e/ou órgãos do governo através da Associação, formas de gestão e administração dos equipamentos coletivos (casa de farinha, banco de sementes, fábrica de doce, e outros); dinâmica das reuniões entre a diretoria e os associados; Atividades desenvolvidas pelas Associações.

Para realizar a observação visitamos os povoados acompanhada de membros da diretoria das Associações. Conversamos informalmente com alguns camponeses, participamos de reuniões entre a diretoria e os associados, visitamos os equipamentos e serviços instalados nos povoados através da Associação, conhecemos as atividades desenvolvidas nas Associações (cuja sede normalmente funciona nos centros comunitários). Após cada visita registramos as observações num diário de campo.

B - Entrevistas

A realização de entrevistas teve o objetivo de colher informações da história de cada Associação selecionada, de sua origem até os dias de hoje. Foram entrevistados 9 dirigentes das Associações (1 de cada associação selecionada) que, em sua maioria, eram presidentes das entidades. A maioria deles conhecia a história da Associação desde sua origem, e não tiveram dificuldades em relatá-la. Alguns, durante a entrevista, pediram ajuda a um ex-

diretor ou participante da fundação da Associação para acrescentar informações.

As entrevistas foram semi-estruturadas, realizadas individualmente com cada dirigente. Inicialmente foram apresentados os objetivos da pesquisa e a forma como se daria a entrevista, sendo solicitada a concordância (ou não) do entrevistado para a sua realização. O roteiro de entrevista conteve 5 (cinco) grandes tópicos, nos quais foram formuladas perguntas sobre alguns itens, como pode ser visto a seguir:

Roteiro de Entrevista para Dirigentes das Associações

1 - Identificação da Associação

- Nome da Associação
- Localização geográfica
- Povoados agregados (área de abrangência da Associação)
- Número de habitantes da área de abrangência da Associação
- Nome do Presidente da Associação
- Número de sócios

2 - Histórico da Associação

- Ano de fundação
- Ano de legalização dos Estatutos
- Motivos da criação da Associação
- Ajuda ou incentivo externo recebido
- Processo de organização e mobilização para criação da Associação (reuniões, discussões etc.)
- Forma de elaboração dos Estatutos
- Perfil da primeira diretoria
- Número de diretorias que já teve
- Forma de associação dos moradores dos povoados

3 - Características organizacionais

- Estrutura da diretoria (composição, reunião, assuntos tratados etc)
- Eleições da diretoria (periodicidade, média de participação dos sócios)
- Assembléia dos sócios (periodicidade, assuntos tratados, frequência média)
- Forma de administração dos recursos, serviços e equipamentos coletivos
- Dificuldades sentidas pela diretoria

- Atividades desenvolvidas pela Associação (quais, como são definidas)
- Ajuda externa no desenvolvimento das atividades
- Existência de algum trabalho político-educativo
- Relação da Associação com outras organizações do povoado
- Atividades que mais mobilizam

4 - Problemas e prioridades

- Problemas resolvidos após a criação da Associação
- Problemas ainda não resolvidos
- Maior luta no momento
- O que faz a Associação para buscar resolução dos problemas

5 - Relação com os órgãos do governo

- Órgão(s) governamental(is) que atuaram na origem da Associação
- Órgãos que já atuaram no povoado
- Órgãos que ainda atuam
- Acesso aos órgãos (via técnico, político, diretor)

4a. Fase - Organização e análise dos dados coletados: construção de uma primeira resposta ao problema de pesquisa e redefinição do mesmo

Tomando por base os indicadores levantados pelos instrumentos de pesquisa, elaboramos a caracterização de cada grupo de Associações e a descrição detalhada da história de cada Associação selecionada como amostra. Com os dados devidamente organizados pode-se descrever a situação atual do processo organizativo nas Associações e construir uma primeira resposta ao problema de pesquisa formulado.

A resposta teórica, formulada anteriormente ao problema de pesquisa, não foi suficiente para dar conta da realidade encontrada no processo de coleta de dados. Nesse momento foi necessário definir melhor o foco de estudo, formulando um novo questionamento que norteou a continuidade da pesquisa. A análise da história das Associações, da sua origem até os dias de hoje, ofereceu novos elementos para construção de uma resposta ao novo

questionamento formulado. Isto exigiu a consecução dos procedimentos descritos a seguir:

A - Pesquisa Bibliográfica

Neste momento foi necessário aprofundar o estudo de duas categorias relevantes: Campesinato e Agente Externo. A primeira diz respeito à condição camponesa da base social das Associações, o que pode explicar as particularidades de um processo organizativo de base camponesa. O segundo se refere à atuação do Estado (Igreja e Governo), através de agentes institucionais, que esteve presente nas Associações durante toda a sua história.

As análises apresentadas até o final da dissertação estão permeadas pelos resultados desta pesquisa bibliográfica.

• B - Coleta de dados referente à atuação do agente externo

Ao estudo bibliográfico da categoria Agente Externo e ao estudo documental dos programas e projetos foi necessário acrescentar dados empíricos sobre o trabalho dos agentes externos nas Associações. Para isso colhemos depoimentos de vários agentes, buscando captar a forma como o discurso participativo foi concretizado, nas Associações.

Entrevistamos 9 (nove) pessoas que desenvolveram trabalhos nos povoados de Palmeira dos Índios, em especial nas Associações selecionadas como amostra. Foram entrevistados 7 (sete) técnicos de órgãos governamentais que atuaram na década de 80, 1 técnico que atuou na Missão Rural nas décadas de 50 e 60, e um

padre que acompanhou o trabalho comunitário rural do Centro Social Diocesano. As entrevistas foram individuais, semi-estruturadas, e aconteceram nos meses de novembro e dezembro de 1992. O roteiro de entrevistas conteve os seguintes itens:

Roteiro de Entrevistas para Agentes Externos

1 - Resgate do trabalho desenvolvido

- Período em que se deu o trabalho
- Função que desempenhava na instituição
- Atividades desenvolvidas nas Associações e instrumentos utilizados
- Trabalho em equipe ou individual
- Objetivos e intenções no início do trabalho
- Metodologia oferecida pela instituição para o trabalho
- Limites e possibilidades que a instituição ofereceu
- Diferença/aproximação dos objetivos da instituição e dos técnicos
- Experiência anterior com associativismo

2 - Participação dos Camponeses

- Estratégia utilizada para envolver os camponeses no trabalho
- Trabalho com lideranças
- Trabalho com a base das Associações
- Discussões nos povoados (participação de mulheres e homens, assuntos discutidos, coordenação das reuniões, formas de encaminhamento dos assuntos)
- Nível de participação no início e no final do trabalho
- Funcionamento da Associação na ausência do técnico

3 - Atuação do Agente Externo

- Levantamento das condições de vida e organizativas nos povoados
- Interferência na criação de novas Associações
- Programação das atividades: Técnicos ou Associações
- Postura dos agentes diante das reivindicações
- Relação com os políticos
- Particularidades sentidas diante da condição camponesa da base social
- Conhecimento Agente x Conhecimento Camponeses
- Conteúdo político do trabalho
- Importância da organização dos camponeses
- Tipo de interferência que o trabalho causou na vida dos camponeses

4 - Avaliação do Trabalho

- Objetivos alcançados ou não
- Dificuldades, erros, acertos do trabalho

- Diferenças ou aproximações entre as expectativas do início do trabalho e de hoje.

Os resultados e a análise destes dados coletados estão na última parte da dissertação.

HISTORICO DAS ASSOCIAÇÕES COMUNITARIAS RURAIS DE PALMEIRA DOS INDIOS : ELEMENTOS PARA ANALISE

Caracterização dos Grupos de Associações

As 41 (quarenta e uma) Associações que constituem o universo da pesquisa foram, como já dissemos anteriormente, divididas em 4 (quatro) grupos, aglutinados por ano de fundação e pela relação com a atuação da Igreja e do Governo em suas origens. Para cada grupo elaboramos uma caracterização geral, mas para cada amostra selecionada fez-se uma descrição mais detalhada.

Grupo I - Associações cuja origem ou fundação teve relação com o trabalho dos Centros de Comunidade da Missão Rural e do Centro Social Diocesano da Igreja Católica.

Neste grupo encontram-se as três Associações mais antigas do município: Povoado Santo Antônio (1959), Vila Canafístula (1969) e Lagoa do Caldeirão (1974). Inicialmente as Associações se denominavam Sociedade de Amigos, e funcionavam nos Centros de Comunidade, nas décadas de 60 e 70.

Com a atuação dos programas governamentais, da década de 80, elas tiveram seus estatutos alterados para atender as exigências dos programas.

Neste Grupo destacamos a seguinte Associação como amostra:

Associação dos Amigos do Povoado Santo Antônio

As primeiras iniciativas de organização comunitária neste povoado se deram pela Missão Rural, na década de 50, que ajudou a construir a Igreja, o Centro Comunitário e o cemitério. A Sociedade de Amigos (Clube de Amigos), foi fundada em 1959 como parte dos trabalhos desenvolvidos no Centro de Comunidade, sob a orientação da equipe de Missão Rural. Com a criação da Diocese de Palmeira dos Índios o Centro foi reformado e reinaugurado, passando a receber acompanhamento de voluntários da Igreja.

No início da década de 80, o grupo que ocupa atualmente a diretoria, formado basicamente por moradores que trabalham na Escola do povoado, assumiu a direção da Associação. Hoje este grupo avalia que é preciso mudar a direção (a última eleição foi em dezembro de 1991), pois acham que a atual diretoria e os membros da Associação estão muito acomodados. Por duas vezes desistiram de se candidatar às eleições, mas nenhum grupo se dispôs a assumir.

Percebe-se que as atividades da Associação confundem-se com as da Escola (a presidente da Associação é diretora da Escola). São realizadas reuniões com os sócios (cerca de 400), palestras educativas, atividades recreativas, cursos de pintura, datilografia, bordado, confecção de flores, arte culinária etc. Os cursos são mantidos hoje com verbas do FCBIA e são continuação do trabalho iniciado no antigo Centro de Comunidade. Segundo a

diretoria vários encontros de jovens, de idosos e de várias Associações, já se realizaram no povoado, mas foram paralisados porque eram apoiados com recursos da EMATER. As atividades da Associação são mais voltadas para as mulheres e crianças, ficando os homens restritos ao chamado trabalho produtivo (na roça, orientados eventualmente por técnicos da EMATER). Vários órgãos e programas atuaram no povoado, tais como: EMATER, CEPA (Programa de Apoio ao Pequeno Produtor- PAPP), SEHAC (Programa do Leite), FCBIA, UNICEF, Fundação Educar. Atualmente apenas a FCBIA está eventualmente presente, com recursos para cursos.

Grupo II - Associações cuja origem ou fundação teve incentivo do trabalho desenvolvido pelo PRONASEC (Programa Nacional de Ações Sócio-educativas e Culturais para o Meio Rural).

As Associações de Lagoa do Exu, Lagoa da Areia dos Marianos, Impueiras, Povoado Estrela, Lagoa da Areia dos Ciriacos foram classificadas neste grupo e fundadas entre os anos de 1982 e 1984, período em que o PRONASEC atuou em Palmeira dos Índios. Este grupo tem a particularidade de ter tido acompanhamento sistemático e efetivo dos técnicos do PRONASEC, desde o momento em que foi pensada a necessidade de fundar a Associação nos povoados, até a fundação e desenvolvimento das mesmas. Apesar do Programa exigir que os recursos fossem repassados para Associações legalizadas, a equipe de técnicos do PRONASEC tentou fazer com que as Associações não fossem criadas apenas para este fim. Por isso foi desenvolvido um trabalho educativo de preparação e incentivo entre os moradores; para a criação das Associações. A maioria dos técnicos que fazia parte da equipe já tinha experiência com outras associações, além de alguns participarem de partidos políticos de

esquerda, o que influenciou na ênfase político-educativa dada ao trabalho nas Associações.

Duas Associações foram destacadas como amostra neste Grupo: Povoado Lagoa do Exu e Lagoa da Areia dos Marianos.

Associação Comunitária Nossa Senhora da Conceição
Povoado Lagoa do Exu

Esta Associação foi a primeira deste grupo a ser fundada (1981), tendo se tornado referência e exemplo para a origem de outras Associações. Antes da existência da Associação, e com o incentivo dos técnicos do PRONASEC, os moradores do povoado iniciaram uma reivindicação pelo abastecimento d'água. Foi elaborado um abaixo-assinado, com cerca de mil assinaturas, reivindicando diretamente ao Governador do Estado, quando de uma visita dele ao município. A conquista da água (como elemento motivador) e o recebimento de recursos para ampliação da Escola (que exigia uma entidade legalizada para recebê-los, e que até então o Centro de Comunidade de Canafístula estava cumprindo este papel), levaram à fundação da Associação. Cinco eleições já aconteceram e três diretorias diferentes já comandaram. O atual presidente fez parte do grupo de jovens da época do PRONASEC.

Segundo a diretoria da Associação, muitos mutirões já foram realizados para construção de obras no povoado. Hoje a Associação tem se limitado a fazer assembléias com os sócios (cerca de 320) e utilizar algumas verbas da Associação para ajudar os associados doentes e necessitados. A diretoria alega que não pode

dinamizar as atividades porque os órgãos não têm recursos para repassar. Segundo avaliação de técnicos que já trabalharam no povoado, o mesmo, desde a fundação da Associação, sempre apresentou um bom envolvimento dos moradores nas atividades ditas "comunitárias". A entrada de um volume muito grande de recursos para a Associação, vindos de órgãos do governo, contribuiu para a corrupção de líderes e desvios de recursos. Isto também contribuiu para que a Associação esteja hoje praticamente sem atividades, pela ausência de recursos dos órgãos que investiram no povoado. Vários órgãos e programas já atuaram: PRONASEC, EMATER, CEPA (PAPP), FUNDEC do Banco do Brasil, FUNABEM, SEHAC (Programa do Leite). Atualmente só o FUNDEC atua no povoado.

Associação Comunitária Lagoa da Areia dos Marianos

A Associação do povoado Lagoa da Areia dos Marianos foi fundada em 1982, com o apoio de técnicos que atuavam no PRONASEC. Assim como ocorreu na Associação de Lagoa do Exu, neste povoado houve muita motivação para a fundação da Associação, devido ao trabalho desenvolvido pelo PRONASEC. Os técnicos procuraram incentivar a organização do povoado, indo além do objetivo imediato de levar recursos para a construção de escolas.

A Associação já teve 6 (seis) eleições de diretoria, cada uma com um mandato de 2 anos. O atual presidente está no cargo desde 1985. Segundo ele, a diretoria tem feito reuniões mensais com os sócios para discutir os problemas do povoado. Ele afirma que há muita cobrança, por parte dos sócios, para que a Associação resolva

os problemas. Mas ele alega que não pode fazer nada porque os órgãos do governo não estão liberando recursos.

Este povoado é um dos que mais recebeu recursos de programas do governo no município. Vários serviços chegaram ao povoado após a criação da Associação: telefone comunitário, água, casa de farinha, armazém, padaria, fábrica de doce e licor, posto de saúde, centro comunitário, fábrica de fubá, caminhão, máquina batadeira de feijão, ampliação do grupo escolar e construção de duas novas escolas, energia elétrica. Hoje pode-se observar que uma boa parte dos equipamentos implantados no povoado estão sem funcionar, especialmente os que precisam de gestão coletiva (padaria, fábricas).

A diretoria alega que falta muita coisa na comunidade, como mais água e recursos para produção agrícola, mas não se percebe nenhuma iniciativa da Associação para reivindicar estas melhorias. Parece que tudo parou com a ausência dos técnicos do governo, no local. Alguns dos que trabalharam no povoado informaram que houve, recentemente, desvio de verbas nesta Associação.

Grupo III - Associações cuja origem ou fundação teve incentivo da Extensão Rural (EMATER)

Neste grupo estão sete(7) Associações fundadas em 1986: Serra de São José, Serra do Candará, Povoado Bonifácio, Serra da Mandioca, Sítio Velha Ana, Serra da Boa Vista, Olho D'água do Bonifácio. Neste ano a EMATER estava totalmente voltada para o trabalho com associações, pois a Empresa já havia incorporado esta atividade, permeada pelo discurso da participação. A maioria dos programas da Nova República ainda não estavam em execução, e apenas

o FUNDEC tinha iniciado sua atuação, a partir de 1985, em cinco povoados (que já tinham Associação). A EMATER ocupava, então, o espaço deixado aberto, desde 1984, com a extinção do PRONASEC, de apoio e incentivo à organização e fundação de associações. Neste ano já se colocava com mais ênfase, no discurso do governo, a pré-condição da organização dos pequenos produtores em Associação, para recebimento de recursos, e a EMATER era considerada o suporte que apoiaria esta organização.

Duas Associações podem ser destacadas neste grupo: Serra de São José e Serra do Candará. O primeiro povoado teve sua Associação incentivada pelos extensionistas da área social da EMATER, e a segunda Associação por extensionistas da área produtiva. Essa separação refletia os conflitos envolvendo técnicos destas duas áreas, que encaminhavam de forma diferenciada o trabalho com Associação.

Associação Comunitária Sagrada Família
Povoado Serra de São José

No povoado de Serra de São José, a EMATER, em 1983/1984, reiniciou o trabalho com um grupo de jovens, solicitado por algumas pessoas que tinham participado deste trabalho na época da ANCAR(década de 60). Em 1985, inspirados na experiência das Associações de Lagoa do Exu, Povoado Santo Antônio e Estrela, começaram a discutir sobre a importância da fundação de uma Associação no povoado. Por cerca de seis meses foram feitas reuniões e discussões, com o apoio dos extensionistas da EMATER, preparando os moradores para a fundação da Associação. Em 1986,

ela foi fundada e os Estatutos elaborados com a ajuda da EMATER. A Associação já teve quatro eleições e duas diretorias diferentes.

Segundo a diretoria, a Associação realiza assembléia mensal com os associados (cerca de 150), nas quais a frequência aumenta quando há distribuição de sementes e mudas, por exemplo. Alguns programas e órgãos já atuaram no povoado: EMATER, CEPA (PAPP), SEHAC (Programa do Leite), DNOCS, Prefeitura. Atualmente, segundo o presidente, a Associação não está parada porque fez um projeto para a Visão Mundial, que está coordenando e financiando a reforma e ampliação da escola, e construindo uma horta comunitária, além da luta pela ampliação da rede de água pela Prefeitura. Segundo uma extensionista que trabalhou no povoado, no mês de outubro de 1992 o presidente da Associação estava envolvido em desvio de verbas para seu uso pessoal.

Associação Comunitária Serra do Candará

No povoado Serra do Candará, a Associação foi fundada em 1986, com orientação de um técnico da área produtiva da EMATER. Foi realizada uma reunião, na qual dois técnicos da EMATER esclareceram o que é uma Associação, e, nesta ocasião, a Associação foi fundada. Os estatutos foram legalizados com a ajuda de um político local. Desde a primeira diretoria, o presidente é o mesmo. Atualmente ele não reside mais no povoado, embora ainda seja proprietário de terras na localidade.

A assembléia mensal com os sócios (cerca de 400) conta

com a frequência média de 100 pessoas, tratando, geralmente, do que o presidente fez durante o mês em prol do povoado. A Associação funciona muito interligada às atividades do presidente, que é vereador. Segundo ele, a frequência de sócios na reunião aumenta quando ele leva cestas básicas (feiras) para "distribuir para o povo". Vários órgãos e programas já atuaram no povoado: CEPA (PAPP), EMATER, Banco do Brasil (FUNDEC), FUNABEM, Programa São Vicente.

Grupo IV - Associações cuja origem ou fundação relaciona-se com ações desenvolvidas por órgãos e programas do governo, tais como : PAPP, FUNDEC, FUNABEM, FEBEM, Programa São Vicente.

A ação destes programas, que tinham em comum a participação e organização dos beneficiários como estratégias básicas de implementação, ocorreu no mesmo período em que houve aumento no número de Associações Comunitárias Rurais em Palmeira dos Índios. Nos anos de 1987 e 1988, surgiram mais vinte e seis (26) novas Associações (que se encontram entre aquelas que ainda estão em funcionamento). Em 1987, surgiram 16(dezesseis)(4) e em 1988 surgiram 10 (dez)(5). Nem sempre a fundação dessas Associações te

(4) Algodãozinho, Bem-te-vi, Boa Vista do Tomé, Buenos Aires, Povoado Cabaceiro, Fazenda Boa Sorte, Lagoa dos Matos dos Lopes, Lagoa do Rancho, Mata Verde, Sítio Xexéu, Riacho Fundo de Cima, Vila Caldeirão de Cima, Coruripe da Cal, Lagoa de Canafístula, Povoado Moreira, Caraíba Torta.

(5) Barra do Bonifácio, Povoado Batingas, Caraíba Dantas, Sítio Gameleira, Lagoa da Jurema, Mandacaru de Cima, Serra do Amaro, Sítio Uruçu, Gravatá-Açu, Poço da Onça.

ve o incentivo direto dos técnicos do governo, pois algumas foram criadas pelas lideranças dos povoados, ajudados pela diretoria de outras Associações ou pelos políticos locais. O conhecimento e informação de que os órgãos do governo só distribuíam recursos para povoados que tivessem Associação, constituiu grande incentivo para a fundação das mesmas.

Neste grupo selecionou-se 4 (quatro) Associações como amostra, já que ele é composto por um número maior de Associações. Duas foram fundadas em 1987 (Caraíba Torta e Fazenda Boa Sorte), e duas em 1988 (Sítio Uruçu e Batingas).

Associação Comunitária Nossa Senhora Aparecida
Povoado Caraíba Torta

No povoado de Caraíba Torta, um grupo de cinco pessoas, entre as quais o atual presidente, procurou a diretoria da Associação de Lagoa do Exu para colher informações sobre como fundar uma Associação. Motivaram-se por verem outros povoados conseguir recursos através de Associações, mas também por constatarem o não cumprimento das promessas de serviços e obras feitas pelos políticos. Fizeram uma reunião com a presença de um representante de Lagoa do Exu, o qual explicou quais eram os objetivos de uma Associação. Na mesma reunião, a Associação foi fundada. Um técnico da EMATER ajudou a legalizar os Estatutos.

Além das reuniões mensais da diretoria e desta com os associados, a Associação também colabora nas atividades da Igreja Católica (missas, catecismos). No Centro Comunitário (sede da

Associação), desenvolvem-se cursos de crochê, bordado, pintura, corte e costura, cursos de datilografia, discotecas e reuniões diversas. Os cursos são financiados com verbas da FCBIA (Fundação do Centro Brasileiro para a Infância e a Adolescência). A Associação mantém um banco de sementes, para o qual os associados pagam uma taxa de manutenção, sendo o Conselho fiscal quem fiscaliza a distribuição de sementes. Vários órgãos já atuaram no povoado: EMATER, Banco do Brasil, Prefeitura, CEPA, FCBIA.

Associação Comunitária Fazenda Boa Sorte

A Associação do povoado Fazenda Boa Sorte foi fundada em 1987 por iniciativa da família do atual presidente, que é espírita e há muitos anos vinha atendendo pedidos dos moradores necessitados, através de doações. Na época esta família foi informada de que várias Associações estavam conseguindo recursos, e segundo o presidente, eles acharam que este poderia ser um caminho para continuar o trabalho de "ajuda ao povo". Realizaram-se várias reuniões com a diretoria da Associação de Lagoa da Areia dos Marianos, para esclarecer sobre a fundação de Associações. O Banco do Brasil ajudou a organizar e legalizar os Estatutos. A diretoria é a mesma desde a fundação, já tendo acontecido três eleições. Segundo o presidente, a diretoria se reúne uma vez por mês para discutir os problemas do povoado e os projetos que devem ser encaminhados aos órgãos. Acontecem assembléias com os sócios (cerca de 270) mensalmente, com a frequência média de 100 pessoas. A diretoria alega que as atividades da Associação estão praticamente paralisadas por falta de recursos dos órgãos do governo. Órgãos que já atuaram no povoado: EMATER, FCBIA, Banco do Brasil (FUNDEC), CEPA (PAPP), SEHAC (Programa do Leite).

Associação Comunitária Povoado Sítio Uruçu

O Sítio Uruçu fazia parte da Associação de Lagoa do Rancho, mas havia dificuldades de os moradores se deslocarem para a Associação do povoado vizinho. Com o incentivo do Presidente de Lagoa do Rancho e do técnico do Banco do Brasil, o povoado resolveu

fundar sua própria associação, contando com o apoio da SETAS (Secretaria do Trabalho e Ação Social do Estado) para legalizar os estatutos. Já houveram três eleições na Associação e duas diretorias diferentes. Os sócios (cerca de 165) reúnem-se mensalmente e, em geral, discutem os problemas do povoado, as reivindicações aos órgãos e a prestação de contas das atividades da diretoria. Esta alega que as atividades estão paradas porque os órgãos do governo também estão parados. Vários órgãos já atuaram no povoado: Banco do Brasil (FUNDEC), DNOCS, FUNABEM, SENAI, FEBEM.

Associação Comunitária Povoado Batingas

O povoado Batingas fazia parte da Associação do povoado Moreira. Em 1988, os moradores foram a CEPA solicitar a construção de uma casa de farinha, e foram informados de que a forma mais rápida de consegui-la seria através da Associação. O técnico da CEPA ajudou algumas lideranças a realizar reuniões, que contaram com a presença de algumas pessoas, que foram explicar o que era uma associação. o Estatuto foi elaborado e legalizado com a ajuda da Associação do Povoado Estrela. A diretoria é a mesma desde o início (três eleições). Segundo o presidente, a Associação realiza reuniões mensais da diretoria e com os associados. O presidente costuma visitar vários órgãos solicitando benefícios para o povoado mas, atualmente, está muito difícil consegui-los. Vários órgãos atuaram no povoado: CEPA (PAPP), FUNABEM, SEHAC (Programa do Leite), Banco do Brasil (FUNDEC).

Principais indicadores utilizados para analisar o desenvolvimento da organicidade nas Associações

1 - Motivação para fundação da Associação

Todas as Associações foram criadas com o objetivo de conseguir benefícios para as comunidades. Isto foi incentivado pela atuação de órgãos governamentais, quando da execução de programas, cuja metodologia se dizia participativa, e quando o repasse de recursos para os beneficiários só se dava através de uma Associação. As Associações do Grupo IV (fundadas em 1987 e 1988) são as que mais tiveram esta influência, inclusive porque os povoados que já tinham Associação há mais tempo incentivaram sua organização. A grande motivação foi a chegada de recursos para os povoados, que até então dispunham de pouquíssimos equipamentos coletivos.

2 - Processo de criação das Associações

As Associações do Grupo I passaram por várias modificações em sua estrutura: surgiram como Sociedade de Amigos, vinculadas aos Centros de Comunidade (décadas de 60 e 70), e passaram a ter estrutura de Associação Comunitária na década de 80. Nas Associações do Grupo II, houve um processo de discussão, entre os técnicos do PRONASEC e os moradores dos povoados, antes e

durante a fundação das mesmas. As Associações do Grupo III tiveram, no seu processo de criação, o acompanhamento de técnicos da EMATER. Em alguns povoados houve discussão e preparação para a fundação da Associação; em outros, os técnicos e as lideranças encaminharam o processo apenas formalmente, realizando, na maioria dos casos, uma única reunião para a fundação da Associação.

O processo de criação das Associações do Grupo IV se constituiu, no geral, na realização de uma reunião nos povoados para a formalização das mesmas. As lideranças procuraram os técnicos de órgãos do governo, e/ou diretores de outras Associações, para auxiliar no processo de fundação das Associações.

3 - Direção das Associações

As diretorias das Associações têm a mesma estrutura porque os estatutos são muito parecidos, seguindo modelos padronizados pelos órgãos governamentais. As diretorias realizam reuniões mensais e coordenam a Assembléia mensal com os sócios. Os diretores entrevistados colocaram que na reunião da diretoria eles discutem os problemas da comunidade, procuram organizar a administração das obras e equipamentos coletivos que estão no nome da Associação. Percebe-se que as diretorias têm atuado muito mais como administradoras dos recursos do que desempenhado a função de coordenar o processo político-organizativo. Os presidentes centralizam muito as atividades, e são considerados os responsáveis pela Associação. O volume de recursos e projetos que chegaram às Associações imprimiram uma certa profissionalização, e

burocratização ao cargo de presidente, o que reforçou a centralização.

4 - Assembléias e reuniões dos sócios

As assembléias são, em geral, mensais, sob a coordenação do presidente da Associação. A forma de encaminhar a reunião é praticamente a mesma em todas as Associações. Ela tem início com rezas e/ou cantos religiosos (a maioria católicos). Só depois o presidente relata os acontecimentos e problemas ocorridos durante o mês. Percebe-se que a maioria dos assuntos tratados giram em torno dos projetos implantados nos povoados e que são administrados pela Associação. As reuniões são pouco participativas, o presidente fala a maior parte do tempo e os sócios assistem como se fossem uma platéia. Homens e mulheres sentam-se em lugares separados, na sala de reunião, sendo os primeiros os que mais falam. A frequência média nessas reuniões é de 100 pessoas.

5 - Gestão dos recursos coletivos

Todas as Associações têm vários equipamentos coletivos em seu patrimônio, fruto dos repasses feitos por projetos governamentais. Uma parte desses equipamentos estão sem funcionamento, ou funcionando precariamente, como por exemplo: fábrica de doce e licor, padaria, serraria. Outros equipamentos, como máquinas e implementos agrícolas, são utilizados pelos sócios mediante o pagamento de taxas destinadas à manutenção. Os equipamentos ficam sob a responsabilidade de um diretor da

Associação, que presta contas ao conselho fiscal ou na assembléia dos sócios.

6 - Trabalho Educativo

Todas as Associações tiveram apoio e incentivo de agentes externos no seu processo de criação. O Grupo I teve o apoio da Igreja, o Grupo II dos técnicos do PRONASEC, o Grupo III dos técnicos da EMATER, e o Grupo IV de técnicos de vários órgãos governamentais e lideranças de outras Associações. Na história das Associações, percebe-se que a atuação dos agentes governamentais foi predominante, tendo eles desempenhado o papel de assessores, encaminhando as iniciativas educativas, respaldados pela metodologia participativa dos programas. Várias considerações podem ser feitas às formas de encaminhamento deste trabalho educativo (o que será feito na última parte deste trabalho), mas o que importa destacar é a ausência de iniciativas que reforçassem o caráter político organizativo das Associações.

7 - Atividades desenvolvidas pelas Associações

Tanto nos depoimentos dos dirigentes das Associações, quanto nas observações realizadas, a relação entre o número de atividades desenvolvidas pelas Associações e a atuação dos programas governamentais está muito presente. Nos Centros de Comunidade e Sociedades de Amigos, houve grande redução de atividades com o corte de verbas dos convênios com órgãos do

governo, em meados da década de 80. Nas Associações surgidas na década de 80, os recursos governamentais foram os impulsionadores de sua criação. Quando eles começaram a se reduzir, nos anos de 1989 (final Governo Sarney) e 1990 (início do Governo Collor), as associações ficaram praticamente paralisadas. Hoje elas têm muitas dificuldades para administrar o que foi construído e implantado pelos órgãos governamentais, não conseguindo empreender iniciativas que independam de recursos governamentais.

Situação atual das Associações : Novos elementos para redefinição do problema de pesquisa

Das 80 (oitenta) Associações fundadas na zona rural de Palmeira dos Índios, 39 (trinta e nove) estão totalmente paralisadas. Muitas delas nunca saíram do papel. As 41 (quarenta e uma) que ainda realizam eleições, reuniões de diretoria e assembléias com os sócios, estão desarticuladas, quase desativadas. Mesmo as que vivenciaram tentativas de trabalhos educativos, durante o processo de sua criação (como as dos grupos I e II), também estão aos poucos se desarticulando.

Buscando na realidade atual das Associações respostas à questão: Que efeitos a estratégia participativa do Estado produziu nas Associações Comunitárias Rurais de Palmeira dos Índios - AL? (Problema de pesquisa); pode-se adiantar que não houve diferenciação nos efeitos produzidos pela estratégia participativa do Estado. As ações da Igreja (na fundação das Associações mais antigas) e do governo geraram situações que se traduzem, hoje, na cooptação da maioria das lideranças e no imobilismo da organização dos camponeses do município.

A hipótese, desenvolvida no processo de antecipação de respostas teóricas ao problema de pesquisa, apontava o desenvolvimento da organicidade como fator diferencial nos efeitos gerados pela estratégia participativa do Estado nas Associações. Analisando os dados coletados, verifica-se que a organicidade

praticamente não se desenvolveu, pois todas as Associações estão cooptadas, sem capacidade de resistir à tentativa do Estado de submeter os camponeses a uma organização, pautada nos padrões definidos pelo Estado.

A noção de pertencer a uma classe social e, consequentemente, de organizar-se enquanto tal, parece ter sido prejudicada pela composição social da base das associações que, em sua maioria, é formada por camponeses. Estes, como veremos, têm uma inserção bastante contraditória no sistema capitalista, o que dificulta o desenvolvimento da consciência de pertecerem a uma classe social definida. As Associações, por outro lado, parece terem sido fundadas muito mais como instrumento para captação de recursos e realização de obras, do que mesmo no sentido de organização de classe. Pode-se observar isto no seguinte depoimento de um presidente de Associação quando perguntado sobre a origem de sua Associação:

"A gente queria uma casa de farinha e descobrimos que só se fizesse projeto para o governo. Procuramos o técnico do CEPA e ele disse que precisava formar uma Associação."

Todas as Associações tiveram sua origem na ação de agentes externos. Parece evidente que sua atuação não se direcionou à perspectiva classista, ou seja, de luta pelos interesses de classe. É comum nas Associações o discurso da necessidade de união, do reconhecimento da situação de miséria em que vivem os camponeses e da insensibilidade do Governo em resolver os problemas. Na prática das Associações, no entanto, é notável a ausência de iniciativas

coletivas para encontrar solução para os problemas. Normalmente tudo fica nas mãos da direção.

Claro que se reconhece a importância da existência das Associações, como canais de reivindicação dos serviços necessários à zona rural. O problema, porém, parece ser que o processo de formação das Associações foi muito centralizado nas lideranças. Tal centralização gerou autoritarismo e, até mesmo, reforçou o clientelismo, o que em nada contribui para a participação dos camponeses nos rumos da Associação. Aos associados cabe a tarefa de contribuir financeiramente (quando podem) com a Associação, frequentar reuniões, ouvir e até mesmo falar, mas sem ter um controle efetivo sobre o que será feito ou deixará de sê-lo.

A maioria dos presidentes das Associações centraliza todas as informações e atividades em suas mãos, chegando esses dirigentes a comportarem-se como funcionários ou políticos que levam projetos e benefícios para a comunidade. O discurso por eles verbalizado dá-se quase sempre na primeira pessoa: "eu fiz", "eu trouxe", "eu ajudo". As Associações tornaram-se de tal forma dependentes que a intensidade de suas atividades passou a depender da maior ou menor quantidade de ações dos programas do governo.

Com o Governo Collor (a partir de 1990), os recursos diminuíram para os chamados "programas sociais" e os órgãos do governo quase que cessaram suas ações no município; em consequência, as Associações perderam a possibilidade de conseguir mais serviços, através da elaboração de projetos. Isto acarretou uma diminuição significativa nas atividades das Associações, que, em sua maioria, giravam em torno da captação de recursos. O

presidente de uma das Associações mais antigas revelou este fato em seu depoimento:

"Aqui na Associação já houve muitos encontros de jovens, idosos, com outras Associações. Há dois anos (desde 1990) é que tá tudo parado porque faltou ajuda dos órgãos como EMATER, Secretaria da Agricultura."

As Associações surgiram quase que exclusivamente como forma jurídica, que abria acesso aos recursos financeiros dos programas. A maioria delas foi criada a partir de 1987, quando vários programas governamentais, que exigiam a existência de Associações legalizadas para repasse de recursos, intensificaram suas ações na zona rural de Palmeira dos Índios. Mas isso não se deu apenas com as Associações mais recentes, pois as mais antigas também passaram a buscar esta finalidade.

O poder político dominante local muito se beneficiou neste processo, na medida em que controlava, por intermédio dos diretores e alguns técnicos dos órgãos do governo, o repasse de recursos. Este poder tanto atuava diretamente, cooptando e corrompendo líderes para manter a influência político-eleitoral, quanto estava presente em atividade mais gerais, como por exemplo nas festividades realizadas para entrega dos cheques com o valor dos convênios realizados entre os órgãos do governo e as Associações. Eram festividades que funcionavam como verdadeiros comícios.

Houve muitos casos de desvios de verbas nas Associações, devidos, em parte, à burocratização na prestação de contas, que dificultava a fiscalização, e também a má-fé de muitas pessoas que

assumiram a direção das Associações com a intenção explícita de utilizá-las para conseguir proveitos pessoais e politiquinhos. Algumas eleições reproduziram fielmente processos eleitorais majoritários, não sendo raro a disputa acirrada de quatro a cinco chapas pela diretoria de uma Associação. Alguns presidentes chegaram a inaugurar obras com aposição de placas que faziam referência a sua administração. Hoje nota-se nos povoados um crescente descrédito nos políticos, no governo e até mesmo nos presidentes de Associações. Nas últimas eleições municipais, em outubro de 1992, vários destes se candidataram ao cargo de vereador, sem que nenhum tivesse sido eleito.

Na opinião de Maria Emília PACHECO e Jean-Pierre LEROY (1991:45), as Associações que foram fundadas por iniciativa governamental não devem ser vistas apenas como instrumentos de cooptação ideológica e divisão dos trabalhadores. É importante perceber que, para os camponeses, elas significam a vontade e a luta pela sobrevivência. As Associações e os recursos dos Programas não deixam de significar possibilidades de melhorias, mesmo parciais, nas condições de produção e vida dos camponeses, principalmente devido à fragilidade econômica e a falta de assistência. Mesmo admitindo isto, não se deixa de criticar ações assistencialistas e clientelistas de programas governamentais.

Na zona rural de Palmeira dos Índios percebe-se haver hoje um conhecimento maior, por parte dos camponeses, da existência de órgãos e programas e de suas funções. Começa-se a compreender que os trabalhadores têm direito a serviços e que são capazes de, juntos e unidos, buscá-los através das Associações, embora isto ainda se dê de forma incipiente e não generalizada. Em algumas

Associações, houve e há identificação das lideranças corruptas e sem legitimidade que, por exemplo, não foram reeleitas para a diretoria da Associação e nem para vereador.

Apesar de apontarmos que as Associações têm o mérito de ser espaços que se abrem para que os camponeses se reúnam e conversem sobre seus problemas, não podemos deixar de assinalar que, na maioria dos casos, as Associações de Palmeira dos Índios são controladas pelas lideranças. Na verdade, ainda não se experimenta a participação como processo de crescimento do poder de decisão da maioria. Os camponeses fazem parte de uma organização induzida, às vezes imposta de fora, quase nunca gestada por eles. Tomam parte em ações decididas pelo presidente da Associação, pelo técnico, pelo político. Trata-se de uma forma de não-participação, na qual não se decide, ratifica-se, apenas, o que já foi pré-determinado.

A sistematização e análise dos dados coletados na pesquisa revelam a situação atual das Associações Comunitárias Rurais de Palmeira dos Índios, apontando uma nova dimensão do Problema de Pesquisa, levando-nos a definir melhor o foco do estudo. Viu-se acima que todas as Associações encontram-se atreladas à ação do Estado, dela dependendo, com escassas possibilidades de resistir e ainda menos de superar essa relação de subordinação. Diante disso levantamos o seguinte questionamento:

- Que fatores podem estar atuando que permitam explicar o processo de estancamento, paralização e desarticulação das Associações Comunitárias Rurais de Palmeira dos Índios?

Para responder a este questionamento destacamos dois fatores que, se compreendidos de forma articulada, possibilitariam a construção de respostas a essa questão: a) a condição camponesa da base social das Associações e, b) a forma de atuação de vários agentes externos no processo de origem e desenvolvimento das Associações.

A análise da condição camponesa da base social das Associações permitiu-nos entender as particularidades destas enquanto organizações camponesas, embora não sejam nomeadas Associações de Camponeses. Tais particularidades estão intimamente relacionadas com a forma de inserção do campesinato no modo de produção capitalista, nos planos econômico, social e político, a qual reveste um caráter contraditório e ambíguo.

Quanto ao segundo fator, a organização dos camponeses de Palmeira dos Índios caracteriza-se como um processo "imposto" por condições que não surgiram do próprio campesinato. Principalmente na década de 80, os povoados rurais do município foram "invadidos" por agentes institucionais que levaram aos povoados programas que tinham como propósito resolver seus principais problemas. O discurso pautava-se na "participação dos beneficiários em todas as instâncias e momentos dos programas, organizados em Associações"; mas a prática caracterizou-se, em sua maioria, pelo incentivo à criação de Associações que desempenharam muito mais o papel de receptoras e repassadoras de recursos, do que de espaços de organização política e econômica dos camponeses. No geral, essa experiência reforçou a dependência e subordinação dos camponeses à atuação do Estado. Com o incentivo dos agentes externos (os quais muitas vezes não tinham consciência do papel que estavam

desempenhando), concretizou-se um processo organizativo sem autonomia, que hoje encontra-se paralisado, porque voltou-se quase que exclusivamente para as ações desenvolvidas por programas do governo, as quais desde o início do Governo Collor tornaram-se cada vez mais escassas na zona rural do município.

Nos capítulos seguintes da dissertação exporemos estes dois fatores, suas consequências e a influência que exercem sobre a situação atual das Associações. As análises foram construídas a partir das indicações apontadas pelos dados coletados e sistematizados no processo de pesquisa. Foi necessário continuar a pesquisa bibliográfica e empírica, à medida que buscávamos novos elementos para análise.

A CONDIÇÃO CAMPONESA E O PROCESSO ORGANIZATIVO DAS
ASSOCIAÇÕES COMUNITARIAS RURAIS DE PALMEIRA DOS INDIOS

A base social das Associações Comunitárias Rurais de Palmeira dos Indios é, em sua maioria, camponesa, embora não seja difícil encontrar médios e grandes proprietários de terras entre seus associados. Pudemos constatar isto não só nas visitas realizadas nos povoados, como também no Quadro I que mostra a distribuição dos estabelecimentos rurais do município por grupos de área total.

Quadro I - Número de estabelecimentos por grupos de área total

No. total de estabelecimentos=6855		Área ocupada=50 319ha	
Grupos de área total	Quantidade	Área(ha)	%
Menos de 1 ha	2 282	1511	33,28
1 a menos de 2 ha	1 773	2571	25,86
2 a menos de 5 ha	1 531	4892	22,33
5 a menos de 10 ha	566	4007	8,25
10 a menos de 20 ha	311	4485	4,53
20 a menos de 50 ha	228	7066	3,32
50 a menos de 100 ha	89	6245	1,29
100 a menos de 200 ha	35	5039	0,51
200 a menos de 500 ha	34	9527	0,49
500 a menos de 1000 ha	4	2707	0,05
1000 a menos de 2000 ha	2	2264	0,02

97,64%

2,36%

FONTE: Censo Agropecuário de 1985 (IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

No município tem-se 97,64% dos estabelecimentos com área total de até menos de 50 ha, ocupando ao todo uma área de 24 532 ha (48,76% da área total de estabelecimentos). 2,36% dos estabelecimentos possuem área total entre 50 a menos de 2000 ha, ocupando uma área de 25 782 ha (51,24% da área total dos estabelecimentos). Como se vê há uma forte concentração fundiária, pois 2,36% dos estabelecimentos (de 50 a menos de 2000ha) ocupam mais da metade (51,24%) da área total, enquanto 97,64% dos estabelecimentos ocupam área de 48,76% .

Dos estabelecimentos rurais considerados pequenos (até 50 ha), 34,1% têm menos de 1 ha. Muitos camponeses têm apenas o que se chama "chão de casa", com uma área reduzidíssima para plantio e criação de animais. A redução da área de uma grande parte das propriedades é impulsionada pela crescente repartição da mesma entre familiares. A insuficiência de terras, o desgaste do solo, a seca, a falta de recursos para a produção, entre outros fatores, fazem com que muitos camponeses migrem para a zona da cana-de-açúcar, no interior de Alagoas, ou para outros estados, em busca de trabalho. É comum as mulheres e crianças permanecerem na zona rural e os homens migrarem por meses e até anos.

Apesar da pouca extensão da maioria dos estabelecimentos rurais, a maior parte dos produtores têm o título legal da terra, como mostra o quadro a seguir:

Quadro II - Estabelecimentos e área segundo a condição legal das terras

No. total de estabelecimentos = 6207		Área ocupada = 48 380 ha	
Condição	Quantidade	Área (ha)	%
Próprias	4 748	46 111	76,49
Arrendadas	653	886	10,52
Ocupadas	805	1 382	12,96

FONTE: Censo Agropecuário de 1985 (IBGE)

Em relação às atividades econômicas, a maioria dos estabelecimentos se dedica a atividades agrícolas, seguido da pecuária (em expansão no município), como mostra o seguinte quadro:

Quadro III - Número de estabelecimentos por classe de atividade econômica

Número de estabelecimentos = 6855		Área ocupada = 50 319 ha	
Atividade	Número de estabelecimentos	Área (ha)	%
Agricultura	4 097	15 939	56,76
Pecuária	2 465	32 574	35,95
Agropecuária	112	1 205	1,63
Horticultura/ Floricultura	70	125	1,02
Avicultura	110	450	1,60
Extração Vegetal			

FONTE: Censo Agropecuário de 1985 (IBGE)

Conforme informações colhidas no IBGE (Produção Agrícola Municipal), os principais produtos agrícolas do município são: mandioca, milho, feijão, algodão, laranja, caju, batata-

doce, abacaxi, banana, fava, amendoim. Os três primeiros produtos são plantados por quase todos os camponeses, principalmente para subsistência. Normalmente, criam-se animais como: cabra, galinha e porco. Os camponeses têm dificuldades na produção também devido à falta de uma política agrícola que atenda às especificidades camponesas. Não há crédito adequado e um esquema de comercialização que afaste os intermediários.

Pudemos observar que as condições de vida da maioria dos camponeses são muito precárias. Há insuficiência nos serviços de saneamento e saúde, o que permite a incidência de doenças como desnutrição, esquistossomose, cólera. O número de escolas também é insuficiente, situação agravada pela escassez de professores qualificados.

Podemos perceber que a maioria dos camponeses do município vivenciam uma forte contradição: são proprietários das terras onde moram e plantam (têm o título legal), mas sobrevivem sem condições adequadas de produção (insuficiência de terra, falta de apoio para produção e outros) e, conseqüentemente, de vida. Por um lado, podem se considerar autônomos, pois não têm relação direta com um patrão, por outro, submetem-se às desigualdades do mercado. Além disso, a família camponesa vende, eventualmente, sua força de trabalho, quando não consegue produzir em suas terras.

Como entender essas contradições? Como estudar um processo organizativo de base camponesa sem levar em conta as particularidades de sua inserção no sistema capitalista? Nesse sentido procuraremos analisar a forma de inserção do camponês no sistema capitalista e as repercussões disto em sua organização.

Sobre a inserção do camponês no sistema capitalista

Ao analisar as particularidades do campesinato na sociedade capitalista, não pretendemos contemplar as diversas análises, feitas sob várias óticas, produzidas sobre esta categoria social. Elas são, em geral, polêmicas, refletindo a complexidade e diversidade presentes no campesinato.

Numa tentativa de visualizar algumas análises feitas sobre o camponês, pode-se resgatar o agrupamento feito por Laura DUQUE-ARRAZOLA (1985:7-10) acerca da produção intelectual sobre campesinato. Num primeiro grupo estariam estudos que não enfocam a determinação de classe do camponês ou fazem-na sob a ótica funcionalista. A autora acredita que, sob esta perspectiva, o camponês é analisado como ele parece ser e não como ele é. No segundo grupo estariam os estudos sob a perspectiva analítica de classes e de oposição entre elas. A produção deste grupo não é homogênea, pois diferencia-se pelas temáticas, bem como por posturas epistemológicas, que, muitas vezes, são contrárias à teoria social marxista, que pretendem ter como referencial. Neste segundo grupo encontram-se posições tais como:

"a) O campesinato é visto como classe pré-capitalista, em processo inexorável de proletarização; b) O campesinato é considerado uma das classes básicas de um modo de produção específico: o Modo de Produção Camponês ou Modo de Produção Mercantil Simples.....

 c) O camponês é um assalariado disfarçado ou um trabalhador a domicílio; d) O camponês é reproduzido como tal pelo modo capitalista de produção, por ser funcional e complementar a este; e) O camponês é uma forma proletária de trabalhar, é um trabalhador para o Capital" (DUQUE-ARRAZOLA,1985:10).

O debate acerca da permanência ou extinção do camponês no sistema capitalista é polêmico, complexo e multifacético. Lenin acreditava que o campesinato seria fatalmente extinto no modo de produção capitalista, pela dinâmica da diferenciação dos produtores. Segundo José de Souza MARTINS (1989:110-11), Lenin analisava a Rússia camponesa, agrária, como momento de transição, de atraso, um obstáculo ao desenvolvimento do Capital. Kautsky (apud ABRAMOVAY,1992:23) defendia a tese de que o campesinato seria incapaz de resistir à concorrência de grandes empresas agrícolas. Tanto José de Souza MARTINS quanto Ricardo ABRAMOVAY criticam estas posturas. Para o primeiro, Lenin não entendeu que as características "atrasadas" do campesinato dependiam diretamente do desenvolvimento desigual do Capitalismo. Mesmo tendo admitido que o capitalismo penetra de forma lenta e diversa na agricultura, Lenin não teria superado a rigidez e os esquematismos de sua análise sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo. Ricardo ABRAMOVAY analisa que os marxistas russos refletiram sobre uma situação específica não tendo conseguido construir uma teoria universal a respeito do desenvolvimento do capitalismo no campo.

Não se pode negar a tendência à proletarização dos camponeses no modo de produção capitalista, mas, como bem coloca Laura DUQUE-ARRAZOLA (1985:293), esta tendência pode também significar contradição, desde que não se considere o movimento e a determinação histórica do Capital de forma unilinear. José GRAZIANO DA SILVA (1980:63) alerta que a proletarização no campo deve ser entendida de forma ampla, não só como expropriação de todos os meios de produção (necessidade de trabalhadores despossuídos), mas também como a recriação de "novos camponeses". Estes, por sua vez, não são produtores mercantis independentes, pois ocorre uma crescente perda de autonomia e subordinação de seu trabalho ao Capital. Apesar desta crescente subordinação, a reprodução/recriação se dá de forma contraditória, exatamente porque o camponês continua mantendo algumas características básicas que o diferenciam do trabalhador totalmente despossuído dos meios de produção. Embora sua forma de trabalho possa ser considerada proletária, na medida em que é uma materialização da subsunção geral do trabalho pelo Capital, ela se realiza ainda sob uma forma camponesa, sob uma condição camponesa.

Avançar na compreensão da natureza contraditória da unidade econômica camponesa contesta, pois, a idéia de que existe um modo de produção camponês, ou, no outro extremo, de que os camponeses estão plenamente incluídos na sociedade capitalista. A existência dos camponeses é determinada pelas formas particulares do Capital e o que eles produzem só se realiza, enquanto valor, no mercado capitalista. Segundo a perspectiva de análise apontada por Laura DUQUE-ARRAZOLA (1985:242-3), só é possível compreender a

questão compoñesa hoje, a partir do movimento da totalidade capitalista. Do contrário passa-se fatalmente à perceber o camponês "como ser isolado, alheio às determinações capitalistas". É necessário conceber o campesinato "como componente do movimento do capital, como uma das formas de trabalho e de exploração que expressam as relações capitalistas do modo em questão" (p.243). A autora concebe o campesinato "como uma das formas através das quais se manifesta o proletariado no campo" (p.311), o que não significa identificá-lo com o operário, nem reduzi-lo à generalidade operária. Embora sua manifestação imediata não seja proletária, sua determinação de classe é ser proletário.

No desenvolvimento agrícola brasileiro o campesinato se insere de forma contraditória e não linear. As relações de produção capitalistas, no setor agrícola, se aprofundaram com a modernização agrícola, principalmente nas décadas de 60 e 70. Houve uma forte tendência de transformação da economia de subsistência em economia de mercado. O Estado teve um papel decisivo neste processo, agindo por meio de políticas públicas e incentivando a constituição de complexos agroindustriais. Com a modernização, houve necessidade de integração de um maior número de produtores ao mercado, principalmente para fornecer matéria-prima às agroindústrias. Boa parte dos camponeses mudaram suas formas de produzir e os produtos cultivados, para atender às demandas dessas indústrias, o que os atrelou a um esquema que fugia quase que totalmente a seu controle.

No processo de consolidação do desenvolvimento capitalista na agricultura, a pequena produção de caráter familiar não foi eliminada. Houve, sim, uma intensificação do processo de diferenciação. Com a modernização, grande parte do campesinato

passou a ser consumidor de produtos agro-industriais, e produtor de matéria-prima para as agroindústrias. Apesar disso, o campesinato manteve-se como força de trabalho real ou em potencial para o Capital. Para Cândido GRZYBOWSKI (1987:39-40), o processo de diferenciação do campesinato manifestou suas contradições "na forma de seleção/exclusão: de um lado, modernização e integração de um importante segmento; de outro, pauperização, exclusão e até expropriação de uma grande massa de camponeses". Para o autor não ocorreu apenas capitalização e proletarização, pois

"...gerou-se uma nova forma de produção camponesa que acumula meios de produção (e não capital) e permanece em regime familiar de produção. Os excluídos, por sua vez, se opõem à sua proletarização e buscam a terra e os meios de produção, como atestam as lutas de posseiros, de sem-terra".

Na sociedade capitalista a família camponesa é uma unidade de produção e reprodução, regida por relações capitalistas. Ao considerar o camponês contraditoriamente um trabalhador proletário sob uma condição camponesa, leva-se em conta que sua reprodução pelo Capital é parte do processo de proletarização. Laura DUQUE-ARRAZOLA (1985) explica que as relações econômicas nas quais o camponês está inserido obriga-o

"a vender cada vez mais e em maiores unidades de tempo sua força de trabalho como mercadoria, mesmo quando isto é mediatizado pela venda da mercadoria, produto de seu trabalho. Somente em sua forma aparente esta mercadoria é de sua propriedade, como o são também os meios de trabalho e a própria terra" (p.254-5).

Segundo a autora, o camponês está submetido de forma direta ao processo de produção do Capital, quando se assalaria; quando se responsabiliza pela produção de determinados produtos para a agroindústria ou mercado de alimentos, de forma aparentemente autônoma; quando se submete a "pacotes tecnológicos", que o obrigam a comprometer antecipadamente sua produção para instituições financeiras (de crédito), para indústria ou comércio (p.257-8).

Pode-se afirmar, então, que tanto o trabalhador assalariado quanto o camponês estão subordinados ao Capital e participam do seu processo de reprodução ampliada, na condição de força de trabalho. No trabalho assalariado, a mais valia é produzida na esfera da produção e realizada na esfera da circulação, pela compra e venda da força de trabalho. O salário é resultado da venda da força de trabalho enquanto mercadoria. No trabalho familiar do camponês, o sobretabalho é produzido pela auto-exploração do trabalho familiar (cujo valor da força de trabalho não entra totalmente no preço final do produto) e do produto (cujo preço é baixo para a venda), e na esfera da circulação, apropriado por diferentes tipos de Capital. O resultado da venda da mercadoria (o produto agrícola) é o preço do produto. Em ambos os casos, os resultados do trabalho se traduzem na possibilidade de compra dos meios de subsistência, a produção de valor de uso dá lugar à produção de valor de troca (mercadoria) e a subordinação ao Capital ocorre na condição de força de trabalho. Isto não elimina a diferença de que o assalariado não tem qualquer controle sobre o processo produtivo: o camponês controla (mesmo que formalmente) a lógica interna do processo produtivo (PORTO, 1988:137-9).

Admitir a especificidade da unidade camponesa e suas contradições, é negar-lhe um caráter estático, pois as tensões são intrínsecas ao mundo camponês e se manifestam nos processos de reprodução das unidades de produção. Além da tensão presente no processo de diferenciação do campesinato (proletarização/aburguesamento), a tensão autonomia/subordinação é básica para compreender sua inserção contraditória no sistema capitalista, o que influi diretamente no processo de organização dos camponeses (como veremos a seguir). Segundo Pablo SIDERSKY (1991:3 e 5), quando se admite que a unidade doméstica camponesa é uma unidade de produção, admite-se que o camponês é produtor e, como tal, controla meios de produção, organiza o processo produtivo e controla os bens produzidos. Mesmo de forma relativa, ele tem uma certa autonomia, que está permanentemente tensionada com a subordinação imposta pela sociedade capitalista. A outra face (oposta) da autonomia é exercida pelas limitações colocadas pelo sistema econômico, que reduzem e fragilizam o acesso aos meios de produção.

Ainda que submetido às tensões acima referidas, o camponês vem se reproduzindo como tal na sociedade capitalista. A contradição, presente em sua inserção nesta sociedade, não elimina algumas características que lhes são intrínsecas e básicas, as quais são apontadas aqui a partir das formulações de Pablo SIDERSKY (1991:6-18).

Como segunda característica pode-se afirmar que a unidade econômica camponesa usa basicamente o trabalho familiar. Mesmo quando a família camponesa recorre ao trabalho de terceiros, ou

quando seus membros se assalariam em outras unidades de produção, o núcleo regulador de sua atividade econômica continua camponês. A inserção, mesmo que parcial, no mercado capitalista é outra característica da unidade econômica camponesa. A articulação com o mercado é assimétrica, não equivalente, o que permite a subordinação dos camponeses ao circuito global do Capital. Esta articulação pode ser notada em vários momentos: obtenção de meios de vida, compra de insumos, instrumentos de trabalho e terra; venda de suas mercadorias; fornecimento eventual de força de trabalho; contratação de força de trabalho temporária; financiamento de seus gastos e investimentos.

As características acima colocadas, mesmo quando comuns à generalidade "camponês", não podem invalidar a percepção de que há uma grande diversidade no interior desta categoria social. Segundo Cândido GRZYBOWSKI (1983),

"Face ao capital, o campesinato se configura segmentado e heterogêneo, pois, como resultado dos processos diferenciados mas combinados de subordinação, expropriação e exploração, se criam distintas situações de trabalho e vida no campo" (p.53).

Essa diversidade na constituição do campesinato oferece indícios de que é preciso levar em conta as particularidades dos casos, para melhor compreendê-los, o que não significa descartar a importância das generalizações que os estudos sobre o campesinato já produziram.

Sobre o processo organizativo dos camponeses

Já vimos como a existência do camponês no sistema capitalista é contraditória, permeada por tensões. Como bem coloca Laura DUQUE-ARRAZOLA (1985:270) a dialética da determinação de classe do camponês é dada pela "forma contraditória em que se realiza sua existência. A determinação de classe do campesinato dá-se na produção (o que o faz trabalhador) mas realiza-se na circulação (em que se concretiza sua exploração)". Apesar de realizar um trabalho de maneira diferente do operário, porque seu trabalho valoriza de uma forma determinada o próprio Capital. "Sob sua 'condição camponesa' existe um determinado ser proletário" (p.269).

Essa contraditoriedade traz implicações diretas no processo organizativo do camponês, pois ele nem é um trabalhador totalmente desprovido dos meios de produção (o que o levaria a organizar-se como operário), nem é um produtor autônomo. Por isso algumas particularidades devem ser levadas em conta, ao se analisar um processo organizativo que envolva camponeses, como o caso deste estudo sobre as Associações Comunitárias Rurais de Palmeira dos Índios.

João Bosco PINTO (1981:80 e 82) acredita que o camponês tende a ser individualista porque sua forma de produzir é fragmentada e individual, o que intervém diretamente na sua desconfiança para com a ação coletiva. Os camponeses teriam

dificuldades de se identificar com a classe trabalhadora devido à condição de proprietários de terras e de meios de produção. A dificuldade de perceberem-se como classe explorada decorre da ausência de relações antagônicas entre camponeses e outras classes. "Para MARTINS [Expropriação e Violência] a exploração do camponês não é direta mas feita de muitas mediações, o que lhe dá a ilusão de liberdade" (DUQUE-ARRAZOLA, 1985:310).

"Ele o camponês conhece o nome do seu opressor, que é o Capital, e a propriedade capitalista, mas seus olhos estão velados pela autonomia do trabalho, pela sua solidão" (MARTINS, apud DUQUE-ARRAZOLA, 1985:310).

A maioria dos camponeses de Palmeira dos Índios é proprietária das terras que trabalham, embora uma grande parte não disponha nem de 1 ha de terra. Quando perguntamos aos dirigentes das Associações sobre os principais problemas dos povoados, nenhum deles apontou a insuficiência ou ausência de terras. Quando não se referiram à necessidade de obter mais equipamentos de uso coletivo (água, energia, posto de saúde etc.), reclamaram dos poucos recursos, destinados pelo Governo ao apoio à produção agrícola. Há o reconhecimento das precárias condições de vida dos camponeses, mas parece que a condição de proprietários dificulta a identificação deles com a classe trabalhadora. Mesmo o trabalho temporário na cana-de-açúcar ou nas fazendas do município não eliminam a condição de proprietário de terras. Além disso, o município não possui grandes problemas com conflitos de terra, mesmo com a expansão da pecuária.

Clodomir MORAIS (1986:13) acrescenta que o isolacionismo

do camponês é decorrente de seu processo produtivo pessoal, individual, no máximo familiar. A única vinculação econômica se dá no momento em que a produção excedente assume caráter de mercadoria. Haveria uma incompatibilidade estrutural entre os camponeses e uma organização social e participativa. Segundo o autor, é comum o fenômeno do caciquismo em sindicatos, cooperativas e associações de camponeses. Isso não se dá apenas pela tendência individualista do líder, mas também porque os camponeses lhe dão respaldo, asseguram-lhe o domínio. Eles buscam no líder a capacidade que lhes falta de ver o processo produtivo (e organizativo) em seu conjunto. Em suma, os camponeses teriam resistência em se organizar e quando o fazem, organizam-se em torno de um líder, pois seu processo de produção individual, familiar, determina uma visão personalista de seu universo cultural.

Nos povoados pesquisados, em Palmeira dos Índios, pudemos observar o quanto a família camponesa produz de forma isolada, pois não conhecemos nenhuma experiência de produção e/ou comercialização coletiva. A criação de alguns serviços coletivos (escola, centro comunitário etc) na área central dos povoados criou um espaço de maior convivência coletiva entre seus moradores. A Associação passou a funcionar como um espaço de conversas e reuniões dos camponeses. No entanto, percebe-se que há dificuldades na consolidação de uma organização participativa. Não se pode omitir a influência decisiva da forma como os agentes externos atuaram na criação das Associações, mas o fato é que os camponeses do município têm tido muitas dificuldades em seu processo organizativo.

Uma grande parte dos recursos de programas governamentais, investidos nos povoados, foram destinados a projetos que necessitariam de gestão coletiva, tais como: casas de farinha, fábricas de fubá, doce e licor, padaria, serraria, sorveteria, banco de sementes, entre outros. Hoje a maioria desses empreendimentos estão paralisados, e os poucos que funcionam são administrados por um membro da diretoria.

Nota-se que o valor que os camponeses dão à Associação diz respeito à possibilidade que ela oferece de recebimento de recursos. Eles pagam as mensalidades e comparecem às reuniões para usufruir dos benefícios. Não é à toa que o maior comparecimento à Associação ocorre quando há distribuição de sementes, feiras, equipamentos de trabalho e outros. Presenciamos uma reunião de Associação na qual houve distribuição de feijão, vindo da Secretaria de Agricultura, onde um camponês afirmou categórico:

"Ele (o feijão) só chegou por causa da Associação".

Na verdade, não deixamos de reconhecer a importância da Associação para os camponeses. O que é necessário destacar é que, quando apenas se reconhece a possibilidade de atendimento das necessidades imediatas pela Associação, colocam-se limites e dificuldades ao desenvolvimento da consciência política.

Ressalvando a forma como foi encaminhado o processo de criação das Associações pelos agentes externos (o que será abordado posteriormente), vale destacar a tendência dos camponeses de Palmeira dos Índios de organizar-se em torno de um líder. Em alguns

depoimentos de dirigentes de Associação, pode-se identificar elementos que mostram como os camponeses vêem no presidente da Associação a figura do administrador, que precisa mostrar serviço, e como os presidentes também se consideram como tais:

"Na reunião ninguém fala nada. Quando termina a reunião muitos procuram o presidente para reclamar ou pedir alguma coisa."

"Na reunião explico por onde o presidente andou, falo dos problemas da comunidade e conto da minha ida aos órgãos."

"A gente (a diretoria) se reúne para discutir sobre as obras da comunidade. A gente pensa e discute como administrar as obras."

A rica história de luta dos camponeses no Brasil apresenta características marcantes de isolacionismo, dispersão e atomização. Isso, no entanto, não pode ser explicado pela incapacidade dos camponeses de promover uma articulação orgânica de suas lutas. A diversidade e fragmentação dos movimentos sociais no campo refletem as contradições decorrentes das formas de inserção do campesinato no sistema capitalista. Há uma predominância da dimensão local nos movimentos, o que demonstra certas dificuldades de se abrirem a canais de comunicação e participação com a sociedade mais abrangente.

Também observamos a predominância da dimensão local na história das Associações Comunitárias rurais de Palmeira dos Índios. Desde sua origem, sob o incentivo de programas de governo, elas foram criadas para obter melhorias para os povoados. Sua

função política de organização de classe normalmente não é reconhecida, pois tem-se tratado apenas dos problemas locais dos povoados.

A base social das Associações é predominantemente de camponeses, mas não se percebe uma ênfase nesta condição. Não há iniciativas de organização da produção camponesa, pois as Associações funcionam muito mais como uma entidade de captação de recursos para aquisição de equipamentos coletivos.

No geral as Associações permanecem isoladas, sem articulação entre elas e com outras organizações das classes subalternas. Na época da fundação das Associações do Grupo II (1981-1983) algumas delas se associaram a Federação das Associações de Moradores de Alagoas, mas esta articulação não se sedimentou. Com o objetivo de articular as Associações Comunitárias urbanas e rurais do município, foi fundada a Federação das Associações Comunitárias de Palmeira dos Índios. Hoje, no entanto, ela serve muito mais aos interesses dos políticos locais (é presidida pela esposa do ex-prefeito), que se apropriaram de sua direção.

Quando apontamos as dificuldades de caráter estrutural, presentes na organização dos camponeses, não estamos concordando com análises que consideram o camponês fechado, reacionário, preso às raízes do passado. Se consideramos a contraditoriedade da inserção do camponês no sistema capitalista, não podemos analisar suas lutas e movimentos de forma absoluta, estanque, o que pode levar a uma tipificação que os isola das determinações da sociedade. Para José de Souza MARTINS (1989), não é suficiente afirmar que os movimentos camponeses são episódicos, fragmentários

e conservadores. Apesar do caráter inconcluso de sua economia, seus movimentos são "frequentes, disseminados e persistentes", com uma eficácia de certa forma definida. Ele resgata, na história, o fato de que as grandes lutas sociais deste século, no mundo, foram e continuam sendo camponesas. Elas não refletem uma resistência camponesa arcaica, mas a contestação da intensificação da extração de excedentes econômicos, gerada pela forma assumida pela presença do capital na vida das populações rurais" (p.105 e 127). Torna-se necessário, portanto, ir além da aparência em que se manifesta a condição camponesa, o que permite visualizar sua real determinação de classe.

A inserção contraditória do campesinato no sistema capitalista dificulta a definição do camponês enquanto classe, e conseqüentemente, o processo de elaboração de uma precisa consciência de classe. Cria-se a ilusão da autonomia, quando na verdade se vivencia a subordinação. Para José de Souza MARTINS (1989), os camponeses "constituem uma espécie de grupo emblemático da condição subalterna, suas contradições, possibilidades e limites" (p.101). Eles traduzem os dilemas políticos e históricos da classe subalterna, pois, no interior da mesma, encontra-se uma diversificação que é fruto dos diferentes resultados históricos causados pelas contradições internas do desenvolvimento do Capital. O autor analisa que a subalternidade "não expressa apenas a exploração, mas também a dominação e a exclusão econômica e política" (p.99-100). Essa exclusão, desde os primórdios do capitalismo, tem sido integrativa, na medida em que a classe subalterna tem desempenhado o papel de reserva de mão-de-obra e de mercados (enquanto produtora e consumidora). Como ilustra bem o

caso dos camponeses, a subordinação do trabalho ao Capital se dá, por via indireta, por "relações clandestinas". Há

"uma recriação continua de relações sociais arcaicas juntamente com a progressiva criação de relações cada vez mais modernas. O subalterno não é uma condição, figura que o desenvolvimento capitalista supostamente extinguiria com o correr do tempo. Estamos diante de um processo que se atualiza..."(p.100).

Os camponeses não vivenciam relações de subordinação e dependência apenas no plano econômico, no processo de produção. A dependência econômica face ao patrão, ao arrendatário, ao atravessador, gera dependência política. Entre os camponeses é muito comum a idéia de "dever favor" ao patrão. Esse aspecto cultural contribui para dificultar o processo organizativo dos camponeses. A prática paternalista de caráter privado, predominante entre as classes dominantes no campo, generaliza entre os camponeses a idéia de que são ajudados pelo patrão, beneficiados pela sua boa vontade e conseqüentemente, devem-lhe favores. O princípio da consideração é muito forte entre os camponeses, traduzido no respeito e humildade de frente ao patrão e ao político. A submissão ao capital comercial e usuário acentua essa postura. Apesar da tentativa frequente dos movimentos sociais de superar essa realidade, a noção de direitos ainda é muito incipiente, e a maioria dos camponeses se rege pela noção de obrigações e favores. Com isso ocorre a interiorização, aceitação e reprodução da ideologia e cultura dominantes.

Apesar de a maioria dos camponeses de Palmeira dos In-

dios serem proprietários de terras, isto não elimina a dependência econômica citada no parágrafo anterior. A condição de proprietário termina por ocultar as relações de dominação na comercialização dos produtos, na subordinação do trabalho eventual nas fazendas, no arrendamento etc. O clientelismo dos políticos é muito forte, reforçado pela intermediação que eles exercem no repasse de recursos dos órgãos para as Associações. A princípio, a maioria dos dirigentes entrevistados disseram que as Associações foram criadas para que os povoados não dependessem mais dos políticos para receber recursos, como demonstra o depoimento a seguir:

"Faltava desenvolvimento na nossa comunidade. A gente viu que as Associações mais antigas estavam conseguindo recursos. Os políticos prometiam e não cumpriam. A gente criou nossa Associação para conseguir sozinhos."

Só que, na prática, os políticos conseguiram cooptar muitas lideranças, para garantir, entre outras coisas, votos nas eleições. Vários dirigentes admitiram que recorrem aos políticos para conseguir recursos para as Associações. Na verdade nem sempre o político (vereador, deputado, governador) está presente pessoalmente nas Associações: as próprias lideranças reproduzem o clientelismo.

José de Souza MARTINS (1989:105-6) considera que a condição subalterna do camponês não é fruto da desqualificação ou incompetência do mesmo. Ela é resultado da privação do conhecimento pleno das situações e processos históricos gerada pelo capitalismo, que não só o priva das mercadorias, como do conhecimento e do saber que permitem a compreensão do capitalismo. Para o autor isto

explica a maior importância da cultura tradicional e de referências sociais aparentemente sem sentido, entre os camponeses.

Como foi visto anteriormente, mesmo reconhecendo a importância dos movimentos camponeses, não se pode negar que as particularidades da condição camponesa no capitalismo contribuem para dificultar-lhe o processo organizativo. No caso dos camponeses de Palmeira dos Índios-AL, podemos adiantar que outro fator contribuiu para o atual estado de apatia e desarticulação das Associações: a forma de ação dos agentes externos em seu processo de criação e desenvolvimento. A seguir analisaremos a ação desses agentes, a partir de uma contextualização sobre a atuação da Igreja Católica e do Governo, aos quais os agentes estavam vinculados.

CONTEXTUALIZANDO A AÇÃO DA IGREJA CATOLICA E DO GOVERNO NA ZONA RURAL DE PALMEIRA DOS INDIOS - AL

Neste capítulo, procuraremos descrever e analisar a atuação da Igreja e do Governo nos povoados rurais do município de Palmeira dos Índios, relacionando-a com a criação das Associações Comunitárias Rurais. Através do resgate histórico dos trabalhos realizados junto aos camponeses, nas décadas de 50, 60, 70 e 80, pode-se escutar as bases conjunturais sobre as quais foram desenvolvidos, suas propostas metodológicas e suas consequências na organização dos camponeses. Estamos buscando na atuação dos agentes da Igreja e do governo, junto aos camponeses, elementos que possam contribuir para o entendimento do estágio atual de desarticulação e apatia no qual se encontram as Associações.

Veremos como a "participação do povo para a melhoria de suas condições de vida" é um elemento básico nas propostas de participação presentes nestes trabalhos junto aos camponeses. Eduardo MACHADO (1987:17-9) afirma que estas propostas tiveram origem no Desenvolvimento de Comunidade, que a nível de Brasil teve seus primeiros trabalhos na década de 40. Nesta época, destacou-se a criação da Associação de Crédito e Assistência Rural, no ano de 1948, em Minas Gerais, cuja experiência deu origem, posteriormente, a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural e suas filiadas em todo Brasil.

Na década de 50, destacou-se o trabalho das Campanhas de Educação Rural (CNER) e do Serviço Social Rural. No início da década de 60, houve o fortalecimento do Movimento de Educação de Base (MEB), que se iniciou na Igreja de Natal - RN e depois foi encampado pelo Estado. No período populista de 60 a 64, o MEB realizou trabalhos de Educação sindical, representando um avanço nas propostas de Desenvolvimento de Comunidade. Após o Golpe Militar de 1964, o MEB passou a ter objetivos puramente eclesiais de alfabetização. A Igreja Católica também passou por grandes mudanças nas décadas de 50 e 60, na qual setores representativos se inseriram no trabalho voltado para as classes subalternas, impulsionados por resoluções da própria hierarquia, que se deram no Concílio Vaticano II, no II Encontro do episcopado latino-americano em Medellín (CELAM), e nas Assembléias dos Bispos Brasileiros organizadas pela CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil).

No período pós-64, a participação popular foi retomada pelo Governo nas propostas de integração social do I e II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento). Com a crise política e econômica do final da década de 70, aliada às pressões do movimento popular que crescia e se fortalecia, vários programas foram implementados pelo governo, calcados na proposta do planejamento participativo. O auge deste processo se deu na segunda metade da década de 80 no Governo Sarney, tomando outros rumos no início da década de 90 com o Governo Collor.

Procuraremos destacar, entre os vários momentos histó-

ricos, o tratamento que foi dado pelo Governo e pela Igreja à organização e participação dos camponeses. Acreditamos que, juntamente com o estudo das particularidades da condição camponesa da base social das Associações, o estudo da atuação dos agentes externos nos povoados rurais de Palmeira dos Índios forneça pistas para compreensão do processo da criação e desenvolvimento das Associações Comunitárias Rurais.

Programas de Educação Rural (décadas de 50 e 60)

Os programas de desenvolvimento rural desenvolvidos nas décadas de 50 e 60 no Brasil tinham suas bases na proposta de desenvolvimento de comunidade. Este teria surgido no período pós-guerra devido às necessidades estratégicas dos países capitalistas para garantir a ordem social. Argumentava-se que nos países subdesenvolvidos a pobreza tornava a população receptiva à propaganda anticapitalista. A ação prática do desenvolvimento de comunidade consistia na implementação de programas de assistência técnica e social nos países pobres, o que foi amplamente divulgado e sistematizado pela ONU (Organização das Nações Unidas), na América Latina.

Na década de 50, surgiram no Brasil três programas vinculados ao desenvolvimento de comunidade, inspirados em experiências americanas, voltados para a modernização da agricultura. Em 1952, surgiu a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) do Ministério da Educação, decorrência da experiência da

Missão Rural de Itaperuna - RJ, iniciada em 1950. Em 1956, foi criada a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), que tinha por objetivo a assistência às famílias rurais, através do crédito supervisionado e atividades de extensão-educação. A ABCAR era o órgão executor do Sistema Brasileiro de Extensão Rural, com filiados em cada estado da Federação. Em 1955 foi criado o Serviço Social Rural (SSR) que funcionou efetivamente a partir de 1956, com o objetivo de desenvolver e recuperar as comunidades rurais brasileiras.

A CNER tinha a finalidade de difundir a educação de base no meio rural brasileiro, utilizando Centros de Comunidade, de treinamento e Missões Rurais de Educação. Estas últimas "partiam da convicção de que na educação de base encontrava-se a solução para o problema da marginalidade social e para o 'atraso cultural' de nossas populações camponesas" (AMMAMM, 1987, p.53). No primeiro momento, as Missões Rurais atuaram com equipes volantes interdisciplinares, que percorriam as cidades do interior ministrando ensinamentos de higiene, alimentação, técnicas agrícolas, enfermagem, trabalhos manuais etc. Posteriormente avaliou-se a ineficácia dessa forma de trabalho e optou-se por missões rurais fixas em áreas mais restritas. Em 1952, a CNER firmou convênios com várias entidades públicas e privadas para instalação de equipes de Missão Rural em vários estados do Brasil. Nessa mesma época, foram promovidos cursos de Educação de Base, que preparavam profissionais para atuar nas Missões Rurais. Os mesmos prestavam concurso público e eram contratados pelo Ministério da Educação para se integrarem a CNER.

Devido à ausência de registros escritos sobre o trabalho de Missão Rural no município de Palmeira dos Índios, procuramos um médico que participou deste trabalho, o qual nos forneceu informações sobre o mesmo. Segundo ele, a Missão Rural começou a atuar no município no início da década de 50, mas só a partir de 1955 tomou impulso, com a chegada de novos técnicos para compor a equipe local. Foram selecionados os seguintes povoados, que receberam as visitas da Missão Rural: Sítio Gavião (hoje povoado Santo Antônio), Serra de São José, Canafístula, Sítio Estrela (hoje município), Lagoa do Caldeirão.

O trabalho geralmente era iniciado com reuniões nos povoados, para elaboração de um levantamento inicial das condições econômico-sociais. Para reverter a crescente situação de miséria, a equipe de Missão Rural organizava os rurícolas (era assim que os camponeses eram chamados) em grupos de Mães, Moças, Rapazes e Agricultores, com o intuito de conscientizá-los, torná-los sujeitos, com iniciativa para resolver os problemas. Havia a preocupação de descobrir lideranças que passavam para a comunidade as idéias da equipe. Na medida do possível, e com os recursos disponíveis, atendiam-se às necessidades de cada grupo. Um dos meios utilizados pela Missão Rural para difundir a educação de base foi a criação dos Centros Sociais de Comunidade em cada povoado. No início da década de 60, eles serviram de modelo para o trabalho comunitário iniciado pela Diocese de Palmeira dos Índios.

A Missão Rural foi extinta em 1963, e os técnicos passaram a trabalhar no Centro de distribuição de alimentos, vinculado à Campanha Nacional de Alimentação Escolar. Nessa mesma época (1963-

1964), os técnicos se envolveram no trabalho de educação de adultos com o método Paulo Freire.

No mesmo período em que a Missão Rural realizou trabalhos no município de Palmeira dos Índios (1955-1963), houve um trabalho de extensão rural executado pela ANCAR (Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural) no município. Neste período a ANCAR funcionava como escritório da ANCAR-PE, pois a ANCAR-AL só seria fundada em 1963. Os técnicos trabalhavam nos povoados rurais, orientando os agricultores para a produção rural (combate às pragas, curva de nível, uso de juntas de boi e arado etc.) e incentivando a organização de hortas domésticas e escolares.

Em fevereiro de 1963, foi fundada a ANCAR-AL (Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural do Estado de Alagoas), filiada a ABCAR (Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural). A fundação desta última, em 1956, foi consequência de um trabalho iniciado em 1948 com a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), fruto de um convênio entre o governo de Minas Gerais e a American International Association. A mesma teve inicialmente o objetivo de fazer empréstimos aos agricultores, mas a partir de 1952 foi feito um novo planejamento que previa a educação do agricultor e de sua família, e a utilização do crédito como ferramenta de educação, para que o agricultor realizasse com mais facilidade as técnicas recomendadas pelos extensionistas. Maria Tereza FONSECA (1983:98-9) coloca que os fins últimos do programa de extensão eram realmente econômicos, e a educação era um meio para que o agricultor aceitasse o crédito supervisionado. Na

segunda metade da década de 50 a experiência da ACAR-MG já havia se espalhado por vários estados brasileiros, o que levou à criação de um órgão coordenador a nível nacional.

De acordo com os resultados da pesquisa de Maria Tereza FONSECA (1983) sobre o Serviço de Extensão Rural no Brasil, a ABCAR foi criada com a finalidade de planejar e controlar programas educativos para o meio rural, que eram executados pelas ACARs. Eles tinham como princípio básico o trabalho educativo, que seria executado através do uso dos métodos de extensão rural. A metodologia de ação extensionista baseava-se nas idéias e estratégias dos estudos de dinâmica de grupos, as quais davam ênfase ao trabalho com lideranças. Essas eram consideradas a ponte entre a ACAR e o meio rural. Segundo a autora, com a ABCAR, a ação extensionista incorporou alguns elementos teóricos como os conceitos de racionalidade, planejamento e administração. O "saber técnico-científico" era considerado a única solução "possível, rigorosa, objetiva e neutra", capaz de resolver os problemas do homem do campo.

Em 1959, uma missão americana promoveu uma avaliação do desempenho da ABCAR, na qual sugeriu-se a elaboração de um Plano Nacional que contivesse subsídios para elaboração de uma política nacional de extensão rural. A proposta trazia em si uma dicotomia: para as camadas populares rurais seria um programa assistencial, para as elites agrárias um programa econômico. Em 1960 foi elaborado o Plano Diretor Quinquenal (1961-1965) que apresentava a convicção de que o setor agrícola estaria numa condição de subordinação. Veiculava-se o discurso de que o compromisso do

extensionista era ensinar o homem do campo a "resolver comunitariamente seus problemas de nível de vida e produção agropecuária". Para Maria Tereza FONSECA (1983:165),

"na realidade o que as forças dominantes buscavam eram um modo eficiente de agilizar todos os mecanismos sociais possíveis para encobrir as reais contradições da sociedade, cuja viabilidade estava em convencer todas as camadas sociais a se engajarem ativamente em um novo projeto social."

Isto só seria possível com adequação das relações capital x trabalho à manutenção e reprodução do novo padrão de acumulação que se fortalecia com o processo de industrialização. Neste contexto, a ABCAR se posicionou sem nenhum compromisso com os segmentos organizados das classes populares rurais.

A ANCAR-AL surgiu neste período de reformulações nas bases do Serviço de Extensão Rural, no ano de 1963. Seu Estatuto apresentava-a com a finalidade de "executar um programa de assistência técnica educativa, que permite(isse) o aumento racional da produção agropecuária e a melhoria das condições sócio-econômicas da população rural do estado de Alagoas". Para atingir tal finalidade foi prevista a execução de um programa de extensão rural que levasse conhecimentos às famílias rurais sobre melhorias nas técnicas de trabalho e produção, e o desenvolvimento de um sistema de crédito supervisionado.

A ANCAR-AL era uma entidade privada, assim como todas as ACARs filiadas ao Sistema Brasileiro de Extensão Rural, dirigida por uma Junta Governamental da qual fazia parte o Governo do

Estado. Seus membros fundadores pertenciam à sociedade civil (Arquidiocese de Maceió, Associação Comercial, Associação dos Plantadores de Cana, Federação do Comércio, Federação das Indústrias, Sindicato da Indústria do Açúcar, ABCAR), mas tinha como membros cooperadores várias entidades da sociedade política (órgãos do governo), as quais financiavam as atividades da ANCAR.

As consequências do Golpe Militar de 1964 não foram sentidas de imediato pela ABCAR, que continuou executando seu Plano Diretor, financiado pela Aliança para o Progresso. Só a partir de 1966 a ABCAR passou a ter suas atividades regulamentadas e integradas por uma política decorrente das medidas tomadas pelo governo militar, em 1964, das quais se destaca o Estatuto da Terra. Neste período, a ABCAR viu-se diante de vários questionamentos, tanto devido às medidas do governo quanto pela avaliação do Plano Diretor. Esta última introduziu um novo conceito de educação, cujo enfoque principal passou a ser o econômico, e não o psicossocial de antes, e a necessidade de redefinir a clientela da extensão rural. Nesta redefinição, recomendou-se a ampliação do trabalho de extensão para as áreas de grandes propriedades, visando obter maior impacto no aumento da produção e produtividade.

O programa de extensão rural foi perdendo seu caráter assistencial, herdado do modelo americano, deixando de se comprometer com o trabalho educacional, pois não era mais viável para as exigências do novo modelo econômico a continuação dos trabalhos comunitários e o crédito supervisionado. Em 1974 a ABCAR foi extinta e criada a EMBRATER (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural), momento em que o Estado assumiu o papel de empresário na área agrícola.

Analisando os vários momentos da prática extensionista, no período 1948-1968, Maria Tereza FONSECA (1981) considera que o caráter pedagógico-político foi utilizado como instrumento de expansão da lógica capitalista no meio rural. O período de ação da ACAR-MG difundiu o modelo clássico extensionista americano e redefiniu o papel da pequena propriedade no sistema econômico, incentivando um comportamento mercantilizado. Na fase da ABCAR difundiram-se esquemas mais sofisticados em termos de difusão do "ethos empresarial". A EMBRATER surgiu posteriormente como fruto da contradição entre o modelo educacional extensionista e as exigências do sistema econômico. Um programa de atendimento a um público de pequenos produtores significava um entrave ao processo de modernização da agricultura. A autora conclui que a lógica do capital exigiu da Extensão um papel de instrumento de reprodução da contradição capital x trabalho no campo.

Atuação da Igreja Católica na zona rural de Palmeira dos Índios

O chamado trabalho comunitário, realizado pela Igreja Católica na zona rural do município de Palmeira dos Índios-AL, teve início com a instalação da Diocese, em fevereiro de 1962. Em anos anteriores, alguns padres já realizavam esse tipo de trabalho nas paróquias de alguns povoados, mas ele não tinha o caráter institucional que foi dado pela Diocese. Como vimos no item anterior, desde a década de 50 vinha-se desenvolvendo o trabalho de educação de base da Missão Rural e da ANCAR, no município. Antes da instalação formal da Diocese, o Bispo procurou conhecer o trabalho da Missão Rural visitando os Centros de Comunidade. No mesmo ano da instalação da Diocese, o Bispo participou do Concílio Vaticano II, em Roma. Ao voltar ao município, ele iniciou o trabalho comunitário da Igreja Católica, reformou inicialmente os antigos Centros de Comunidade na zona rural e, posteriormente, criou novos Centros na zona urbana. Segundo informações da Diocese, o Bispo havia conseguido recursos estrangeiros para financiar tais iniciativas.

Esta iniciativa do Bispo de Palmeira dos Índios não pode ser analisada como mera atitude individual. Tomando como referência o trabalho de Adelina BALDISSERA (1986), podemos afirmar que na década de 50 a Igreja Católica, no Brasil, passou por várias mudanças. Houve um processo de reestruturação da Ação Católica, a criação da CNBB (em 1952) e a busca da integração entre hierarquia

e laica de vanguarda (o que levou à aproximação de uma parcela da Igreja com a realidade social). Nessa época houve diversos encontros de Bispos do Brasil e, principalmente do Nordeste.

No Governo do presidente Juscelino Kubistschek houve muita identificação entre a Igreja e o projeto desenvolvimentista do mesmo. O caráter cristão, atribuído pelo Governo ao desenvolvimentismo no Brasil, encontrou ressonância na Igreja. A autora afirma que nesse período (final da década de 50 e início da de 60) a Igreja voltou-se para ações de natureza cultural (programas de alfabetização, educação de base, educação popular, promoção comunitária, escolas radiofônicas), de natureza econômica (organização de cooperativas, projetos de reforma agrária) e de natureza social (formação de sindicatos, projetos de habitação, movimentos profissionais, centros de estudo de ação social). Nesses projetos houve uma colaboração muito forte entre Igreja e Estado. "E a 'Nova Cristandade', de caráter populista, nacionalista, desenvolvimentista e paternalista" (p.49).

Nesse contexto sócio-político-econômico-religioso do início da década de 60, surgiram as primeiras idéias sobre as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Essa proposta relacionava-se com a busca de solução para a falta de Clero, bem como a preocupação de organização e evangelização comunitária. Segundo Cândido CAMARGO et alii (1983:63), só a partir da segunda metade da década de 60 há referências sobre as comunidades eclesiais de base nos documentos do episcopado brasileiro. No entanto, já vinham de anos anteriores os esforços para uma renovação paroquial, que enfatizasse uma ação missionária de evangelização. Vários textos

teológicos reclamavam uma maior participação dos leigos na vida da Igreja, além de rupturas com o esquema decisório vertical da hierarquia e com a rígida tradição católica.

A realização do Concílio Vaticano II, em Roma no ano de 1962, foi decisiva no redimensionamento do aspecto comunitário na Igreja, pois houve questionamentos sobre a estrutura verticalista da mesma. Segundo Adelina BALDISSERA (1986:53), várias modificações se deram na estrutura da Igreja a partir do Concílio Vaticano II: Definição da Igreja como Povo de Deus e abandono da concepção piramidal; Nova concepção de hierarquia (autoridade a serviço da comunidade); Nova liturgia (extinção do latim das missas, missas dialogadas etc.); Abertura da Igreja para os problemas sociais, econômicos e políticos; Novas práticas pastorais (pastoral operário, da terra, do índio etc, onde os leigos assumiram certos ministérios na Igreja).

"O Concílio Vaticano II, mesmo sem explicitar o conceito de 'comunidade de base', exerceu grande influência na renovação da mentalidade da hierarquia eclesiástica e do clero, provocando uma nova postura a favor das classes subalternas" (p.53).

Também em 1962, foi lançado no Brasil o Plano de Emergência da CNBB (1962-1965), a qual respondeu em Assembléia dos Bispos ao apelo do Papa João XXIII de elaboração de um Plano de Trabalho que atendesse às especificidades da Igreja Católica, na América Latina. Esse Plano expressava a preocupação de renovação paroquial, quando recomendava a identificação de comunidades naturais e um trabalho com elas que partisse da realidade encontrada. Em 1965,

foi aprovado pela CNBB o Plano Pastoral de Conjunto (1966-1970), o qual estimulava abertamente a renovação das paróquias, através da criação de comunidades de base. Segundo Cândido CAMARGO et alii (1983:64), essa direção indicada pela CNBB (e que tinha origens no Concílio Vaticano II) reforçou e multiplicou as iniciativas que buscavam novas modalidades de reunir os cristãos ("povo de Deus") em torno do Evangelho e de celebrações litúrgicas simplificadas. Várias experiências comunitárias se multiplicaram nas várias Dioceses do país.

Uma dessas experiências foi a da Diocese de Palmeira dos Índios, em agosto de 1963, que criou o Centro Social Diocesano, tendo como finalidade desenvolver assistência social e promoção humana. Para atuar não no assistencialismo puro e simples mas para atuar na vida comunitária dos bairros pobres e da zona rural" (AGUIAR, 1977:83). O Centro Social Diocesano criou uma Escola de Primeiro Grau, o Clube de Mães e a Unidade de Proteção ao Pré-escolar, Cinco (5) Centros de Comunidade na zona urbana e cinco (5) na zona rural(6). O CSD mantinha o trabalho com verbas da LBA (Legião Brasileira de Assistência), com a colaboração de Deputados Federais e Estaduais, com verbas próprias da Igreja, bem como com o trabalho voluntário de leigos.

O Bispo Aguiar afirma em seu livro (1977), que "houve preocupação com os bairros que viviam à margem do convívio social" (p.87), e que desde o início procurou evitar

(6) Vale lembrar que a maioria dos Centros de Comunidade da zona rural foi criado na época da Missão Rural. A Diocese reformou-os e assumiu a coordenação dos trabalhos. Os da zona urbana foram criados sob inspiração dos da zona rural.

"... fazer um trabalho meramente assistencialista. A ênfase foi sempre a de por em prática um programa de atuação numa linha educativa : preparar pessoas a se capacitarem a viver melhor dentro do meio próprio e a ter condições de serem mais úteis a suas famílias" (p.92).

As atividades dos Centros de Comunidade tinham por base o funcionamento de três clubes: Clube de Donas-de-casa, Clube de Moças, Clube de Amigos (mesma organização dada pela Missão Rural). Nos dois primeiros realizavam-se reuniões, palestras educativas (Ex: Higiene, Saúde, Escola), eventos sociais (festinhas, aniversários, casamentos), aulas de religião e aulas de trabalhos manuais (corte e costura, bordado etc.) No Clube de Amigos realizavam-se reuniões e palestra educativas, tais como: Vida em comunidade, União: fator de bem-estar, Ação Comunitária, Compreensão mútua, Higiene Habitacional, Participação na vida social do bairro, Limpeza de ruas e planejamento de trabalho (exemplo retirado do Relatório de Atividades do CSD, de 1969).

A abertura da Igreja para o trabalho comunitário oferece inúmeras possibilidades de análise. Neste caso de Palmeira dos Índios percebe-se que a linha de ação da Diocese se deu no sentido da promoção social, da educação para o ajustamento às condições do meio social em que se vivia. Parece que havia uma crença de que a capacitação (educação) era a mola mestra para enfrentar as dificuldades e carências. O problema não estava no meio social, mas na ausência de condições de adaptação das pessoas a ele. O funcionamento dos três Clubes nos Centros de comunidade mostra o

quanto as ações foram tópicas e fragmentadas. Passava-se uma visão de que era necessário tornar a comunidade harmônica, integrada ao desenvolvimento, vivendo em comunhão, acima dos conflitos de classe (principalmente na zona rural). Nos Relatórios do CSD encontramos expressões como: "preparação para a vida e formação de uma mentalidade comunitária" (1979), "despertar e alimentar o espírito comunitário" (1982), "mudança de mentalidade e criação de hábitos comunitários" (1983).

Adelina BALDISSERA (1986:54-5) levanta alguns pontos de análise do posicionamento da Igreja junto às classes subalternas. Para ela a Igreja entrou em contato com problemas sociais, predominantemente dessas classes, no contexto do período populista. Sua atitude foi paternalista e manipulatória, procurando aumentar seu poder eclesiástico, mas não se colocando a serviço da evangelização dessa base social. Com a crise do populismo, a Igreja voltou-se para evangelizar as classes subalternas, organizando-as em pequenos núcleos religiosos, de celebração e reflexão. Havia a preocupação da Igreja Católica com o avanço do Protestantismo, a aceleração do processo de industrialização-urbanização, processo de modernização, esgotamento do modelo desenvolvimentista, migração do campo para a cidade, etc. A autora (p.53-4) constata que existe um vínculo orgânico entre as CEBs (e outras iniciativas comunitárias) e a hierarquia da Igreja Católica. Manteve-se uma relação estreita que chegou a ser de dependência, pois a Igreja mantinha sob seu controle os grupos e núcleos populares, através de sua orientação, mediada por agentes pastorais.

Em relação ao Golpe Militar de 1964, a hierarquia da

Igreja Católica teve um comportamento contraditório e ambíguo. Ela viu-se dividida entre a ordem militar da doutrina de segurança nacional e a justiça social. No interior da Igreja conviviam o grupo católico conservador e os cristãos comprometidos politicamente com as classes subalternas. O Estado militar, temeroso da situação indefinida da hierarquia da Igreja Católica procurou incorporá-la em seu interior. Para isso se valeu da estratégia de evitar qualquer conflito, isolando e exterminando os grupos engajados no processo de libertação dos pobres. O Estado-militar conseguiu manter o movimento popular em refluxo, mas não o anulou, pois novas formas de organização, mobilização e resistência brotaram no interior das classes subalternas.

Apesar de amplos setores do Clero e do laicato terem estimulado e apoiado o Golpe Militar e não obstante terem, os Bispos mais envolvidos e identificados com a ação católica voltada para os pobres, sido afastados da direção da CNBB, alguns setores da Igreja abrigaram movimentos populares que se encontravam desarticulados, esvaziados e reprimidos. Segundo Cândido CAMARGO et alii (1983:66), o Plano de Pastoral de Conjunto (1966-1970) continuava em vigor e "os bispos mais preocupados com as consequências sociais do Evangelho mergulharam em suas dioceses em um trabalho silencioso e persistente de construção de uma Igreja pobre, ao lado e do lado dos pobres" (p.66). Neste período é que as CEBs começaram a estar mais voltadas às classes subalternas, funcionando como espaço de organização e resistência.

Em Palmeira dos Índios o período pós-64 foi o mais intenso no que se refere às atividades do Centro Social Diocesano (criado em 1963). Os centros de comunidade da zona urbana foram

criados entre 1964-1966, os da zona rural entre 1965-1969. Talvez pela falta de identificação do clero local com a ala progressista da Igreja Católica ou pela ausência de movimentos populares fortes no município, o fato é que não consta nos registros da Diocese de Palmeira, nem no depoimento dos que nela atuaram, um trabalho de organização popular de cunho progressista. Segundo os Relatórios de atividades das décadas de 60 e 70, deu-se ênfase a um trabalho educativo de cunho muito conservador, muito voltado para a acomodação, para o não questionamento da situação vigente.

Na segunda metade da década de 70, ocorreram algumas mudanças nos Centros de Comunidade. A partir de 1975, os Clubes de Amigos passaram a se chamar Sociedade de Amigos; os Clubes de Moças e de Donas-de-casa só funcionaram até 1978. Os cinco Centros de Comunidade da zona rural funcionaram plenamente até 1986, quando, a partir de então, apenas três permaneceram em funcionamento, destacando-se o do Povoado Santo Antônio. A partir de 1990 registra-se uma crise financeira no trabalho do Centro Social Diocesano, consequência do não repasse de verbas pela LBA. Hoje, todas as atividades estão paralisadas, sendo o espaço físico dos Centros de Comunidade utilizado para comemorações e datas festivas. A maioria dos voluntários não trabalha mais.

Programas governamentais que atuaram na zona rural de Palmeira dos Índios, nas décadas de 70 e 80

Desde a década de 50, vários programas do governo vêm atuando na zona rural do município de Palmeira dos Índios. Até o Golpe de 64, vários trabalhos de educação de base para os camponeses foram desenvolvidos, os quais foram progressivamente extintos após o Golpe, principalmente com o AI-5, em 1968. Segundo Maria Lia PANDOLFI (1987), até o início da década de 70, o governo direcionou aos camponeses nordestinos, basicamente ações de enfrentamento das situações de calamidade pública provocadas pela Seca, investindo na construção de estradas e açudes. Só a partir da segunda metade da década é que o governo redefiniu seus parâmetros de intervenção do Estado, através de programas especiais.

Em Palmeira dos Índios, na década de 70, tanto as ações dos programas do governo quanto, as ações comunitárias da Igreja Católica foram intensas na zona rural. A interligação entre a ação da Igreja e a do governo já vinham ocorrendo desde a década de 60, principalmente nas ações da Missão Rural, ANCAR e Centros de Comunidade. A partir da década de 80 começou a haver um declínio na intensidade das ações do trabalho da Igreja nos povoados rurais. Alguns fatores influíram: falta de disponibilidade dos voluntários, novas orientações dos bispos que assumiram a Diocese, dificuldades financeiras que aumentavam a cada ano, devido à diminuição dos convênios com entidades governamentais. Na esfera governamental ocorreu o oposto. Os programas voltados para os povoados rurais se

intensificaram a cada ano, atingindo seu ápice no Governo Sarney (1985-1989).

Neste item procuraremos descrever e analisar a atuação do governo nas décadas de 70 e 80 no meio rural, através do estudo de programas desenvolvidos. É importante destacar, de antemão, a variedade e multiplicidade de ações implementadas por esses programas, o que gerou, na maioria das vezes, paralelismo de ações que em nada, ou quase nada, melhoram o nível de vida dos camponeses. Contextualizaremos as ações nas conjunturas dos Governos Geisel, Figueiredo e Sarney, descrevendo com mais detalhes os programas que atuaram no município de Palmeira dos Índios, buscando suas relações com a fundação das Associações comunitárias rurais.

Governo Geisel (1975-1978)

Desde o início, o Governo Geisel começou a sofrer as consequências da crise do sistema econômico ocidental, acentuada a partir de 1973-1974. O ajuste do preço do petróleo atingiu o modelo econômico brasileiro e, conseqüentemente, abalou as estratégias de exportação que sustentavam grande parte da economia brasileira. Os índices de inflação voltaram a subir, a dívida externa aumentou, bem como a pressão para que a economia se abrisse ao capital estrangeiro. No plano político o governo sofreu uma derrota eleitoral nas eleições parlamentares de 1974, o que já refletia o (re)surgimento do movimento popular.

Este quadro de crise impôs ao governo a necessidade de redefinir sua estratégia política para manter-se no poder. O discurso passou a ser o da distensão, institucionalização, e descompressão, com um caráter lento, gradual e seguro. Apesar disso o AI-5 ainda vigorava, inexistindo um Estado de direito que facilitasse combater as arbitrariedades e a corrupção. A partir de 1974/75, a participação começou a se fazer presente no discurso do governo. De início, timidamente; depois, generalizando-se a todos os ministérios. Ao final do Governo Geisel, o planejamento participativo passou a ser diretriz obrigatória nos programas do governo, o que só foi consolidado no Governo Figueiredo. Segundo João Bosco PINTO (1986:34), a estratégia participativa refletia duas necessidades do Estado: consolidar a hegemonia sobre a classe

dominada e apropriar-se do movimento popular e da participação que surgia no seu processo de luta, transformando-a em participação outorgada, concedida.

O Governo Geisel lançou para o período 1975-1977 o II Plano Nacional de Desenvolvimento que, segundo Eduardo MACHADO (1987:19), refletia a retomada do discurso governamental da participação popular, numa ótica de integração social, que tinha se iniciado no I PND (1972-1974). No II PND optou-se pelas políticas distribuidoras de renda, através de programas como: Emprego, Salário, Recursos Humanos, PIS/PASEP, Habitação, Defesa do Consumidor, Demografia, Desenvolvimento Urbano, execução da Reforma Agrária e do Programa de Redistribuição de terras (PROTERRA). A estratégia básica prevista para o desenvolvimento social do país calcava-se na eliminação dos focos de pobreza absoluta, sobretudo no Nordeste e periferia dos grandes centros.

Alguns Programas de Desenvolvimento rural para o Nordeste tiveram atuação neste período governamental: Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE), Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semi-árida (Projeto Sertanejo), Programa Nacional para Promoção de Produtores de Baixa-renda. Dois programas setoriais também se direcionaram para a zona rural: Programa de Interiorização de Ações de Saúde e Saneamento do Nordeste (PIASS) e Programa Nacional de Alimentação e Nutrição. Na área de assistência técnica e extensão rural foi criada, em 1975 a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Alagoas (EMATER/AL), filiada a EMBRATER, que havia sido criada em 1974.

A EMBRATER havia substituído a ABCAR (Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural), cuja forma de trabalho não atendia mais as necessidades de modernização da agricultura do período pós-64. Segundo Maria Tereza FONSECA (1983:178), o modelo de trabalho da ABCAR, direcionado a pequenos e médios produtores, não dava respostas satisfatórias à difusão do "ethos empresarial". O Estado procurou substituí-lo por ações mais rentáveis do ponto de vista do Capital e assumiu ele próprio o papel de empresário, criando a EMBRATER e suas filiais. A EMATER/AL passou a executar o Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural (PROATER), o qual tinha como objetivos para o trabalho de assistência ao produtor rural: aumentar produção, produtividade, oferta de alimentos e matéria-prima; fortalecer a estrutura das empresas rurais; dinamizar o processo de comercialização; desenvolver ações de caráter educativo na saúde, educação e alimentação; promover o desenvolvimento do cooperativismo; capacitar mão-de-obra e fortalecer o crédito rural. Havia um trabalho diferenciado junto aos chamados produtores de baixa-renda, no sentido de orientá-los para incrementar a produção agropecuária, levando ao aumento de renda e melhoria na educação, saúde e nutrição.

Dentre os programas de desenvolvimento rural, o POLONOR-DESTE pode ser considerado a primeira experiência concreta orientada para a chamada pequena produção. O programa foi criado pelo Decreto no.74 794, de 30/10/74, e Exposição de Motivos no. 269-B de, 29/10/74, tendo por finalidade "promover o desenvolvimento e modernização das atividades agropecuárias do Nordeste" (MINTER.SUDENE, 1985:20). O programa pretendia promover

melhorias nas condições de vida e bem-estar da população rural nordestina através da atuação em áreas integradas que deveriam se transformar em pólos de desenvolvimento integrado. A execução dos PDRIs (Programas de Desenvolvimento Rural Integrado) contou com o apoio do Banco Mundial. As ações voltadas para o pequeno produtor rural norteavam-se por dois objetivos: romper com as formas produtivas de auto-subsistência e criar condições para o surgimento de um novo tipo de consumidor ou produtor articulado ao mercado capitalista. No final da década de 70, a discussão da participação foi colocada de forma mais enfática no âmbito do POLONORDESTE, permeada pela crise econômica e política do país. Segundo Eduardo MACHADO (1987:22-3),

"a concepção de planejamento participativo, neste momento, não supera(ou) o paradigma de um sistema integrado e equilibrado, mas apresenta(ou) uma versão mais complexa e diferenciada da integração social proposta pelo planejamento anterior".

No final do Governo Geisel, a oposição ao Governo Militar e o movimento popular ganharam mais impulso. Realizaram-se as primeiras greves no ABC paulista, apesar da Legislação Trabalhista extremamente repressiva que as proibia. A atuação dos trabalhadores e das forças democráticas no país conquistavam novos espaços políticos, ao tempo em que pressionavam o Governo para acelerar o processo de redemocratização. As Forças Armadas, temerosas de que o processo de mudança fugisse ao seu controle, viabilizaram a eleição do General Figueiredo para Presidente da República, no Colégio Eleitoral.

Governo Figueiredo (1979-1984)

O Governo Figueiredo também sofreu as consequências da crise econômica mundial, marcada pela elevação nas taxas internacionais de juros e no preço do petróleo, em 1979. O FMI passou a exigir novos ajustes recessivos, colocando novamente a necessidade de gerar excedentes exportáveis para pagamento dos serviços da dívida externa. Desde a posse (15/03/1979) este governo deu ênfase à necessidade de abertura política, o que não ocorreu por acaso. Desde o final do governo anterior crescia a oposição ao Regime Militar, a qual ganhou novo impulso com sua vitória nas eleições de 1978 e com as primeiras greves no ABC Paulista. A abertura política era uma necessidade para o próprio governo, pois garantia sua sobrevivência e a não-ruptura do governo militar.

Em março de 1981, o governo lançou o III PND para o período 1980-1985. Este documento refletiu os condicionantes da época: crise energética, restrições na balança de pagamentos, dívida externa e pressão inflacionária. O III PND objetivava aumentar a renda e o emprego, melhorar a distribuição de rendas, reduzir as disparidades regionais com prioridade para o Nordeste, equilibrar a balança de pagamentos, desenvolver algumas políticas setoriais prioritárias: Agricultura, Abastecimento, Energia e Política Social (Brasil, III PND, 1981:8-11).

No Governo Figueiredo (a partir de 1980) o discurso ofi-

cial reassumiu um conteúdo participativo. Vários programas apresentaram diretrizes de estímulo à participação dos beneficiários, e tiveram o planejamento participativo como meio para viabilizar esta participação. Mais uma vez o discurso da participação não se apresentava por acaso, pois o Regime Militar constatava o crescimento dos movimentos populares a nível nacional e percebia o quanto ele tinha se afastado das classes populares. Como pontua João Bosco PINTO (1984), desde 1978 vários órgãos do governo já vinham propondo a participação da população organizada no processo de desenvolvimento, tais como: SUDENE, PROJETO RONDON, BNH, FUNAI, EMBRATER, MOBRAL. "O Estado, vendo o desenvolvimento das lutas populares, decide entrar de pleno, no campo da organização das classes trabalhadoras, através de políticas participacionistas" (p.133-4). A seguir, destacaremos alguns desses programas, pelo papel que desempenharam no processo de criação de Associações Comunitárias Rurais, em Palmeira dos Índios.

1 - Programa de Desenvolvimento de Comunidade do MINTER
(Ministério do Interior)

Em 1979 o Ministério do Interior propôs algumas "Diretrizes e Formas de Implementação do Programa de Desenvolvimento de Comunidade do MINTER". Este foi um dos primeiros documentos do Governo Figueiredo, senão o primeiro, a incorporar as diretrizes de participação. Seu objetivo era "desenvolver um trabalho de promoção social junto às populações carentes, buscando mobilizar esforços do Governo e da Comunidade, suas necessidades básicas e viabilizar sua participação no processo de desenvolvimento sócio-econômico do

país" (MINTER,1979:03). O Desenvolvimento de Comunidade asseguraria a participação da população, com prioridade para pequenos e médios produtores, através de ações sócio-educativas, tanto para formas de organização já existentes (conselhos de comunidade, associações), quanto para propiciar condições de auto-organização da população que ainda não estivesse organizada.

2 - Programa de Desenvolvimento de Areas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE)

Um dos programas que teve maior atuação no meio rural nordestino prosseguiu sua atuação na década de 80, embora com algumas modificações em sua concepção original. Em 1980 o Programa incorporou preocupações como: reestruturação fundiária, crédito para pequenos produtores, desenvolvimento comunitário, formas associativas de produção, além da introdução do planejamento participativo (MINTER. SUDENE. BNB. Avaliação..., 1985:25-7). A segunda fase do Programa previa uma maior participação comunitária, como mostra o trecho a seguir: "Considerar a atividade comunitária não como subprojeto mas como estratégia de participação do público-meta nas diversas ações do projeto..." (SUDENE.POLONORDESTE..., 1981).

3 - Programa Nacional de Ações Sócio-Educativas e Culturais para o Meio Rural (PRONASEC)

Em janeiro de 1980, o Ministério da Educação e Cultura

instituiu o PRONASEC. O Programa tinha por finalidade proporcionar educação básica, de forma integrada com a política de desenvolvimento agropecuário, e diversas formas de educação especial. Esta última, nas formas de preparação para o trabalho, fortalecimento da organização social e econômica, desenvolvimento cultural da população e desenvolvimento comunitário (PRONASEC, p.01). A Participação Comunitária era uma das metas do Programa, com o objetivo principal de esclarecer e orientar os grupos carentes do meio rural sobre o valor e necessidade de participação efetiva no planejamento, execução e avaliação das ações institucionais voltadas para o desenvolvimento sócio-econômico e cultural das populações rurais. O Programa enfatizava o relacionamento entre educação e cultura, educação e vida comunitária, educação e trabalho produtivo (PRONASEC, 1981:01).

Em Alagoas o Programa foi coordenado pela Secretaria de Educação e Cultura do estado e operacionalizado por uma equipe interprofissional formada por técnicos de vários órgãos estaduais: Secretaria de Educação e Cultura, Secretaria de Saúde e Serviço Social, EMATER, Secretaria de Planejamento etc.). Antes de implantar o Programa nos municípios, esta equipe realizou um trabalho de capacitação de seus membros em Metodologia Participativa, a qual fazia parte da proposta do programa. Em 1981, foi selecionada a área de atuação para o primeiro ano do PRONASEC. No município de Palmeira dos Índios foi selecionado inicialmente o Povoado Canafistula, que já tinha um Centro de Comunidade (construído pela Diocese na década de 60), funcionando como entidade legal para recebimento de recursos.

A partir de janeiro de 1981, técnicos de órgãos a nível estadual, juntamente com técnicos de nível local, iniciaram atividades denominadas de "capacitação de recursos humanos locais". Convidaram várias pessoas, da região selecionada, líderes que participavam de algum tipo de organização (professores, agente de saúde, representante do Sindicato de Trabalhadores Rurais, agentes de pastoral etc.) e realizaram treinamentos, nos quais foram apresentados o Programa e a necessidade de levantar as principais demandas possíveis de poderiam serem atendidas. A ampliação do primeiro grau maior da Escola de Canafistula (para qual confluíam estudantes de povoados vizinhos) apareceu como primeira necessidade a ser atendida pelo programa. Outras atividades também foram se desenvolvendo, tais como: apoio às atividades folclóricas, atividades artesanais (crochê, bordado), campanhas de vacinação, prevenção de câncer, vacinação de animais, treinamentos sobre participação comunitária e encontros de diversos povoados para levantamento de alternativas de solução para seus problemas.

A divulgação do Programa, feita pelas lideranças que participaram dos primeiros treinamentos, permitiu a expansão do trabalho dos técnicos para povoados vizinhos a Canafistula. Várias reuniões foram feitas, nas quais sempre havia interesse das lideranças acerca do que o PRONASEC poderia beneficiar os povoados. A partir da atuação deste Programa, cinco Associações Comunitárias Rurais foram fundadas. Além do Sindicato de Trabalhadores Rurais, não havia outro tipo de organização que aglutinasse trabalhadores rurais, a não ser os Centros de Comunidade da Igreja Católica, em alguns povoados, e duas Sociedades de Amigos surgidas a partir dos mesmos.

Os técnicos do PRONASEC trabalharam no município até meados de 1984, quando a equipe foi desfeita pelo Secretário de Educação, pressionado pelos políticos locais. Eles se sentiram ameaçados pela metodologia participativa, desenvolvida pelos técnicos, o que, entre outras consequências, não permitia a intermediação de verbas por eles. Os técnicos controlavam os recursos, que eram repassados às associações, pelo Governo Federal.

4 - Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (PROATER)

No Governo Figueiredo a EMATER continuou atuando na zona rural com o PROATER. Em 1980 a Empresa atuava em Alagoas junto ao que se chamava produtores de baixa renda, articulado com três outros programas: Promoção de Produtores de Baixa Renda (convênio com o INAM - Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição), POLONORDESTE e Programa de Promoção de Pescadores Artesanais (convênio com SUDEPE - Superintendência de Desenvolvimento da Pesca). Em Palmeira dos Índios a EMATER trabalhou desde 1979 com programas conjuntos com a Secretaria de Saúde do Estado. Segundo documento do PROATER de 1980 (p.10-1), as atividades no campo da saúde e nutrição significavam a preocupação de que o desenvolvimento econômico dos beneficiários deveria estar em harmonia com o desenvolvimento social. A metodologia de trabalho respaldava-se na organização de grupos de capacitação de mão-de-obra, cooperativismo, com a finalidade de fortalecer o público-meta, levando-o a uma mudança comportamental.

No início da década de 80, alguns extensionistas da EMATER de Palmeira dos Índios fizeram parte das equipes local e estadual (central) do PRONASEC. Essa participação se deu inicialmente, muito mais pela penetração dos extensionistas nos povoados do que por determinação explícita da Empresa. Com a evolução da incorporação do discurso participativo no governo, os PROATERS começaram a contemplá-lo. Em 1981 a EMATER-AL criou um projeto de assistência ao pequeno produtor, reconhecendo que estes tinham problemas diferenciados dos médios e grandes produtores, configurando-os como público prioritário da assistência técnica e extensão rural. O projeto objetivava aumentar a renda e melhorar as condições de vida dos beneficiários, por meio da assistência em aspectos de saúde, nutrição e organização comunitária. A organização rural era uma meta a ser atingida através da constituição de grupos de famílias. Em 1982, a Educação, Diálogo e o Senso Crítico passaram a ser os princípios básicos da extensão rural. O planejamento participativo foi tomado como estratégia no exercício da corresponsabilidade entre Estado e população (PROATER, 1982).

A partir de 1984 a "dinamização dos produtores para as diversas formas de organização" passou a ser um segmento da extensão rural. Havia a orientação de incentivar e apoiar as instituições, associações, sociedades organizadas, cooperativas e sindicatos, inclusive para obtenção de constituição jurídica. Ficou mais explícito no planejamento da empresa o trabalho com Associações. Com isto vários povoados que não tinham Associação passaram a receber orientações da área social da EMATER.

5 - Proposta Inicial do PROJETO NORDESTE

No final do ano de 1981, o Banco Mundial propôs financiar a implantação de um único programa de desenvolvimento rural para o Nordeste, devido às avaliações negativas acerca das intervenções anteriores nessa área, que por sinal tinham sido financiadas pelo próprio Banco. Em setembro de 1982, foi criada uma Comissão Interministerial, composta pela SEPLAN (Secretaria de Planejamento), Ministério da Agricultura, Ministério do Interior e SUDENE. Esta aprovou em novembro os termos de referência para uma "Avaliação e Redefinição de uma Política de Desenvolvimento Rural para o Nordeste Brasileiro", que apontavam os seguintes objetivos:

"Avaliar os programas de desenvolvimento rural existentes no Nordeste, elaborar uma política e estratégia de desenvolvimento, tanto regional quanto rural e, finalmente, aprimorar as políticas e instrumentos setoriais, os mecanismos operacionais e os dispositivos constitucionais existentes" (CHALOULT, 1985:69).

Os estudos apontaram que programas como POLONORDESTE, PROJETO SERTANEJO, PROHIDRO, PROCANOR, teriam contribuído para reforçar as relações de produção já existentes na região, beneficiando pouco os trabalhadores rurais. Alguns motivos foram apontados: não participação efetiva do pequeno produtor no planejamento, elaboração e execução; problemas estruturais com a posse e uso da terra e acesso aos recursos hídricos; falta de articulação entre vários programas e ações (CHALOULT, 1988:04). A

maioria dos programas de desenvolvimento rural não impediu a intensificação da concentração fundiária nem a queda de indicadores sociais como nutrição e saúde. Os verdadeiros beneficiários teriam sido setores de médios e grandes produtores que já tinham a seu favor outros instrumentos, como o crédito.

Em agosto de 1983, foi criado um grupo de trabalho com a finalidade de elaborar a proposta do Programa Regional de Desenvolvimento Rural para os Pequenos Produtores do Nordeste. Nessa proposta, a participação apareceu como o principal instrumento das ações de desenvolvimento rural. O elemento organizativo era o principal instrumento metodológico sugerido para o programa, devendo ser estimulado. Havia a intenção de tornar o pequeno produtor agente ativo do programa, ao contrário de sua situação de sujeito passivo na maioria deles. Eduardo MACHADO (1987:26) considera que este foi um novo momento na trajetória do planejamento participativo nos projetos de desenvolvimento executados pelo Estado. O autor também destaca que não se pode minimizar o papel da pressão popular nessas redefinições: afinal, vários movimentos organizados ressurgiam no país com mais força, e intervindo mais na dinâmica social.

Governo Sarney (1985-1989)

A transição do Governo Militar do General Figueiredo para um Governo Civil foi marcada pela discussão da necessidade de redemocratização do país. Os militares prepararam uma saída da cena política, mas não queriam perder o controle do processo de transição.

A crise do regime autoritário estava vinculada à crise econômica que se anunciou em 1979 e que assumiu características recessivas a partir de 1981, além do agravante que foi a derrota eleitoral do Governo nas eleições diretas para Governador dos Estados em 1982. O Regime Militar sofreu uma queda progressiva na sua capacidade de enfrentar conflitos e gerir a crise que crescia a cada ano (FIORI, 1990:137).

A marca fundamental da transição foi a não ruptura da ordem institucional. O povo foi às ruas lutar por eleições diretas para Presidente da República em 1984, mas as regras eleitorais foram mantidas, pois a Emenda das Diretas fora derrotada no Congresso Nacional e as eleições ocorreram no Colégio Eleitoral. Brasília SALLUM JUNIOR (1988:26) analisa que a preservação das regras eleitorais não só impediu a participação popular no processo sucessório como reduziu o impacto reformista que teria a intervenção popular no processo.

A articulação entre o principal partido de oposição

(PMDB) e os liberais do regime, na chamada "Aliança Democrática", garantiu a eleição de Tancredo Neves e José Sarney no Colégio Eleitoral. A transição acabou saindo e sendo mantida no seio do Regime Militar, com um caráter tranquilo, sem ousadias ou turbulências. A Nova República instalou-se em 15/03/1985 com a posse do Vice-Presidente José Sarney, devido à morte de Tancredo Neves.

Apesar da tentativa de controle da Economia, através de vários Planos de Estabilização Econômica, o Governo na Nova República não conseguiu manter-se articulado e muito menos conseguiu impedir o gradativo empobrecimento das classes médias e pobres. A massa de assalariados e boa parte da classe média viram frustradas suas expectativas de mudanças. O imobilismo governamental e as altas taxas de inflação geraram várias lutas por aumentos de salário, reposição de perdas e redução da jornada de trabalho, entre outras. O Governo Sarney passou pela convivência de uma difícil transição política, afetada pela crise do Estado e o esgotamento da estratégia desenvolvimentista (FIORI, 1990:141).

O I PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) da Nova República foi lançado para o período 1986-1989, anunciando a decisão de estabelecer uma política econômica com orientação social. Isto levaria à erradicação da pobreza e recuperação do salário real, cumprindo as três metas estratégicas do Governo: reformas, crescimento econômico e combate à pobreza. Previu-se uma concentração de esforços e recursos em Programas Sociais, como distribuição gratuita de alimentos para gestantes e nutrizes, leite para crianças, creches, abastecimento, saúde, educação básica,

saneamento, transporte, etc. Um dos critérios para implantação das políticas sociais seria "...contar com a maior participação das populações interessadas, permitindo-lhes indicar suas necessidades quando da definição de prioridades e escolha de instrumentos para sua realização" (BRASIL. Presidência da República. I PND:53).

No I PND o Governo identificou um quadro social da Agricultura caracterizado pelo aprofundamento das desigualdades e empobrecimento de grande número de agricultores, principalmente pequenos produtores e trabalhadores sem terra. O desafio que se colocava seria o estabelecimento de bases para construção de um novo padrão de desenvolvimento agrícola visando aumentar a produção, produtividade e melhorar o abastecimento interno; além de adotar medidas para elevar o nível de vida da população rural, através do acesso à terra e equipamentos sociais (saúde, educação, previdência e trabalho). Prevvia-se o empreendimento de um programa de Reforma Agrária e de apoio aos pequenos produtores, nas áreas de produção familiar e sua organização em bases associativas (BRASIL. Presidência da República. I PND:120-1).

Como vinha acontecendo desde meados da década de 70, a participação continuou sendo a estratégia principal colocada nos Programas e Projetos da Nova República. A retórica da "participação e organização da Comunidade" consolidou-se no discurso governamental, o que pode ser visto nos vários programas aqui enumerados. Estes foram selecionados devido à importância e interferência que tiveram na fundação de novas Associações Comunitárias rurais no município de Palmeira dos Índios.

1 - PROJETO NORDESTE - PAPP (Programa de Apoio aos Pequenos Produtores)

No I PND da Nova República, o Nordeste foi apresentado como área prioritária para atuação dos programas do Governo, aproximando-se do propósito de diminuir as disparidades regionais. Para esta região foi criado o Programa de Desenvolvimento da Região Nordeste (PROJETO NORDESTE), através do Decreto 91 178 de 01/04/1985. Seu objetivo era desenvolver a região, econômica e socialmente, num período de 15 anos, sob a coordenação da SUDENE. A meta era beneficiar dois milhões de famílias de pequenos produtores, a um custo total de US\$ 12 bilhões.

O PROJETO NORDESTE foi previsto, no I PND da Nova República, com os seguintes programas: Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP), Programa de Irrigação do Nordeste, Programa de Apoio a Pequenos Negócios Não-Agrícolas, Programa de Educação no Meio Rural, Programa de Saúde no Meio Rural, Programa de Saneamento Básico no Meio Rural, Programas Emergenciais (como o Programa de Recuperação de Áreas Atingidas por Enchentes). O PROJETO NORDESTE só efetivou sua primeira etapa, correspondente ao desenvolvimento rural para pequenos produtores, por meio do Decreto 91 179 de 01/04/1985 que criou o PAPP (Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural). Segundo Yves CHALOULT (1985:08), alguns documentos elaborados nos estudos iniciais (nos quatro Grupos de Trabalho) tinham um caráter mais progressista do que os governantes permitiam. Com isto, várias modificações foram efetuadas na elaboração da proposta definitiva do PAPP. A proposta anterior

garantia autonomia maior das organizações dos Pequenos Produtores e uma participação ampla dos mesmos.

O FAPP tinha como objetivo geral superar a pobreza do Nordeste através da melhoria nos níveis de renda e produção dos Pequenos Produtores, aumento na oportunidade de emprego e eliminação do subemprego e desemprego rural (MINTER.SUDENE, 1987). A Organização e Participação apresentavam-se como diretrizes básicas, presentes em todos segmentos do Programa: Ação Fundiária, Recursos Hídricos, Crédito Rural, Extensão Rural, Geração e Difusão de Tecnologia, Comercialização e APCR - Apoio às Pequenas Comunidades Rurais.

O segmento APCR destaca-se dos demais porque se propunha a ser o meio que possibilitaria a participação efetiva dos trabalhadores organizados, em todos os segmentos do Programa. O APCR permeava todo o FAPP, com o objetivo geral de contribuir para a melhoria nas condições de vida das populações envolvidas no programa, através de um processo participativo, organizativo, descentralizado, permanente, desburocratizado e auto-sustentado (ALAGDAS.FAPP, 1987:76). Os recursos do APCR (através do Fundo de Apoio Comunitário) eram destinados a três linhas de ação: Mobilização e Organização do Produtor, Apoio a Empreendimentos Geradores de Oportunidades de Emprego e Renda, Implantação de Equipamentos Públicos Comunitários.

O Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (MSTR) participava das reuniões da Comissão Regional de Desenvolvimento Rural (CRDR), instância máxima de deliberação do FAPP. Pela primeira vez, os beneficiários de um Programa participavam ativamente de seu

processo decisório. Além disso, as FETAGs (Federações de Trabalhadores na Agricultura), a partir de 1987, passaram a executar a primeira linha do APCR (mobilização e organização de produtores), recebendo recursos para contratar assessores, comprar veículos, equipamentos e materiais para suas sedes.

A inserção do MSTR no PAPP causa até hoje inúmeras controvérsias. Yves CHALDULT (1988:104) acredita que a presença do movimento sindical no PAPP gerou o perigo do atrelamento e tutelação de alguns sindicatos ao Estado, sendo usados para referendar o Programa. O que aconteceu na verdade é que o maior poder de decisão continuou nas mãos do Estado, do capital nacional e internacional (Banco Mundial). Regina NOVAES (1989:5-6) coloca que o PAPP legitimou instâncias sindicais, mas deu condições apenas a certos grupos, dentro do sindicalismo, de se reproduzirem enquanto direção, enfatizando um novo tipo de peleguismo. Além disso, o estreitamento das relações entre FETAGs e Governos dos estados permitiram o comprometimento da autonomia das Federações frente à burocracia estatal e às estratégias dos governos estaduais para esvaziar e administrar os conflitos. A mesma autora (1988:229) considera que o APCR teve ações inoperantes, pulverizadas e que era altamente seletivo, devido à ineficiência da máquina estatal e à performance do poder local. Com isto as possibilidades de cooptação dos trabalhadores, lideranças intermediárias e direções sindicais estavam presentes.

Para Ildes OLIVEIRA (1988:5) o PAPP transformou os sindicatos de trabalhadores rurais em repassadores de recursos e executores de projetos, o que atarefou os dirigentes com elaboração

de projetos, administração de recursos, prestação de contas etc. Também fomentou e estimulou a criação de Associações para repasse de recursos, as quais normalmente foram fundadas sem discussão com os trabalhadores rurais. Yves CHALOULT (1985) lembra que várias lideranças sindicais colocavam que o APCR era perigoso, porque poderia ser um golpe para o MSTR, através da criação de organizações paralelas ao mesmo.

Após dois anos de atuação do FAPP (1988), o Setor de Avaliação da CEPA-AL (Fundação Estadual de Planejamento Agrícola - Unidade Técnica do FAPP) já identificava alguns problemas na sua execução, principalmente em relação ao segmento APCR. Este estava tendendo a se constituir num mero financiador de projetos, os quais não apresentavam estudos eficientes sobre a viabilidade e impactos dos mesmos (ALAGOAS.CEPA.1988:03). Em 1989, uma supervisão feita pela CEPA na região de Palmeira dos Índios detectou que a execução do APCR fugia totalmente à concepção original, pois estava se tornando apenas financiador de projetos, contribuindo para a pulverização de Associações. A supervisão também apontou paralelismo de ações entre órgãos como: Banco do Brasil, LBA, CEPA, Programa São Vicente etc. (QUINTELA, PEREIRA, SEIXAS et alii, 1989).

O "Estudo Especial Sobre Casas de Farinha", elaborado pela equipe de avaliação da CEPA/AL em 1990, também detectou que a participação dos beneficiários do FAPP no processo de planejamento e execução das atividades, ainda era muito incipiente. As decisões estavam sendo tomadas basicamente a nível das diretorias das Associações, e os produtores estavam organizados só para ter acesso aos projetos já adquiridos por outros povoados. A formalização e

legalização das organizações de produtores se davam pela necessidade desta condição para recebimento dos benefícios (ALAGOAS.CEPA, 1990:61)

2 - Fundo de Desenvolvimento Comunitário (FUNDEC)

O FUNDEC (Fundo de Desenvolvimento Comunitário) foi criado em 1982 pelo Banco do Brasil, o qual era operacionalizado através de concessão de empréstimos individuais para financiar infra-estrutura coletiva, com correção monetária de 30%. Em 1985, na Nova República, o FUNDEC teve suas características alteradas, para cumprir a função social do Banco do Brasil, que estava prejudicada pela extinção de alguns subsídios, como o seguro agrícola.

Com as modificações feitas, o FUNDEC passou a financiar infra-estrutura coletiva em comunidades rurais, com o objetivo de desenvolvê-las sócio e economicamente. O princípio básico que orientava suas ações era o de despertar na comunidade sentimento de coesão e solidariedade, para deflagrar o processo de desenvolvimento. Em sua concepção, o FUNDEC colocava-se como alternativa ao ciclo vicioso criado pelas ações que vinham "de cima", e não fundamentavam-se na iniciativa da coletividade. O FUNDEC pretendia ser o incentivador e articulador de ações, despertando forças latentes na comunidade e somando serviços já existentes, numa interação interinstitucional (GUIA operacional do FUNDEC). Os recursos seriam repassados sob forma de empréstimos às

"entidades de natureza civil, sem fins lucrativos, representativas da comunidade... se necessário a criação de entidades, optar-se-á(ia) por Associações ou conselhos de desenvolvimento comunitário. A Agência (do Banco do Brasil) deverá(ia) orientar sua legalização..." (GUIA operacional do FUNDEC, item).

A primeira fase do FUNDEC, em Palmeira dos Índios, teve início em 1985, sendo selecionados três povoados que já tinham sido trabalhados pelo PRONASEC (Lagoa da Areia dos Marianos, Lagoa do Exu e Impueiras). Foram financiados 57 projetos para estes povoados, referentes a: abastecimento de água; construção de igreja, cemitério, casa de farinha, pocilga; aquisição de caminhão, e outros. Os técnicos do Banco do Brasil e EMATER ajudavam as Associações a fazerem os projetos, e o povoado de Lagoa do Exu chegou a ter trabalhadores treinados para fazê-los.

Em 1987, o FUNDEC ampliou sua área de atuação para mais dezesseis povoados; em 1988 mais quatro foram incorporados, além de alguns outros mais recentemente (1991/92). Desses povoados trabalhados a partir de 1987, dez tiveram suas Associações fundadas com o incentivo direto da equipe do Banco do Brasil. Geralmente representantes das Associações mais antigas participavam das reuniões e incentivavam a fundação de outras. Os Estatutos eram legalizados com a ajuda do Banco e de políticos. Algumas Associações mais antigas tiveram que mudar seus estatutos para atender às exigências do FUNDEC.

Normalmente a primeira reunião para apresentar o FUNDEC nos povoados era feita em conjunto com EMATER, CEPA, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Cooperativa de Pequenos Produtores.

Elaborava-se um cadastro das famílias, uma pesquisa de opinião sobre as obras de maior necessidade e um diagnóstico de cada localidade. Este último subsidiava a elaboração do Plano de Desenvolvimento Comunitário, que se aprovado o financiamento pelo Banco, era levado ao povoado através de reunião para informações de que serviços seriam executados. Os serviços se realizavam em mutirão e a Associação assumia o financiamento, elaborando relatórios periódicos das atividades desenvolvidas.

3 - Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural-PROATER

Este programa, que já vinha sendo implementado pela EMATER desde a década de 70, sofreu modificações na Nova República. Foram incorporados novos objetivos e estratégias relacionados à participação e organização dos pequenos produtores. A partir de 1985, ações do PAPP foram incorporadas à extensão rural, o que permitiu, por exemplo, a colocação do objetivo de "apoiar e estimular as diversas formas de associação de produtores rurais do Estado, de maneira a aumentar sua capacidade produtiva, seu poder de barganha nos vários mercados e sua influência na sociedade" (ALAGOAS, EMATER, PROATER, 1985, p.09). O princípio da "efetiva participação da população, na tomada de decisão e de ação na busca de seus interesses na solução dos problemas comuns" deveria ser operacionalizado através de estratégias de ação como a "organização de agricultores". Com isto, a Extensão rural deveria estimular a criação e fortalecimento de associações de produtores rurais (ALAGOAS, EMATER, PROATER, 1985:16).

Em 1985, a EMBRATER (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural) lançou para discussão a proposta de trabalho denominada Educação Associativista, o que englobaria o trabalho com Associativismo, cooperativismo e outras formas de organização de produtores. Algumas diretrizes se destacavam: o trabalho associativo deveria estimular ações econômico-sociais que elevassem o nível de vida do pequeno produtor e sua família; trabalho de extensão rural integrado com sindicato, cooperativa e outras formas de organização; a base do trabalho seria a comunidade, com o objetivo de solucionar os problemas utilizando-se várias formas de organização associativista (grupos naturais, associações de produtores, conselhos comunitários, condomínios rurais, cooperativas, sindicatos etc.); ações de associativismo deveriam ser efetivadas em áreas de concentração de pequenos produtores rurais; o método deveria ser o participativo e de convivência do técnico com a família rural (AMARAL, 1985:18-19). Neste mesmo ano, a EMBRATER definiu em dois grandes campos o papel e funções da extensão rural: 1-Organização dos agricultores como fundamento - desenvolvimento das organizações rurais, do associativismo das lideranças; aperfeiçoamento econômico e político das formas associativas através da ação educativa 2-Ações substantivas da orientação e assistência técnica - na produção, na comercialização/abastecimento (EMBRATER, 1985:11).

Em 1986, o I PND da Nova República colocou novas orientações para a Extensão Rural, no sentido de democratizar as decisões tomadas no Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER) e o compromisso com a implantação da

Reforma Agrária. Permaneceu a diretriz de estimular a organização associativista, justificada pela indicação de que

"... para a solução de problemas concretos, as pequenas associações (formais ou informais) têm sido bem sucedidas, com a vantagem de ser organizadas com maior eficiência, de proporcionar maior participação do agricultor e de revitalizar o espírito de solidariedade" (ALAGOAS, EMATER, PROATER, 1986:15).

Nos PROATERs de 1988 e 1989 algumas modificações foram feitas, principalmente a explicitação da metodologia participativa para a extensão rural. O desenvolvimento de ações voltadas para trabalhadores sem-terra, pequenos e médios produtores, pequenos comerciantes, jovens rurais, artesãos, foi colocado como prioritário, direcionado pelo incentivo às diversas formas de associativismo da família rural (sindicatos, cooperativas, associações comunitárias etc.). A estratégia de ação anteriormente denominada de "Organização de Produtores" (PROATER DE 1985), passou a se chamar "Metodologia da Participação e Organização". A organização rural não seria um método de trabalho com grupos, mas uma estratégia de desenvolvimento técnico, econômico, cultural e sócio-político dos produtores. Caberia à extensão rural orientar na criação de organizações, no funcionamento e desenvolvimento, evitando a dependência das mesmas à extensão rural, por meio de um processo educativo (ALAGOAS.EMATER.PROATER, 1988 e 1989).

A partir de 1987 a EMATER ALAGOAS, e conseqüentemente a representação local de Palmeira dos Índios, passaram a ter vários problemas, entre os quais falta de recursos e condições de trabalho para os técnicos, o que dificultou a continuidade do trabalho de

organização rural, o qual estava previsto nos planejamentos da Empresa. Com o discurso do governo de incentivo à organização dos pequenos produtores e a incorporação dessa estratégia no trabalho de extensão rural, algumas discordâncias apareceram entre os técnicos do Escritório de Palmeira dos Índios (o que era generalizado para outros municípios). Em geral, os extensionistas da área produtiva insistiam na necessidade de fundar associações para que os recursos chegassem mais rapidamente aos povoados, mesmo que isso implicasse em fundar associações apenas legalmente, sem trabalho de base entre os pequenos produtores. Os extensionistas da área social (principalmente os que participaram do PRONASEC) colocavam a necessidade de fazer um trabalho educativo a médio e longos prazos, no processo de criação das Associações Comunitárias Rurais.

4 - Programa de Interiorização da FEBEM (Fundação de Bem-estar do Menor)

Em 1987, a FEBEM (hoje chamada FUNDAC- Fundação de Apoio à Criança e ao Adolescente) deu início à execução do Projeto de interiorização, efetivando um trabalho de apoio às comunidades rurais e urbanas no interior do Estado, com recursos repassados pela FUNABEM (Fundação Nacional de Bem-estar do Menor). Pretendia-se que as ações de apoio à criança surgissem de suas comunidades, de suas famílias, na medida em que se buscava o aumento da renda e acesso a outros bens de promoção social (ALAGOAS. SETAS.FEBEM.1988:74). No primeiro momento, a FEBEM-AL montou uma equipe de trabalho a nível estadual (técnicos lotados em Maceió), que desenvolveu uma

avaliação geral dos Convênios até então realizados no interior do estado. Em Palmeira dos Índios, foi feita uma avaliação de que

"Vários investimentos foram realizados nesse município respaldando um número representativo de comunidades, principalmente rurais (FEBEM/FUNABEM/CEPA/EMATER/LBA, FAE, SEAC, FUNDEC, DEFESA CIVIL, EDRN e outros), no entanto a forma desarticulada como esses órgãos atuaram, não possibilitou expressividade para a promoção social dessas famílias, consequentemente, resumidas melhorias no município" (ALAGOAS.FEBEM. Relatório de Avaliação-1987).

O levantamento inicial das necessidades dos povoados de diversos municípios, possibilitou a elaboração do plano de trabalho no interior do Estado para os anos de 1988/89. Este destacava a importância da organização comunitária e a participação popular no trabalho de sensibilização nas questões básicas (saúde, habitação, alimentação, saneamento, educação formal e informal, manifestações culturais e incentivo às atividades produtivas). Os projetos deveriam ser elaborados no sentido de favorecer o processo de discussão na comunidade, resultando na busca de alternativas de trabalho para a população. A elaboração dessa proposta foi uma forma de contrapor-se ao encaminhamento dado pela FUNABEM, que conveniava com as associações, muitas vezes repassando recursos que não eram prioritários no povoado. A equipe da FEBEM passou a ser intermediária da elaboração dos projetos e tentou viabilizar um trabalho que dinamizasse um processo pedagógico, numa linha de ação comunitária. Em Palmeira dos Índios, foram priorizados dezoito povoados a serem trabalhados a partir de 1988.

Em 1989, a equipe da FEBEM pretendeu dar um caráter

maior ao apoio comunitário, com o objetivo de que os projetos elaborados fossem mais do que o repasse de recursos financeiros. Propunha um trabalho de base, capaz de fazer uma consciência coletiva, além de articular uma rede institucional de atendimento às necessidades constatadas (ALAGODAS.SETAS.FEBEM.1988.p.75). Na verdade, o que ocorreu a partir de 1988, com as eleições municipais, é que a FENABEM não mais repassou verbas para a FEBEM executar as ações, mas passou a ser executora e aprovar projetos sem o trabalho de base nas associações, pretendido pela equipe da FEBEM. A ingerência política passou a ser mais forte e o cadastro das associações chegou a ter quatrocentas(400) associações em todo o estado, para serem atendidas com recursos da FEBEM/FUNABEM. Em 1989, a situação se agravou com as eleições presidenciais.

Para elaborar a proposta de trabalho para 1990, a equipe da FEBEM, diante dos problemas com ingerência política, realizou uma pesquisa nos povoados trabalhados, observando principalmente o nível de participação das comunidades e o perfil sócio-econômico das mesmas. A proposta foi elaborada, tendo a participação como veículo indispensável para a consecução do objetivo de desenvolver atividades que melhorassem as condições de vida das comunidades trabalhadas. A participação implicaria numa troca de conhecimento entre a comunidade e a equipe técnica, baseada no princípio do diálogo (ALAGODAS.FEBEM, 1989). A proposta para 1990 não chegou a ser executada na sua totalidade, devido às mudanças na política do menor durante o Governo Collor (Estatuto da Criança e do Adolescente), e pelos problemas de ingerência política no trabalho com Associações.

5 - Atuação da FUNABEM (Fundação Nacional de Bem-estar do Menor)

Em 1986, os técnicos da FUNABEM-AL fizeram um cadastro das ações dos órgãos governamentais e não-governamentais que favoreciam o menor e o desenvolvimento de comunidade. Nesta época, a FUNABEM só fazia convênios que atendessem diretamente o menor (ainda não realizava trabalho com comunidades). Em 1987, o Escritório de Alagoas, através da Assistente Social, elaborou o "projeto de casa de farinha comunitária" para o povoado de Lagoa da Areia dos Marianos em Palmeira dos Índios. O projeto foi aprovado pela FUNABEM Nacional, embora ainda não houvesse diretrizes estabelecidas de que o órgão deveria financiar projetos comunitários.

Posteriormente a FUNABEM passou a desenvolver a atividade Ação Comunitária, na qual os técnicos do Escritório de Maceió faziam reuniões nos povoados dos municípios, levantando necessidades que poderiam ser atendidas por projetos. Em geral fizeram-se projetos para: Casa de farinha, armazém, padaria, centro comunitário, iniciação profissional (corte e costura, marcenaria, datilografia etc.). Os recursos eram repassados, através de convênios, para diversos órgãos: governo estadual (Secretaria do Trabalho, Secretaria de Segurança, FEBEM, Secretaria de Saúde), UFAL, Prefeituras, e entidades sociais particulares, as quais recebiam recursos a fundo perdido, como no caso das Associações comunitárias rurais. A equipe de técnicos do escritório estadual da FUNABEM repassava os recursos para as entidades conveniadas, supervisionando e acompanhando o retorno social do investimento.

Segundo um Assistente Social da FUNABEM-AL (hoje FCBIA

- Fundação Centro Brasileiro de Apoio a Criança e o Adolescente), havia a preocupação de que o repasse de verbas para as Associações fosse atividade-meio, isto é, deveria haver discussões sobre a "vida das comunidades, a sua promoção humana". Ela colocou que houve muita ingerência política, tanto de políticos locais, quanto dos governos estadual e federal. O que se constata hoje é um volume enorme de recursos investidos nos povoados de Palmeira dos Índios, materializados em equipamentos caríssimos (fábrica de doces, de fubá, padaria, serralha, sorveteria etc.) e que não são utilizados pelos beneficiários, que teriam o retorno social dos investimentos. Além do que, muitos recursos foram desviados nas campanhas eleitorais, principalmente para Presidente da República.

6 - Programa de Apoio às Organizações do Pequeno Produtor do Nordeste - Programa São Vicente

O Programa São Vicente foi criado pelo Decreto no.92320 de 23/01/1986. O próprio Presidente Sarney batizou-o com esse nome, por este ter sido um santo ligado aos pobres no século XVII na Europa. O programa pretendeu apoiar as organizações de pequenos produtores, mesmo as informais, com recursos a fundo perdido. Tinha o objetivo de "estimular e induzir os pequenos produtores a se organizarem sob forma associativa visando aumentar seus níveis de produção, produtividade e renda" (Artigo I do Decreto de criação do Programa, apud DUQUE, 1987:42). Os Projetos Comunitários deveriam ser elaborados pelo próprio grupo a ser beneficiado e aprovado pela Comissão Comunitária do município, formada pelo gerente do Banco do Brasil ou Banco do Nordeste, representante da

Igreja Católica, do Sindicato de Trabalhadores Rurais, eleito em assembleia, ou representante da Cooperativa de Pequenos Produtores. Posteriormente seria encaminhado para a SUDENE, que se aprovasse, enviaria os recursos para o grupo, normalmente através da EMATER.

Para Regina NOVAES (1988:231-2), este Programa foi criado com o intuito de estreitar as relações entre Estado e Igreja Católica, principalmente nos setores preocupados com a fixação do homem à terra. Alguns agentes de pastorais estavam envolvidos em conflitos no Nordeste e a Igreja Católica havia manifestado apoio crítico à primeira proposta do Plano Nacional de Reforma Agrária. A Igreja pretendia ser um ator influente no jogo político que se configurava para a definição da política agrária do país. Passou a formular críticas mais contundentes à transição conservadora, a medida que várias definições da política agrária da Nova República obstaculizavam a execução da Reforma Agrária. O Estado, então, viabilizou uma proposta de valorização de formas comunitárias e associativas, com o Programa São Vicente, no intuito de fixar o homem na terra, o que poderia estreitar seus objetivos com os da Igreja. Yves CHALOULT (1988:108) avalia que o São Vicente reproduz o APCR do PAPP, contribuindo para pulverizar os recursos e a intervenção do Estado, além de também não resolver o problema do acesso à terra.

Até aqui percorremos um caminho historiográfico (desde a década de 50 ao final da década de 80) para mostrar a grande quantidade de ações empreendidas por agentes externos junto aos camponeses de Palmeira dos Índios. Estes foram alvo de intervenções

múltiplas, que ocorreram algumas vezes de forma simultânea, mas que em sua maioria não resolveram seus principais problemas. O discurso da participação, organização, mobilização, conscientização, esteve presente em quase todos os programas, o que não impediu de ter se desenvolvido um processo educativo, que pode ser caracterizado pela imposição de conteúdos, idéias, normas etc. A proposta metodológica de participação terminou servindo para confirmar e reproduzir a lógica social dominante.

No caso de Palmeira dos Índios, os agentes externos terminaram contribuindo para que a consciência dos camponeses se limitasse às práticas desenvolvidas pela Igreja e pelo Governo. Normalmente, a participação limitou-se à esfera técnica e institucional, pois as questões foram sempre tratadas longe do campo da luta de classes. Na segunda metade da década de 80 os órgãos do governo repassaram muitos recursos para as Associações. Em vez disto significar autonomia para gerir a vida nos povoados, a participação limitou-se à gerência e administração de recursos, o que só veio a reforçar o atrelamento das Associações à burocracia.

Todos os programas analisados direcionaram suas ações aos camponeses; no entanto, em nenhum deles estes foram tomados como tais. No discurso dos programas, eles foram tratados como rurícolas, homens do campo, pequenos proprietários, pequenos produtores, produtores de baixa renda e outros. Foram utilizados critérios relativos ao tipo de cultivo, ao tamanho da terra, ao tamanho da produção ou à quantidade de renda, para qualificá-los. Como bem colocam João Bosco FINTO e Laura DUQUE-ARRAZOLA (1989:02), estes termos parecem indicar que todos os produtores são iguais, diferenciando-se apenas pelo tamanho da propriedade, escala de

produção e renda, tipo de produtos e tecnologia. A diferença é reduzida ao nível meramente quantitativo, sem tomar em conta a inserção dos camponeses nas relações sociais de produção.

Neste capítulo, foram feitas descrições e análises das ações da Igreja e do Governo, na zona rural de Palmeira dos Índios. Essas ações foram empreendidas por vários agentes que atuaram diretamente na criação e desenvolvimento das Associações. No próximo capítulo, continuaremos a análise do papel do agente externo nas Associações, procurando estabelecer a relação de sua atuação com a atual desarticulação e desmobilização verificadas nas Associações.

SOBRE A ATUAÇÃO DOS AGENTES EXTERNOS

Neste capítulo, procuraremos abordar alguns aspectos relacionados à atuação dos agentes externos nas Associações Comunitárias Rurais de Palmeira dos Índios. Já vimos, no capítulo anterior, que esses agentes estão vinculados à Igreja Católica e ao Governo, desempenhando importante papel no processo de criação e desenvolvimento das Associações. Para entender sua atual situação de desarticulação e desmobilização, não se pode deixar de considerar a forma como se deu a ação desses agentes. Isto articulado à compreensão de que a própria natureza contraditória da produção camponesa não facilita a organização autônoma dos camponeses. Eles normalmente necessitam da ação de agentes externos em seus processos de organização, como se pode observar no caso de Palmeira dos Índios.

Para entender o movimento organizativo dos camponeses do município, é preciso levar em conta que, no desenvolvimento histórico, social e político da sociedade brasileira, várias foram as formas de negação da cidadania e de não reconhecimento de seus direitos econômicos, sociais e políticos. Historicamente, os camponeses desenvolveram relações de subordinação com o poder, representado pelos fazendeiros, chefes políticos e comerciantes.

Mesmo quando seus processos de luta põem em questão essas relações de dominação, ainda é muito incipiente, entre os camponeses, a prática de discussão e a tomada de decisões autônomas, embora não deixe de ser reconhecida a importância e a potencialidade dessas lutas. Aliado a isto, tem-se a intervenção do Estado como a mediação mais específica do capital para a reprodução camponesa. Esta tem-se dado, historicamente, sob uma forma e estilo verticalizados, constituindo um grande empecilho para a participação consciente dos camponeses, embora os programas aqui analisados sempre tragam o discurso da participação.

Tomando-se a concepção ampliada de Estado, formulada por Gramsci, pode-se afirmar que o Estado não é uma entidade neutra, acima da sociedade, nem representa apenas os interesses dominantes. Ele é um conjunto de relações contraditórias e dialéticas, pois convivem interesses antagônicos, em seu interior. Duas instâncias distintas coexistem, de forma complementar, no Estado: a sociedade política e a sociedade civil.

Na primeira, estão os mecanismos que representam o monopólio legal da coerção (entendida como controle, imposição), caracterizada pela dominação direta. Na segunda, encontram-se os organismos que elaboram e/ou defendem as ideologias que buscam o consenso (coesão). Por meio da sociedade política, as classes exercem a dominação, mediante a coerção. No âmbito da sociedade civil elas exercem sua hegemonia, buscam aliados que compactuem com suas posições, por meio da direção política e do consenso. Ambas servem para manter e promover uma determinada base econômica, que interessa a uma das classes fundamentais. O Estado é, portanto,

hegemonia revestida de coerção. No seu interior são exercidas duas funções contraditórias e complementares: a coerção e o consenso.

As relações contraditórias que se dão no interior do Estado são muito concretas, ocorrem cotidianamente na sociedade, o que permite afirmar que o Estado também é muito concreto, materializando-se na ação de vários agentes, vários atores. Nesta perspectiva, estamos analisando a ação da Igreja (sociedade civil) e do Governo (sociedade política) na zona rural de Palmeira dos Índios, o que só é possível através do estudo dos agentes que concretizaram esta ação.

Retomando a história da ação do Governo na zona rural do município, pode-se considerar que nas décadas de 50 e 60 ela primou pela harmonia do sistema, pelo reforço a ordem social vigente. Mesmo realizando um trabalho de educação de base, de incentivo à sindicalização, não se conseguiu romper com um estilo de participação prioritariamente limitada ao institucional, numa perspectiva de integração social. A Igreja, por sua vez, incentivou a organização de comunidades de base na zona rural, com ações localizadas muito especificamente. Mesmo assim este foi um momento de avanço, em relação a posturas anteriores de trabalho com as classes subalternas. No entanto, esta ação foi pouco orgânica, apoiando-se em ações tópicas, que buscavam apenas a resolução de problemas e demandas imediatas.

Quando o Governo retomou com mais força, a ação junto aos camponeses, na segunda metade da década de 70, encontrou um campo fértil para concretizar seus interesses, consolidar sua hegemonia e legitimação, postos em risco pela crise econômica e

política do Regime Militar. A ação educativa, até então desenvolvida pela Igreja, havia incentivado a dependência e o controle, o que não contribuiu para que os camponeses resistissem conscientemente às tentativas de cooptação do Governo. Este reforçou o controle, a dependência e as relações clientelísticas, pois as Associações surgiram muito mais como meio legal para a obtenção de recursos do que como espaço político-organizativo, construído pelos camponeses. Tanto a Igreja quanto o Governo implementaram ações que, discursivamente, sinalizavam a participação e autonomia, mas que, na prática, estabeleceram, ou consolidaram relações de dependência.

A dependência face ao Estado ficou ainda mais clara quando as Associações se depararam com modificações ocorridas na política de desenvolvimento rural a partir do Governo Collor. Em 1991 o governo resolveu reorientar as políticas para o pequeno produtor. Lançou um documento chamado "Reorientações do Programa de Apoio à Pequena Produção", dando uma guinada na ação estatal voltada para este setor. Segundo análise de Nelson OLIVEIRA (1993:49-50), essas modificações se deram num quadro de aprofundamento da crise econômica, e buscavam a elevação dos padrões de produtividade, através do estímulo a novas formas de organização do processo de trabalho. Houve propostas de reformular a metodologia de ação, questionando-se a forma aberta de diálogo entre técnico e produtor. A crítica maior dirigiu-se às múltiplas possibilidades estratégicas que os pressupostos anteriores permitiam. Propuzeram-se estruturas gerenciais modificadas, para

opôr-se ao paternalismo que teria predominado nas relações anteriores entre Governo e Associações de produtores.

Com as modificações empreendidas, as Associações e Cooperativas passaram a ser meros instrumentos de um planejamento orientado apenas para a reprodução do capital. A imposição de padrões de eficiência de uma nova lógica deslocou os recursos de alguns programas de caráter comunitário para projetos meramente técnico-produtivos. Procurou-se mobilizar a iniciativa de produtores com capacidade de assumir padrões tecnológicos compatíveis com o incremento da produtividade. Essas diretrizes refletiram o novo espectro neoliberal e a queda em bloco das economias do chamado "socialismo real".

Os camponeses de Palmeira dos Índios sentiram os reflexos desse novo direcionamento das políticas para o pequeno produtor. Os órgãos que financiavam projetos para as Associações não atenderam mais às solicitações. As Associações, que existiam basicamente em função dos recursos e programas governamentais, tiveram suas atividades cada vez mais paralisadas, muitas delas até desativando-se completamente. Ficou explícita a total dependência dessa forma organizativa às ações governamentais. Nesse momento de crise, não houve nenhuma articulação política de caráter coletivo, no sentido de reverter a situação.

A dependência dos camponeses de uma força externa para se organizar, fez com que o Estado (Igreja e Governo) conseguisse penetrar com mais facilidade nesta categoria social, buscando o controle das possibilidades organizativas da mesma. Claro que isto não se deu de forma rápida, nem com uma intencionalidade

"maquiavélica". Foi um longo processo, gestado ao longo de várias conjunturas políticas e econômicas, viabilizado de forma sutil, profundamente ideológica. Não deixou de ser um processo contraditório, no qual também cresceram as tentativas de organização autônoma dos camponeses, em todo o país. Mas no caso de Palmeira dos Índios o que se deu foi um reforço à dependência e subordinação, com a criação de um movimento associativo que não viabilizou um projeto de autonomia e consciência de classe do camponês, enquanto trabalhador explorado pelo Capital.

Vários agentes externos atuaram na zona rural do município: padres, freiras, voluntários da Igreja Católica e técnicos (profissionais de áreas diversas) de órgãos governamentais. Eles desempenharam papel preponderante na criação e desenvolvimento das Associações, viabilizando, concretizando a intervenção do Estado na direção do controle do processo organizativo dos camponeses. Essa inferência não coloca em dúvida nem a honestidade nem o comprometimento pessoal desses agentes, mas não pode deixar de apontar a relação entre a forma de ação dos agentes externos e a atual desmobilização das Associações.

Para entender tal relação, é preciso destacar o caráter político de qualquer prática educativa. Ao se descrever os programas que atuaram na zona rural do município, viu-se que a ação dos agentes externos esteve vinculada a propostas de educação e capacitação dos camponeses para organização. Essa prática não pode ser vista como neutra, técnica, meramente institucional. Nenhuma prática social é neutra, pois sua dinâmica e eficácia estão sempre relacionadas com outras práticas, mediante relações estruturais e

conjunturais que a inserem na sociedade. O caráter político é posto pela relação dessas práticas sociais com o jogo de poder na sociedade. Elas fazem parte do movimento contraditório de garantia e perpetuação do poder da classe dominante, e, ao mesmo tempo, de resistência e oposição da classe dominada ao poder.

A presença de um agente externo em qualquer grupo social nunca se dá de forma neutra e indiferente, pois seja qual for a forma em que se realiza sua prática educativa, ela interfere na dinâmica do grupo. De acordo com a postura assumida pelo agente, ele pode facilitar o processo organizativo ou dificultá-lo. Na verdade os estudiosos da educação popular afirmam que há uma certa inevitabilidade na condução do processo pelos agentes. Beatriz COSTA (1984:20-1) analisa que esta inevitabilidade coloca duas possibilidades na postura do agente: 1- Ele pode conduzir o grupo a adotar e reproduzir conhecimentos e práticas definidos por ele mesmo, reforçando a separação entre os que pensam (agentes, intelectuais) e os que assimilam o conhecimento produzido por outrem; 2- Ele pode influir para que as discussões e práticas sejam conduzidas pelo próprio grupo, através do desenvolvimento de conhecimentos que nasçam de sua própria maneira de pensar e explicar o mundo.

Os agentes externos têm um papel ativo e, até certo ponto, dirigente nos grupos. A suposta igualdade de saberes, nesta relação, é precária, por ser assimétrica. Os agentes dispõem de um conhecimento estudado que serve de instrumento de sustentação do sistema de dominação, e com isso têm condições de impor seus pontos de vista e até mesmo uma linguagem ao grupo. Esta natureza diretiva

não significa que a intervenção do agente externo só pode ser autoritária e manipuladora. O agente pode reconhecer o caráter diretivo de sua ação e direcioná-la para incentivar o pensar e o agir coletivo do grupo, desenvolvendo até um certo limite possível a participação.

Assim como o camponês tem particularidades próprias na sua inserção de classe no sistema capitalista, os agentes externos também as têm. Via de regra, eles pertencem a frações de classe média na sociedade e, assim como os camponeses, têm uma pertença contraditória de classe. Nesta pesquisa foram entrevistados nove(9) agentes que trabalharam junto as Associações Comunitárias Rurais de Palmeira dos Índios. Deste total oito(8) são técnicos de órgãos governamentais e um(1) é padre da Diocese do município. A maioria desses agentes (78%), não tinha experiência em assessoria a organizações populares ao iniciar este trabalho.

As ações desenvolvidas pelos agentes na zona rural do município se deram em função das atividades dos programas. Os agentes atuaram por iniciativa dos órgãos governamentais e não por solicitação dos camponeses. Vê-se que a relação agente x campesinato foi sustentada pelo vínculo institucional, embora o trabalho não tenha tido um mero caráter técnico (já tratamos anteriormente do caráter político-educativo da ação dos agentes externos). Os agentes influíram decididamente na vida dos povoados, pois foi através deles que o processo associativo se desencadeou. O discurso institucional se pautava na participação, mas o encaminhamento prático da metodologia participativa foi marcado pela concepção de participação e organização que cada um tinha. A

maioria dos agentes elaborou sua metodologia de trabalho, pois os órgãos ofereceram apenas instruções técnicas para elaboração de projetos. Segundo eles, apenas a Missão Rural, PRONASEC e FAPP dispunham de uma metodologia sistematizada.

No capítulo anterior identificamos os objetivos dos programas que atuaram na zona rural. Os agentes que executaram suas ações também construíram objetivos e expectativas em relação ao trabalho com Associações que, na maioria dos casos, diferiam dos da instituição nas quais trabalhavam. Este fato foi reconhecido pela maioria dos agentes, e apenas três(3) deles identificaram seus objetivos com os da instituição. A seguir, tem-se alguns depoimentos sobre os objetivos dos agentes ao iniciar o trabalho:

"Tinha vontade de humanizar, ajudar, resolver os problemas".

"Queria tentar melhorar a infra-estrutura da comunidade. Que as pessoas batalhassem pelo que precisam, que conseguissem por si mesmas".

"Construir a possibilidade de fazer com a própria comunidade, mudar a forma de planejar, que viesse da população, deles mesmos".

"Queria conscientizar, politizar".

"Nosso objetivo era clarear, esclarecer o que deveria ser uma verdadeira Associação".

Ao contrário das expectativas colocadas quando do início do trabalho com as Associações, atualmente os agentes apresentam-se desmotivados e frustrados. Os agentes da Missão Rural e da Diocese admitem que, no início, o trabalho deu certo, mas hoje ele está descaracterizado; inclusive, eles se mostram muito saudosos dos

êxitos conseguidos nas décadas de 50, 60 e 70. Os agentes que atuaram nos órgãos governamentais analisam, diante da situação atual das Associações, que seus objetivos iniciais não foram alcançados. Esta constatação é associada a várias dificuldades e erros cometidos no processo, como pode ser observado nestes depoimentos:

"Não houve uma ação sistemática. Não foi um trabalho profundo".

"Várias dificuldades se colocaram no trabalho: a condição financeira do pequeno produtor, o fato das Associações só quererem obras, os políticos atrapalharam, a instituição não facilitou o trabalho".

"Faltou tática para lidar com os políticos".

"O interesse político nas verbas atrapalhou o planejamento participativo".

"Houve muito apadrinhamento político nas Associações".

Alguns agentes reconheceram falhas na condução do processo de trabalho com as Associações, mas a maioria das avaliações aponta falhas que não dizem respeito à sua forma de atuação. Eles não questionam seus objetivos iniciais, mas as interferências ocorridas no decorrer do processo. Sentem-se impotentes diante das limitações existente nas instituições governamentais, do atrelamento das Associações aos políticos para fins eleitoreiros, da corrupção de lideranças, da deterioração dos serviços implantados nos povoados, entre outras coisas. Na verdade, os agentes não conseguiram perceber as particularidades da inserção do processo organizativo das Associações na esfera governamental, e do papel deles na tentativa de controle empreendida pelo Estado.

Diante dos antagonismos e contradições de um trabalho de organização incentivado pelo Estado, os agentes cultivaram concepções e práticas de trabalho muito próximas do messianismo, da vontade de ajudar, muitas vezes achando que sua boa vontade compensaria os problemas gerados pela estrutura governamental. O que se viu foi exatamente o contrário, pois o incentivo à organização dos camponeses só se deu até quando o Estado achou que valia a pena. Quando os recursos e condições para a realização do trabalho foram escasseando, os agentes se afastaram.

O discurso dos agentes externam, de uma maneira geral, a crença de que a organização é o caminho para o fortalecimento dos camponeses na luta por seus direitos. Consideram-se orientadores na resolução dos problemas dos camponeses, colaboradores no processo de conscientização. No entanto, há uma tendência muito forte de exercerem este papel com o privilegiamento de seus conhecimentos, já que o conhecimento dos camponeses, apesar de reconhecido como importante, não estaria no mesmo nível do conhecimento dos agentes. Alguns depoimentos expressam essa forma de pensamento:

"O trabalho é muito difícil porque o conhecimento da comunidade ainda é muito baseada no paternalismo".

"Nós (os técnicos) temos a formação e trocávamos informações com os camponeses".

"Reconheço que há diferença entre o conhecimento do técnico e dos produtores, mas na convivência não há diferença. Procurávamos nos relacionar, falar uma linguagem que eles entendessem".

"Tentamos não ficar muito acima deles (camponeses), não acentuar a diferença, já que ela existe".

O privilegiamento do conhecimento mais elaborado, sistematizado, influenciou na ênfase dada ao trabalho com lideranças. Os agentes sempre se aproximavam das pessoas que mais se destacavam na comunidade, que melhor podiam entender sua linguagem. Em todos os depoimentos, os agentes afirmam que o trabalho se voltou mais para as lideranças. Esta prática se insere numa maioria de práticas educativas que se limitam ao líder, à sua formação e desenvolvimento. João Bosco PINTO (1988:57) afirma que "insistir sobre a liderança e não sobre a direção é insistir sobre a reprodução da própria estrutura do poder de domínio já existente".

A medida que os agentes de Palmeira dos Índios privilegiaram o trabalho com lideranças, reforçaram a centralização das decisões numa camada de dirigentes. Isto reforçou o não desenvolvimento da organicidade nas Associações, pois o enraizamento da consciência da identidade de interesses e lutas, só se dá no corpo da organização. Os agentes reforçaram exatamente o contrário: investiram no fortalecimento da "cabeça" da organização, acreditando que isto levaria ao seu fortalecimento. Os dirigentes especializaram-se em lidar com organizações financeiras, com grandes somas de recursos, com linguagem técnica, controle de custos, entre outras coisas, o que favorece a concentração de poder.

Para Eduardo MACHADO (1987:37) o estilo verticalizado do Estado constitui um empecilho para um trabalho voltado à participação consciente dos camponeses. A determinação de objetivos, metas, e ações a serem cumpridos em prazos definidos, leva os técnicos a minimizarem a participação coletiva, e a superestimarem o trabalho

com lideranças. Isto fica evidenciado no seguinte depoimento de um técnico de órgão governamental:

"As metas determinadas pela instituição eram muito altas. O número de Associações a serem atendidas era muito grande, e não era possível atender com o trabalho de organização".

Alcançar as metas estabelecidas pelos programas poderia expressar a obtenção de resultados a curto e médio prazos, mas acarretou um descompasso com o ritmo que os camponeses têm para formular problemas e buscar soluções. Até porque participação é processo, não é algo que possa ser conseguido num prazo pré-determinado.

O privilegiamento do trabalho com lideranças e a execução de ações limitadas ao povoado, colaboraram para o isolamento e a não articulação das Associações com outros movimentos associativos. As necessidades foram tratadas isoladamente em cada localidade (área geográfica) quando, na verdade, eram necessidades de uma categoria ou fração de classe, os camponeses. O desenvolvimento de ações tópicas colaborou para que o processo organizativo das Associações não se tornasse orgânico, pois elas não possibilitaram ações coletivas de organização de classe. Os camponeses foram organizados por local de moradia, organização que visava apenas a auto-ajuda, o auto-desenvolvimento.

Outra séria limitação da atuação do agente externo decorre do fato de, geralmente, este não ter uma compreensão adequada das características particulares do campesinato(7). Isso o faz levar para o campo um estilo de organização pautado em atividades e formas de mobilização, distantes da realidade camponesa. Ao invés de impulsionar o processo de organização e conscientização do camponês, esta intermediação (quase que necessária, devido à condição camponesa) acaba prejudicando o que poderia ser um processo político-organizativo de constituição orgânica da conscientização e organização dos camponeses.

Ao identificar os equívocos presentes na ação dos agentes externos, em Palmeira dos Índios, concordamos com José de Souza MARTINS (1989:134), quando afirma, que "...a crise atual não é dos grupos subalternos, mas dos grupos de mediação, grupos de apoio intelectual às lutas populares". Caracteriza-se por ser uma crise de classe média e de sua intelectualidade, que comete o equívoco de supor que qualquer teoria, à esquerda das idéias dominantes, é suficiente para dar sentido aos movimentos sociais e lutas populares dispersas e fragmentadas. A insuficiência teórica e os problemas na interpretação da realidade tornam a mediação política dos agentes externos relutante, frágil e, até certo ponto, empobrecedora. "O discurso libertador continua separado da prática libertadora" (p.15).

(7) Entre os agentes vinculados a órgãos governamentais isto é reforçado pela linguagem oficial dos programas, que utiliza o termo "pequeno produtor" para caracterizar o camponês. Tal unificação encobre as heterogeneidades, contradições e ambiguidades, próprias do campesinato, que não é uma categoria uniforme. Ver a este respeito João Bosco PINTO (1984).

O discurso, dos agentes, aparentemente avançado e até comprometido com os interesses dos camponeses, não foi suficiente para evitar criarem-se estilos organizativos apenas formais, não-orgânicos. Os agentes poderiam até ter as melhores intenções de contribuir para a organização dos camponeses, mas sua prática reforçou a dependência dos camponeses em relação aos agentes e ao próprio Estado.

O desenvolvimento da consciência de pertencer a uma classe só se consolida na prática. Quando esta se encaminha no sentido do atrelamento ao Estado, diminuem as possibilidades de consolidação de organizações autônomas. Houve um investimento muito grande do Estado na organização dos camponeses de Palmeira dos Índios, gerando consequências significativas para o processo organizativo dos mesmos. O grande número de Associações criado na zona rural do município não significou um movimento enraizado nos reais interesses dos camponeses. As mediações políticas do Estado reforçaram e consolidaram um processo organizativo atrelado e dependente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação das Associações Comunitárias Rurais de Palmeira dos Índios - AL está estreitamente vinculada à ação de alguns programas governamentais, que tinham como estratégia a participação e organização de seus beneficiários. No início desta pesquisa, buscou-se entender os efeitos causados pela estratégia participativa, nas Associações. Para tal, levantou-se a hipótese de que o nível de desenvolvimento da organicidade, nas Associações, seria o fator que apontaria os diferentes efeitos, indo da cooptação à resistência ao controle pretendido pelo Estado.

A categoria organicidade foi considerada um processo em construção que se efetiva no desenvolvimento da noção de pertencer a uma classe. Isto implica a consciência que as classes subalternas adquirem de sua situação e da necessidade de lutar por seus direitos. Implica numa prática organizativa que permite o crescimento do poder de decidir, de participar das classes subalternas. E o fortalecimento da autonomia da organização, da capacidade de tomar decisões, em função de objetivos e políticas, discutidos democraticamente.

O estudo das Associações indicou que a organicidade praticamente não se desenvolveu, pois a situação atual é de apatia e atrelamento aos padrões de organização definidos pelo Estado. Esta

constatação sinalizou a necessidade de explicar o processo de estancamento, paralisação e desarticulação das Associações. Sua própria história apontou dois fatores que, analisados de forma articulada, possibilitaram construir uma explicação para o problema: a) a condição camponesa da base social das Associações e, b) a forma de atuação de vários agentes externos, no processo de origem e desenvolvimento das mesmas.

Os camponeses constituem uma categoria social, uma fração de classe, que possui características bastante peculiares, decorrentes da sua forma de inserção no sistema capitalista. Eles nem são trabalhadores totalmente desprovidos dos meios de produção, nem são produtores autônomos. Apesar da manifestação imediata desses camponeses não ser proletária, sua determinação de classe é ser proletário. Eles são, contraditoriamente, trabalhadores proletários sob uma condição camponesa.

As contradições que permeiam a inserção dos camponeses no sistema capitalista repercutem em suas experiências de organização. As ações coletivas não são comuns no cotidiano dos camponeses, cuja forma de trabalho é pessoal, individual, no máximo familiar, facilitando seu isolamento. Isto oferece indícios que podem explicar o fato de ser comum a necessidade de ajuda externa para o desenvolvimento de processos organizativos de base camponesa. Normalmente, suas organizações não surgem espontaneamente, mas impulsionadas pela ação de agentes externos.

Todo o processo de organização das Associações ocorreu devido à intervenção de agentes externos, vinculados à Igreja Católica e ao Governo. Os camponeses não construíram as Associações com sua iniciativa, a partir de seus próprios interesses. As suas

dificuldades de organização, aliaram-se uma ação sistemática, de intervenção direta do Estado na organização dos camponeses, por meio de programas de cunho participativo. Este tipo de intervenção teve início, no município, com a ação do Centro Social Diocesano da Igreja Católica, nas décadas de 60 e 70, e atingiu seu ápice com a ação de programas governamentais, na década de 80.

As ações dos agentes vinculados à Igreja Católica reforçaram os laços de dependência já tão presentes na condição de classe subalterna dos camponeses. Elas foram muito específicas, permeadas pela ideologia da acomodação, da união para melhoria de todos, sem questionamentos e críticas que levassem ao desvendamento da realidade. As primeiras Associações foram criadas muito dependentes da ação da Igreja, quase uma extensão da mesma enquanto instituição. Os Centros de Comunidade eram dirigidos e administrados por voluntários católicos.

Assim como a Igreja, o Governo empreendeu o incentivo à organização dos camponeses em Associações, aproveitando, inclusive, as organizações que já existiam desde a década de 50. Os agentes do governo implementaram ações que discursivamente colocaram a participação e autonomia dos camponeses, mas que, na prática, estabeleceram e reforçaram relações de dependência. Via de regra, houve concordância e até mesmo um certo deslumbramento dos agentes com a proposta participativa dos programas governamentais. Isto dificultou a elaboração de uma visão mais crítica das consequências do trabalho de organização que estavam fazendo.

A prática realizada pelos agentes externos, nas Associações, pouco contribuiu para superar as dificuldades de organização intrínsecas à condição camponesa. A tendência ao individualismo,

entre os camponeses, foi reforçada pela ênfase dada ao trabalho com lideranças. Isto dificultou o incentivo à participação do coletivo, do grupo, nas decisões e iniciativas do processo organizativo. No caso analisado, privilegiou-se ações tópicas, que atenderam mais aos interesses imediatos, sem articulá-los às determinações da inserção dos camponeses na sociedade capitalista.

Para incentivar o desenvolvimento da organicidade, os agentes precisariam tomar as dificuldades e interesses imediatos dos camponeses numa perspectiva de totalidade, e não como fim último das ações. Isto contribuiu para que não se rompesse os laços de dependência das Associações com o Estado (Igreja e Governo), materializada na dependência à ação dos agentes, não se constituindo um processo organizativo autônomo.

Com estas constatações, não estamos afirmando a impossibilidade de agentes, inseridos em organismos da sociedade política, contribuírem para o desenvolvimento da organicidade em processos organizativos da classe subalterna. Percebe-se, no entanto, que esses agentes têm muito mais dificuldades para encaminhar práticas que incentivem a constituição da organicidade entre as classes subalternas. Na esfera da sociedade civil, as correlações de força podem ser mais favoráveis ao desenvolvimento deste incentivo, o que não significa ausência de contradições, haja vista a atuação da Igreja nas Associações.

Podemos concluir que a atual situação de desarticulação das Associações Comunitárias Rurais de Palmeira dos Índios é o resultado, tanto das dificuldades de organização autônoma dos camponeses; quanto da forma de ação dos agentes externos quando de seu processo de criação e desenvolvimento. A vinculação da maioria

Outra questão importante é a insuficiência de ONGs no trabalho de assessoria a organizações camponesas em Alagoas. Podemos perguntar por que as ONGs consolidaram trabalhos tão importantes no Nordeste, e em Alagoas esta atuação ainda é tão insuficiente?

Outra questão a ser estudada é colocada pela associação dos camponeses tanto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais quanto às Associações. Ambos representam a mesma categoria social e colocam-se numa disputa pela legitimidade de sua representação política, e pela intermediação de recursos repassados aos camponeses, por programas governamentais. Mesmo com a diminuição destes recursos, a partir do Governo Collor (1990), isto ainda é muito presente.

Esperamos que as constatações e análises deste estudo contribuam no debate sobre a relação entre a organização dos camponeses em Associações e a ação do Estado, através de programas de cunho participativo. Ressaltamos que o estudo do caso de Palmeira dos Índios oferece indicações que poderiam ser generalizadas, bem como algumas peculiaridades próprias do município. Não apresentamos respostas definitivas e inquestionáveis, mas um caminho para compreender o processo de criação e desenvolvimento das Associações Comunitárias Rurais de Palmeira dos Índios, e sua atual situação de desarticulação, apatia, e desmobilização.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMOVAY, Ricardo (1992). Paradigmas do capitalismo agrário em questão. Rio de Janeiro:ANPOCS, 275P.
- AGUIAR, D. Otávio (1977). Palmeira dos Índios, 15 anos de Diocese. Palmeira dos Índios: Indergraf Indiana.
- ALAGOAS, CEPA (1990). Estudo especial sobre casas de farinha (versão para discussão). Maceió, 62p.
- _____ (1989). PAPP-relatório anual de avaliação-1988. Maceió.
- ALAGOAS, EMATER. Programa estadual de assistência técnica e extensão rural (PROATER). 1979, 1978-80, 1980-81, 1982, 1983, 1984, 1985, 1986, 1987, 1988, 1989.
- ALAGOAS, FEBEM, Núcleo de assessoramento técnico. Relatório avaliativo do ano de 1987.
- ALAGOAS, FEBEM. Relatório geral de avaliação trabalho de interiorização/Convênio FEBEM/FUNABEM.-1987. Maceió.
- _____ (1989). Setor de planejamento- Proposta 1990. Trabalho de interiorização. Maceió.
- ALAGOAS, Secretaria da Agricultura (1984). PAPP-Apoio às pequenas comunidades rurais-Proposta. Maceió.
- _____ (1987). PAPP-Síntese da proposta. 1987.
- _____ (1984). PAPP-Visão sócio-econômica global do estado. Diagnóstico. v.1, Maceió, 364p.
- ALAGOAS, SETAS, FEBEM (1988). Relatório anual de atividades.
- AMMANN, Safira (1987). Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil. 6. ed. São Paulo: Cortez, 176p.

- AMARAL, Algecira (1985). Técnicos discutem Educação Associativista. Rev. Bras. Ext. Rural. Brasília, 6(3), p.18-9, jun/jul/ago.
- ANCARAL, Livro de Ata das reuniões da Junta governativa.
- ARAUJO, Eduardo (1988). Pequena produção e tecnologia socialmente apropriada. Cad.CEAS, n. 113, p.24-35, jan/fev.
- BANCO DO BRASIL (1988). Guia operacional do FUNDEC (Fundo de desenvolvimento comunitário). s.d., s.l.
- BALDISSERA, Adelina (1986). CEB's: Um exercício de poder para a nova sociedade? Recife, 270 p. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Serviço Social), Departamento de Serviço Social-UFPE.
- BELATO, Neyta(org)(1987). Planejamento participativo na educação popular. Ijuí: UNIJUI. (Cad. Planejamento participativo n.07)
- BIERRENBACH, Maria Inês(1981). Política e planejamento social. São Paulo: Cortez. 121p.
- BRANDÃO, Carlos R.(1990). Pensar a prática. São Paulo: Loyola, p.97-122, "O Dilema da participação".
- BRASIL. Presidência da República. Decreto no. 74 794 de 30/10/74. Diário oficial da União, 31/10/74, p.12392-6.
- _____ (1981). III FND(1980-1985). 77p.
- _____ (1985). I FND Da Nova República.1986-1989. Brasília, 261p.
- CAMARGO, Cândido, SOUZA, Beatriz, PIERUCCI, Antônio (1983). Comunidades Eclesiais de Base. In: SINGER, Paul e BRANT, Vinicius(org). São Paulo : O Povo em movimento. 4.ed., Petrópolis : VOZES/CEBRAP, 230p.
- CANUTO, João e QUESADA, Gustavo (1984). A ação social da EMBRAPER: autonomia do pequeno agricultor ou acumulação capitalista? Rev.Econ.Rural, Brasília, 22(2):169-176, Abr/jun.

- CARDOSO, Miriam L. (1978). A Ideologia do desenvolvimento: Brasil JK-JQ.2.ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra. Parte I, Cap. 2, p.39-84, "A Ideologia como problema teórico".
- CARVALHO, Horácio M. (1986). A Tecnologia agrícola e o pequeno produtor rural. Curitiba, Mimeo.
- CENTRO SOCIAL DIOCESANO. Relatório de atividades.1969,1971, 1972,1973,1974,1975,1976,1977,1978,1979,1980,1981,1982,1983 , 1984,1985,1986,1987,1988,1989,1990,1991. Palmeira dos Índios.
- CHALOULT, Yves (1988). Governo de transição com velhas práticas: o que sobra para o trabalhador rural? Nordeste Rural. v.1,n. 02, Centro Josué de Castro, p.81-117, Abr/jun.
- _____. (1984-1985) Uma Política de legitimação do Estado e rearticulação da pequena produção rural: O Projeto Nordeste. Rev. Raízes, Campina Grande, Ano IV, p.4-5, n.61-99, Jan/1984-Dez/1985.
- _____. (1985). Uma das contradições da Nova República: o Projeto Nordeste. Brasília, Mimeo, 46p.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA. (1988). Relatório do Seminário Nacional de Política Agrícola. Brasília, 06-08/04/1988.
- _____. FEDERAÇÕES DE TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO NORDESTE (1987). Relatório do II Encontro das FETAGs do Nordeste sobre o FAPP. Salvador, 15-17/12/1987.
- _____. SINDICATOS DE TRABALHADORES RURAIS DO NORDESTE (1988). Relatório do Encontro Nordeste de Política Agrícola. Macaíó, 09-10/05/1988.
- A CONJUNTURA Política. Cad.Ceas, no.50, p.17-24, jul/ago-1988.
- COSTA, Beatriz (1984). Para analisar uma prática de educação popular. Cad. Educação popular, n.01, 4.ed, Petrópolis, Vozes, p.09-31.
- COUTINHO, Carlos N. (1989). Gramsci: Um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro : Campus; 142p.
- DISTENSÃO e Constituição. Cad. CEAS, n.38, jul/ago-1975

- DOIMO, Ana Maria (1984). Movimento Social Urbano, Igreja e participação popular. Petrópolis : Vozes; 116p.
- DUQUE, Ghislaine (1987). Estado, poder local e diferenciação camponesa : O caso do São Vicente. Cad-CEAS, n.108, p.39-49, mar/abr.
- DUQUE - ARRAZOLA, Laura (1985). A Condição Camponesa : Aparência e realidade no Capitalismo. Campina Grande, 344p. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Sociologia), UFPB
- A ECONOMIA E O POVO em 1987. Cad. CEAS, n. 50, p.05-16, jul/ago-1977.
- ELEIÇÕES: O povo contra o modelo. Cad-CEAS, n.23, p.01-08, jan/fev-1975.
- ELI DA VEIGA, José (1991). Algumas idéias que talvez ajudem a clarificar o debate sobre a chamada "pequena produção". In: Quatro visões da atualidade da Reforma Agrária. CUT/DNTR, p.03-06.
- EMBRATER (1985). Papel e funções da Extensão Rural. Rev. Bras. de Ext. Rural. Brasília, v.6, n.03, jun/jul/ago. p.11.
- FARIA, Isolda, ALBUQUERQUE, Itami, MARTIN, José A. et alli. A Questão agrária no Brasil e no Nordeste. Mimeo, s.d., s.l., 12p.
- FARIAS, Francisca (1982). Associação e o significado da participação. S.S. e Sociedade, n.09, São Paulo, p.27-42, Ago.
- FERNANDES, Florestan (1986). Nova República? 3.ed., Rio de Janeiro: Zahar. 93p.
- FIORI, J. Luiz (1990). Transição terminada: Crise superada? Novos Estudos Cebrap, n.28, p.137-51, Out.
- FONSECA, Maria Teresa L. (1983). A extensão rural no Brasil. Um projeto educativo para o Capital? São Paulo: Loyola. 192p.
- FRANCO, Mariana (1991). Associação x Estado: disputa e negociação. In: SINDICALISMO no Campo-Reflexões. Rio de Janeiro: CEDI, p.68-76 (Cad. CEDI n.21).

- GNACCARTNI, José e MOURA, Margarida M. (1983). Estrutura agrária brasileira: Permanência e diversificação de um debate. BIB, Rio de Janeiro, n.15, p.05-52, 1o. semestre.
- GRAMSCI, Antônio (1978). Concepção Dialética da História. Trad. Carlos N. Coutinho. 2.ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 341p.
- GRAZIANO DA SILVA, José (1991). Mas, qual Reforma Agrária? In: Quatro visões sobre a atualidade da Reforma Agrária. CUT/DNTR, p.07-17.
- _____ (1980). A pequena produção e as transformações na agricultura. Cad. CEAS, n.69, p.56-67, Set/Out.
- GRZYBOWSKI, Cândido (1987). Caminhos e descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo. Petrópolis : Vozes / FASE.
- _____ (1983). Os Movimentos Sociais e o processo de organização dos camponeses. Cad. CEAS, n.87, Set/Out; p.50-60.
- IAMAMOTO, Marilda (1987). Serviço Social nas relações sociais : A questão da assistência. In: O Serviço Social nas relações sociais. São Paulo: Cortez/ANAS; p35-47.
- KRAYCHETE, G. e COMERFOR, J. (1991). A Nova face agrária do oeste baiano: diversidades e ambiguidades. Cad. CEAS, n.132, p.30-51, Mar/abr.
- LANDIN, José e MONTEIRO, Manoel (1986/1987). O pequeno agricultor em uma agricultura capitalista. Perspectivas, São Paulo, n. 9/10, p.37-49.
- LANDO, Aldair e MARTINS, Vera (1989). Os limites da participação dos trabalhadores rurais no Projeto Nordeste : a experiência de Minas Gerais. Análise e Conjuntura, Belo Horizonte, v.04, n.01, p.16-41, Jan/Abr.
- LEITE, Sérgio (1989/1990). A Pequena produção e o quadro recente da agricultura brasileira. Perspectivas, São Paulo, n.12/13, p.31-53, UNESP.
- MACHADO, Eduardo (coord.) (1987). Poder e participação política no campo. São Paulo: CERIFA.

- MARTINS, José de S. (1989). Caminhada no chão da noite. São Paulo Hucitec. Introdução, p.11-16, Cap.IV, p.97-138, "Dilemas sobre as classes subalternas na idade da razão".
- MINTER, Comissão de Ação Comunitária (1979). Diretrizes e formas de implementação do programa de desenvolvimento comunitário do MINTER. Brasília, 20p.
- MINTER, SUDENE, BNB (1985). Avaliação do POLONORDESTE e do Projeto Sertanejo. Fortaleza (Série Projeto Nordeste, v.15).
- MINTER, SUDENE, GRPN (1981). POLONORDESTE. Abordagem crítica. 57p.
- MINTER, SUDENE (1987). PAPP-Esquema de apresentação das origens, fundamentos, objetivos, linhas de ação, instrumentos de política e fontes de financiamento. Recife.
- _____ (1985). PAPP-Instruções e procedimentos para o segmento APCR. Recife.
- MORAES SILVA, Maria Aparecida (1983). O Trabalho familiar nas pequenas propriedades rurais. Perspectivas, São Paulo, n.06, p.57-65.
- MORAIS, Clodomir (1986). Elementos sobre a teoria da organização no campo. 2. ed., São Paulo: MST., 58p. (Cad. de formação n.11).
- NOVAES, Regina C.R. (1988). O que há de novo no Nordeste? Anotações acerca da relação entre recentes projetos governamentais e o sindicalismo de trabalhadores rurais. In: SEMINÁRIO Nordeste, o que há de novo? Natal, 22-25/11/88, Anais..., p.227-33.
- _____ (1989). Sindicalismo e Estado. Aspectos de uma disputa política. Tempo e Presença, n.243, Ano 11, São Paulo, CEDI, p.04-06, julho.
- OLIVEIRA, Ildes F. de (1988). Movimento Sindical rural e Estado. Tempo e Presença. n.231, São Paulo, CEDI, p.04-05. Junho.
- OLIVEIRA, Nelson (1993). Notas sobre Estado e Pequena produção. Um enfoque sobre experiências recentes no Nordeste brasileiro. Cad. CEAS, n.143, Salvador, p.32-52, Jan/Fev.

- PACHECO, Maria Emilia L. (1987). Contribuir para a socialização política dos camponeses. Rev. Proposta, n.34, Ano XII, p.32-9, Jun.
- _____ E LEROY, Jean-Pierre (1991). Associações e sindicatos rurais: onde está o dilema? Cad. CEAS, n.136, Salvador, p.39-53.
- PANDOLFI, Maria Lia (1987). Movimento de Trabalhadores rurais no Nordeste. Cad. Estudos Sociais, Recife, v.03, n.03, p.269-88, Jul-Dez.
- PINTO, João B. A Educação de Adultos e o desenvolvimento rural. In: WERTHEN, Jorge e BORDENAVE, Juan D. (org). Educação rural no terceiro mundo. 2.ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra; p.65-102.
- _____ (1986). Planejamento participativo. Rito ou prática de classe. Cad. Planejamento Participativo. Ijuí, UNIJUI, n.03, p.13-60.
- _____ (1984). Reflexões sobre as estratégias educativas do Estado e a prática da Educação Popular. S.S. e Sociedade, n.15, p.125-52, Ago.
- _____ e DUQUE-ARRAZOLA, Laura (1984). Pequena produção camponesa. Pontos para uma discussão. São Luis: Projeto SUDENE/PNUD; 10p. Mimeo.
- PINTO, João Bosco, TORRES, Rosa M., FALS BORBA, Orlando (1988). A Questão do conhecimento e do poder na educação popular. Ijuí: UNIJUI, 1988. 86p. (Cad. Planejamento Participativo, n.08).
- POLETTI, Ivo (1991). Luta pela terra-Crises de um sujeito político emergente. Cad. CEAS, n.135, p.60-7. Set/Out.
- POLONORDESTE: Nova estratégia de desenvolvimento regional. Interior, Ano I, n.1, p.30-3. Dez/1974.
- PORTO, Maria Stela G. (1988). Considerações teóricas sobre a análise marxista da pequena produção familiar. Nordeste rural, Recife, v.1, n.02, abr/Jun.
- PROJETO NORDESTE (1983). Grupo IV Programa de Apoio ao pequeno produtor rural do Nordeste. Salvador; 2v.

- _____ (1983). PAPP-Apoio às pequenas comunidades rurais. Parte III, v.4. "O Programa".
- PRONASEC. Programa de ações sócio-educativas para o meio rural. Mimeo, s.d.s.l.
- PRONASEC (1981). Relatório de atividades de participação comunitária. Maceió.
- QUINTELA, Sandra, PEREIRA, Elisia, SEIXAS, Maria das Graças et alii. (1989). Relatório de Supervisão-Região de Palmeira dos Índios. Trabalho IV Curso de Supervisão de Projetos. Maceió, Nov.
- SALLUM JUNIOR, Brasília (1988). Por que não tem dado certo: Notas sobre a transição brasileira. In: SOLA, Lourdes (org). O Estado da transição : Política e Economia na Nova República. São Paulo: Vértice/ED. Revista dos Tribunais.
- SCANDIN, Maria Noélia (1982). O Conceito de participação social na perspectiva de integração e de transformação social. S.S. e Sociedade, n.09, p.5-16. Ago.
- SCHERER-WARREN, Ilse (1989). O que há de "novo" nos movimentos sociais no campo? Temas rurais, Recife, Centro Josué de Castro, v.02, n.04. Mai/Ago. p.41-52.
- SIDERSKY, Pablo (1991). Sobre a especificidade do pequeno produtor: uma introdução ao debate sobre a unidade econômica camponesa. Rio de Janeiro: AS-PTA, 22p.
- SILIPRANDI, Emma C. (1991). Sindicatos, Associações, Estado: disputas e acumulação de forças. In: BRASIL: Norte e Nordeste. Estudos em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: ANPOCS, p.91-113.
- SILVEIRA, Víctor E. (1987). O que entendemos por Educação Popular. In: BELATO, Neyta(org) Planejamento participativo na educação popular. Ijuí: UNIJUI, (Cad. Planejamento Participativo n.07).
- SINDICALISMO no Campo-Entrevistas: Avaliação perspectivas e desafios. Rio de Janeiro: CEDI, s.d., Parte II, p.65-102, "Sindicalismo, Associação e Estado".
- SUDENE (1982). Diretrizes para a programação anual. Recife.

- _____. (1981). POLO NORDESTE-Objetivos e desempenho-principais problemas: Diretrizes para o programa.
- TRINDADE, Rosa L. P. (1992). Estratégia participativa do Estado: Efeitos diferenciais nas Associações Comunitárias rurais de Palmeira dos Índios - AL. Recife. Projeto de Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Departamento de Serviço Social-UFPE.
- TRIVINOS, Augusto M. S. (1987). Introdução a pesquisa em Ciências Sociais : A pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas. 175p.
- WANDERLEY, Maria de N. (1988). Trajetória social e projeto de autonomia: os produtores familiares de algodão da região de Campinas, São Paulo. Campinas: UNICAMP, jun. (Cad. IFCH, n.09).
- _____. (1977). Algumas reflexões sobre o campesinato do Nordeste: conceito e realidade. Ciência e Cultura, v.29, n.05, SBPC, maio, p.537-544.

ERRATA

TRINDADE, Rosa Lúcia P. Processo Organizativo de Camponeses e Ação de Agentes Externos : O caso das Associações Comunitárias Rurais de Palmeira dos Índios - AL.

Pág. 71

Onde se lê - Como segunda característica....

(3o. parágrafo)

Antes desse 3o. parágrafo está faltando o seguinte parágrafo :

Como primeira característica, o camponês tem um controle mínimo sobre a terra e sobre alguns meios de produção, o que determina a possibilidade de organizar o processo produtivo e regular, em parte, o produto. Este controle não implica necessariamente propriedade da terra, pois encontram-se hoje várias relações de posse (arrendamento, parceria, posse, etc) que, embora frágeis, não significam ausência total de controle sobre a terra.